

EDILEUSA MARIA GALVÃO FIGUERÊDO

**PROGRAMA TERCEIRA IDADE EM AÇÃO – P.TIA:
ESPAÇO MÚLTIPLO DE QUALIDADE DE VIDA DA PESSOA IDOSA,
MEDIATIZADO PELA EDUCAÇÃO**

**MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

TERESINA, 2009

EDILEUSA MARIA GALVÃO FIGUERÊDO

**PROGRAMA TERCEIRA IDADE EM AÇÃO – P.TIA:
ESPAÇO MÚLTIPLO DE QUALIDADE DE VIDA DA PESSOA IDOSA,
MEDIATIZADO PELA EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal do Piauí, como exigência para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, sob orientação da Prof^a. Dra. Maria do Rosário de Fátima e Silva.

**MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

TERESINA, 2009

F475p Figuerêdo, Edileusa Maria Galvão

Programa terceira idade em ação – P.TIA: espaço múltiplo de qualidade de vida da pessoa idosa, mediatizado pela educação. Edileusa Maria Galvão Figuerêdo. Teresina: 2009.

174 fls.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) UFPI.

1. Terceira Idade – Qualidade de Vida.
2. Programa TIA – UFPI. I. Título.

C.D.D. – 362.6

**PROGRAMA TERCEIRA IDADE EM AÇÃO – P.TIA:
ESPAÇO MÚLTIPLO DE QUALIDADE DE VIDA DA PESSOA IDOSA,
MEDIATIZADO PELA EDUCAÇÃO**

EDILEUSA MARIA GALVÃO FIGUERÊDO

Dissertação de Mestrado submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí – Área de Concentração: Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Maria do Rosário de Fátima e Silva
Universidade Federal do Piauí
Orientadora e Presidente

Prof. Dr. Francisco de Oliveira Barros Júnior
Universidade Federal do Piauí

Profª. Dra. Flamínia Manzano Moreira Lodovici
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

TERESINA, 2009

DEDICATÓRIA

À memória de meus pais Milton e Iraci,
que exemplarmente me preparam para a vida;

À minha sogra Mosinha (carinhosamente “V. M.”),
que considero uma segunda mãe, pelo exemplo de dignidade e
pelos momentos felizes que me proporciona;

A todas as pessoas idosas que frequentaram e frequentam as atividades
do Programa Terceira Idade em Ação, razão do meu entusiasmo e amor
pela causa do envelhecimento.

A elas, todo o meu carinho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por ter me dado forças para chegar até aqui;

A minha família, sempre presente em todos os momentos da minha vida e, especialmente, ao meu esposo Nonato e aos meus filhos Rodrigo, Erika e Raquel, pelo incentivo, apoio e compreensão, em toda a trajetória do Mestrado;

A minha orientadora, Prof^a Maria do Rosário de Fátima e Silva, pela paciência diante dos meus impasses; pela confiança que depositou em mim e pelas orientações valiosas, que me fizeram evoluir, no transcorrer do trabalho e chegar até onde nem eu mesma esperava chegar;

À Prof^a Dra. Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho, Coordenadora do NUPEUTI, pelo apoio pessoal e institucional;

Às professoras Dra. Simone de Jesus Guimarães e Dra. Solange Maria Teixeira, pelas importantes contribuições, por ocasião do Exame de Qualificação;

Às amigas da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), pelo estímulo ao meu crescimento profissional;

Às amigas Verônica, Socorro Alencar e Martha e ao amigo Júnior, pelo apoio e incentivo a minha qualificação;

Aos professores do Mestrado em Políticas Públicas, pelos conhecimentos e experiências compartilhados;

À amiga Neila, Secretária do Mestrado, pela dedicação e pelo carinho que dispensou a todos nós, alunos do Mestrado;

Aos colegas do Mestrado, Cláudia, Eliane, Luiza Eunice, Marfisa, Patrícia, Sônia, Suzane, Teresa Rachel, Frazão, James, Pierre, Robert e Valdomir, pelos bons momentos de convivência fraterna e pelos estímulos nos momentos difíceis desta caminhada;

Às minhas colaboradoras Aninha e Marlúcia, pela contribuição no trabalho de transcrição das entrevistas;

Aos bolsistas do Programa Conexões de Saberes, pela compreensão nas minhas ausências, nos horários liberados para o Mestrado;

E, de modo especial, aos sujeitos da pesquisa – professoras, alunos e ex-alunos do Programa Terceira Idade em Ação - P.TIA e seus familiares, pelas contribuições para a construção deste trabalho que, espero, possa contribuir para a otimização das ações do Programa e, conseqüentemente, para a conquista de um envelhecimento bem-sucedido por todos que ali ingressarem.

A todos, minha especial gratidão

Os critérios da avaliação da idade, da juventude ou da velhice, não podem ser os do calendário. Ninguém é velho só porque nasceu há muito tempo ou jovem porque nasceu há pouco. Somos velhos ou moços muito mais em função de como pensamos o mundo, da disponibilidade com que nos damos ao saber, cuja procura jamais nos cansa e cujo achado jamais nos deixa imovelmente satisfeitos. Somos moços ou velhos muito mais em função da vivacidade, da esperança com que estamos sempre prontos a começar tudo de novo e se o que fizemos continua a encarnar sonho nosso, sonho eticamente válido e politicamente necessário.

Paulo Freire

RESUMO

O fenômeno do envelhecimento populacional e o aumento significativo da longevidade refletiram na tomada de consciência, por parte da Universidade, de que a educação poderia e deveria ser um processo permanente, contínuo e aberto a todas as idades. A educação se apresenta, nesse contexto, com a possibilidade de ampliar a participação dos idosos na vida social e cultural de seu cotidiano, visando à melhoria da qualidade de vida. Entender melhor esta realidade despertou o interesse de realizar o presente estudo, cujo objetivo foi investigar o impacto exercido pelo Programa Terceira Idade em Ação (P.TIA) da Universidade Federal do Piauí no cotidiano de seus participantes, a partir do olhar dos sujeitos envolvidos: o próprio aluno, seus familiares e professores. O instrumento de coleta de dados utilizado com os três segmentos de sujeitos foi a entrevista semiestruturada. Para os idosos, o roteiro constou de questões relacionadas à concepção e auto-percepção sobre qualidade de vida; relações familiares e sociais; concepção sobre velhice e envelhecimento e abordagem sobre a participação no P.TIA. Para os familiares, foram formuladas as mesmas questões, para possibilitar a leitura do cotidiano dos participantes sob o mesmo ângulo de entendimento. Junto às professoras, a abordagem priorizou questões sobre a experiência enquanto educadoras. As questões de pesquisa foram direcionadas para identificação de alguns aspectos da relação de causa-efeito, em termos de mudanças de estilo de vida dos idosos após a inserção nas atividades do Programa e se as ações desenvolvidas pelo P.TIA interferem na qualidade de vida dessas pessoas. Para tanto, o estudo foi realizado através da metodologia da avaliação de impacto que permitiu perceber a relação de causa-efeito entre os resultados encontrados e a participação dos idosos no Programa. Sempre que se referiram ao P.TIA, foi no entendimento de que as contribuições foram importantes, para vivenciarem com mais qualidade de vida, o processo de envelhecimento. Os resultados apontaram para a constatação de que o P.TIA contribui para a melhoria da qualidade de vida, nos seguintes aspectos: estímulo às mudanças no estilo de vida; utilização dos conhecimentos adquiridos para melhorar as condições de saúde; construção de laços afetivos de amizades e ampliação das relações sociais; ocupação do tempo livre; desenvolvimento de habilidades e potencialidades, sempre na perspectiva de se manterem em atividade. A qualidade de vida proporcionada pelas atividades do Programa é traduzida em atitudes de satisfação com a vida, competência social, produtividade e saúde física e mental. A participação do idoso no Programa, revelou aos familiares, a importância de outro componente significativo para o bem-estar vivenciado nessa fase da vida: a sociabilidade. Essa constatação foi autopercebida pelos entrevistados idosos, como um dos fatos mais importantes na passagem pelo P.TIA. O estudo constatou que há consenso entre os três segmentos investigados (alunos, familiares e professoras), sobre a melhoria da qualidade de vida dos idosos, a partir de sua inserção no P.TIA e do impacto positivo no seu cotidiano.

Palavras-chave: Envelhecimento. Educação. Qualidade de Vida. Pessoa idosa.

ABSTRACT

The phenomenon of the population aging and the significant increase of the longevity reflexed on the people's conscious, from the side of the University, that the education could be and should be a permanent, continuous and open process to all ages. The education shows itself, in that context, with the possibility to enlarge the elders' participation in the social and cultural life of their daily routine, seeking for the improvement of their life quality. The interest of accomplishing the present study came in order to understand this reality better, whose objective was to investigate the impact practiced by P.TIA (Third Age in Action Program) of the Federal University of the Piauí in the daily life of their participants, from the view of the involved subjects: the own student, their relatives and teachers. The instrument of data collection used with the three segments of subjects was the structured interview. For the elders, the questionnaire was consisted by questions related to the conception and self-perception about quality life; family and social relationships; conception about older age and aging and the approach about the participation in P.TIA. For the relatives, the same questions were asked, to make possible the reading of the daily life of the participants under the same understanding angle. Altogether to the teachers, the approach prioritized questions about the experience while educators. The research questions were addressed for the identification of some aspects of the cause-effect relation, in terms of changes of the elders' lifestyle after the insert in the activities of the Program and if the actions developed by P.TIA interfere in the quality of those people's lives. For that matter, the study was accomplished through the methodology of the impact evaluation that allowed to realize the cause-effect relation among the acquired results and the elders' participation in the Program. Whenever they referred to P.TIA, it was understood that the contributions were important, for them to live, with more life quality, the aging process. The results point to the verification that P.TIA contributes to the improvement of the life quality, in the following aspects: promotes changes in their lifestyle; use of the acquired knowledge to improve their health conditions; construction of affectionate bonds of friendships and enlargement of the social relationships; occupation of the free time; development of abilities and potentialities, always in the perspective that they have to keep them in activity. The life quality given by the activities of the Program is translated in enjoying attitudes with life, social competence, productivity and physical and mental health. The elders' participation in the Program revealed to the relatives the importance of another significant component for the welfare lived in that phase of the life: the sociability. That verification was perceived by the interviewed elders, as one of the most important facts in the time passed in P.TIA. The study verified that there is a consensus among the three investigated segments (students, relatives and teachers), on the improvement of the elders' life quality, from their insert in P.TIA and of the positive impact on their daily routine.

Key-words: Aging. Education. Life Quality. Elderly person.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	
VELHICE E QUESTÃO SOCIAL	23
1.1 A Velhice Brasileira, enquanto Forma de Expressão da Questão Social	23
1.2 Aposentadoria e Perspectivas	33
1.2.1 Políticas Previdenciária e de Assistência Social	37
1.3 Envelhecimento Populacional e Políticas Públicas	40
1.3.1 O Envelhecimento Populacional no Contexto Mundial	41
1.3.2 O Envelhecimento Populacional na Agenda das Políticas Públicas Brasileiras	47
1.3.3 A Constituição de 1988 e os Avanços na Política de Atenção à Pessoa Idosa.....	49
CAPÍTULO 2	
EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO: CONCEPÇÕES GERONTOLÓGICAS	58
2.1 A Pessoa Idosa e o Direito à Educação	60
2.2 Educação para a Cidadania: a experiência das Universidades Abertas à Terceira Idade.....	66
CAPÍTULO 3	
O PROGRAMA TERCEIRA IDADE EM AÇÃO – P.TIA: POLÍTICA EDUCACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL	77
3.1 A Educação frente ao Envelhecimento Populacional: breves considerações	77
3.2 O Programa Terceira Idade em Ação (P.TIA): contextualização e Caracterização	82
3.3 Proposta Político-Pedagógica.....	88
3.4 Perfil dos alunos do P.TIA	90
CAPÍTULO 4	
O PROGRAMA TERCEIRA IDADE EM AÇÃO – P.TIA: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DO OLHAR DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS	94
4.1 O Percorso Metodológico da Pesquisa	95
4.1.1 O Objeto do Estudo	95
4.1.2 Objetivos	99
4.1.3 Procedimentos Metodológicos	99
4.1.4 Caracterização dos Sujeitos	105
4.2 Resultados e Discussões	105
4.2.1 Qualidade de vida na Velhice: possibilidades e desafios	106
4.2.3 Envelhecimento e Velhice na Perspectiva do Ser que Envelhece, mediatizados pela Educação	116
4.2.4 O Programa Terceira Idade em Ação – P.TIA: Múltiplos Olhares	127
CONCLUSÕES	153
REFERÊNCIAS	161

APÊNDICES	167
ANEXO	175



INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional tem se constituído objeto de estudo dos diversos ramos da ciência, especialmente no âmbito da saúde e das ciências sociais, face aos desdobramentos socioeconômicos, políticos e culturais, gerados a partir de suas manifestações. Transformou-se em um desafio para as nações, ricas e pobres, assumindo as proporções de um fenômeno global, porém, com características específicas conforme a realidade local de cada sociedade.

O sonho da longevidade, que atravessou a história da humanidade, transformou a velhice em uma expressão da questão social, constituindo-se um desafio para todas as nações, principalmente para os países subdesenvolvidos e em vias de desenvolvimento, que não tinham a estrutura necessária para o enfrentamento de todas as conseqüências que o problema traz em seu bojo.

O desafio estava posto aos governos, à sociedade e ao próprio sujeito que envelhece. É um processo que alterou a vida do indivíduo e as estruturas familiares e sociais, acarretando mudanças significativas no conjunto das demandas por políticas públicas, para que essa parcela da população pudesse viver com dignidade e cidadania.

No caso brasileiro, a ação estatal sempre esteve aquém da realidade concreta das necessidades do contingente idoso, frente à estrutura político-social, caracterizada historicamente por profundas desigualdades sociais. Essas desigualdades foram desencadeadas pela deterioração das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, após a Revolução Industrial, no contexto da sociedade capitalista e, nas últimas décadas, pela adoção da política neoliberal de “Estado mínimo”. É uma conjuntura, em que as maiores vítimas são as pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, gerada principalmente pela pobreza, que, no caso da pessoa idosa, agrava-se com a saída do mercado produtivo.

Nessas circunstâncias, o indivíduo em processo de envelhecimento precisa ser protegido pelo Estado, através de políticas públicas que garantam a satisfação de suas necessidades básicas e as condições de acesso aos bens e serviços sociais, como prerrogativas de direitos de cidadania e não mais como benefícios compensatórios de cunho estritamente

assistencialista, como eram tratadas essas questões no passado recente. É responsabilidade também, de outros segmentos da sociedade e da família, respeitadas as proporções de uma sociedade desigual, criar condições que favoreçam a manutenção da sociabilidade, da independência e da autonomia da pessoa idosa, em prol da melhoria da qualidade de vida.

Envelhecer com qualidade é o principal desafio para esse segmento populacional, o que exige políticas públicas e programas sociais comprometidos com a inclusão social, em forma de participação do idoso na sociedade, quer pela manutenção de seus papéis sociais, quer pela adoção de novos, que surgirão conforme sua atuação no processo de transformação da realidade, do seu entorno sociopolítico e cultural.

Nesse contexto, a educação insurge-se como possibilidade de reverter a imagem estereotipada da velhice para uma representação mais positiva, priorizando o indivíduo que envelhece como sujeito e autor de sua história, na perspectiva de um agir transformador. Na concepção de Paulo Freire,

somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de “distanciar-se” dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformá-lo e transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se. Além disso, somente este ser é já em si um compromisso. Este ser é o homem (1979, p. 17).

É nessa dimensão de *agir para transformar*, que as Universidades, através de projetos de educação permanente, se apresentam como uma alternativa de favorecer o desenvolvimento integral da pessoa idosa. É uma educação que se desenvolve *com os idosos*, no sentido de que eles devem ser os protagonistas nesse processo, em sintonia com o novo paradigma de velhice, pautado no envelhecimento ativo e com mais qualidade de vida.

Para contextualizar o trabalho desenvolvido pelas Universidades Abertas à Terceira Idade (UNATIs), o presente estudo se apoiou em uma rápida incursão sobre a trajetória histórica percorrida pelas experiências de educação destinadas ao público adulto e idoso.

O percurso histórico revelou ser a educação de idosos uma prática recente na realidade brasileira, tanto quanto o envelhecimento de sua população. Até a década de 1970, a educação voltada para as pessoas adultas e idosas limitava-se aos programas de alfabetização, que tiveram seu auge com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Programas educacionais dirigidos especificamente para os idosos tiveram início com os grupos de convivência do Serviço Social do Comércio (SESC), nos anos sessenta do século XX, mas as atividades eram oferecidas em forma de lazer para ocupação do tempo livre e desenvolvimento da sociabilidade.

Nesse mesmo período, na França, surgiam nas Universidades as primeiras experiências de formas alternativas de educação para pessoas recém-aposentadas, com atividades culturais, denominadas Universidades do Tempo Livre, que foram precursoras da primeira Universidade da Terceira Idade, criada em 1973, em um cenário de aumento da expectativa de vida da população francesa. Esse novo modelo, que se expandiu pelo resto da Europa e do mundo, consistia em dar oportunidades às pessoas que adentravam à fase da velhice, de se desenvolverem a partir de suas experiências de vida, para o enfrentamento dos problemas inerentes ao envelhecimento.

No Brasil, as UNATIs se instalaram a partir da década de oitenta, quando se tornavam mais evidentes os efeitos do envelhecimento populacional e, conseqüentemente, a necessidade de “realizar estudos e divulgar conhecimentos técnico-científicos na área gerontológica; formar recursos humanos em todos os níveis e promover o cidadão idoso”. Esses foram os objetivos do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), criado em 1982, pela Universidade Federal de Santa Catarina, considerado o primeiro programa universitário de atendimento ao público idoso (CACHIONE, 1998, p. 48).

No Piauí, por iniciativa da Dra. Aglair Alencar Setúbal, docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI), foi criado em 1995 o Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre a Terceira Idade (NUPETI). Tinha como objetivo inicial “estudar, observar e identificar no âmbito local, regional e nacional, a situação do idoso” (SETÚBAL, 1998, p. 6).

O Núcleo desenvolveu seu trabalho por três anos, em caráter experimental e, em 1998, foi institucionalizado com uma nova nomenclatura: Núcleo de Pesquisa e Extensão Universitária para a Terceira Idade (NUPEUTI). Na mesma ocasião, como fruto do trabalho realizado, foi criado o Programa Terceira Idade em Ação (P.TIA), um programa extensionista de educação permanente, no formato de Universidade Aberta à Terceira Idade, campo de investigação do presente estudo.

Nesse contexto, constituiu-se o objeto de estudo do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, avaliar o processo educacional desenvolvido pelo Programa. O objetivo principal foi *investigar o impacto exercido pelo P.TIA no cotidiano de seus participantes, quanto às mudanças no estilo de vida, nos comportamentos e atitudes em relação ao processo de envelhecimento*. O estudo realizou-se na perspectiva de perceber a relação entre a participação dos idosos nas atividades do Programa e a melhoria da qualidade de vida, compreendendo o período de 1998, ano de sua criação, até 2008, quando foi realizado o processo investigativo.

A escolha da pesquisadora por realizar o estudo no P.TIA justificou-se pela sua aproximação com a temática “envelhecimento e educação”, no próprio Programa, inicialmente como professora colaboradora e, posteriormente, como coordenadora por um período de cinco anos, que cessou com o seu ingresso no Mestrado de Políticas Públicas. Estudar o envelhecimento humano foi uma paixão despertada a partir da sua qualificação em nível *lato-sensu*, no curso de Especialização em Gerontologia Social, realizado em 1998/1999, sob a coordenação do NUPEUTI e consolidada na prática profissional junto ao P.TIA.

Para realizar o presente estudo e atender aos propósitos contidos nos seus objetivos, optou-se por compor uma amostra, que contemplasse os dois segmentos envolvidos diretamente no processo educacional: o próprio aluno e o educador. A essa amostra foi acrescentada a participação de familiares dos idosos, com a intenção de perceber se, uma vez identificado o impacto do Programa, na melhoria da qualidade de vida dos idosos investigados, que reflexos têm produzido no cotidiano do seu convívio familiar.

A inclusão dos professores no estudo oportunizou ir além da percepção das mesmas manifestações comportamentais dos alunos no espaço da sala de aula. Permitiu também avaliar o Programa a partir da proposta metodológica adotada e sob a ótica do impacto social junto à Universidade e à pessoa idosa. A avaliação sob estes dois ângulos foi acrescentada ao estudo pela necessidade, surgida durante o processo investigativo, de contextualizar o processo de ensino-aprendizagem e perceber o impacto acadêmico e social do Programa.

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, ancorado na metodologia de avaliação de impacto. Este modelo avaliativo, muito utilizado nos campos da pesquisa social e das políticas públicas, possibilita identificar os efeitos ou impactos de um programa ou

política social, sobre a população a quem se destinam suas ações e as mudanças decorrentes de suas intervenções.

Neste trabalho, a metodologia permitiu estabelecer relações de causalidade entre a participação dos sujeitos idosos no P.TIA e o impacto promovido no seu cotidiano, para a melhoria da qualidade de vida.

O estudo teve como parâmetros as questões de pesquisa formuladas para atender ao objetivo de avaliar o impacto do Programa no cotidiano dos alunos idosos. Neste sentido, procurou-se identificar se a participação no P.TIA promoveu a ampliação e a aquisição de novos conhecimentos; se estes conhecimentos permitiram mudanças de atitude em relação à autopercepção do envelhecimento; mudanças de posturas para o enfrentamento da realidade, mediante uma conduta de luta permanente pela construção da cidadania da pessoa idosa. Questionou-se ainda se as ações do P.TIA interferem na qualidade de vida dessas pessoas e se estes aspectos são percebidos pelos familiares e professores.

Para dialogar com os sujeitos, o instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada. Para os sujeitos idosos, as abordagens versaram sobre a concepção e auto-percepção da qualidade de vida; relações familiares e sociais; concepção sobre velhice e envelhecimento e sobre aspectos inerentes à participação nas atividades do P.TIA. As mesmas questões foram levantadas nas entrevistas com os familiares, no sentido de estabelecer correlações entre os resultados, na mesma perspectiva de análise junto aos dois grupos de sujeitos. Junto às professoras, foram abordados os aspectos metodológicos; a experiência enquanto educadores de alunos idosos e a visão sobre o Programa e sua importância para a pessoa idosa e para a Universidade. O estudo foi complementado com pesquisa documental junto ao NUPEUTI e ao P.TIA, além de consulta ao Regimento Interno da UFPI, no que se refere à extensão universitária.

Durante todo o percurso investigativo, a pesquisa bibliográfica apoiou-se nos estudos de publicações científicas produzidas na área da gerontologia, principalmente nas produções sobre os seguintes temas: educação permanente e programas educacionais desenvolvidos pelas universidades abertas à terceira idade; gerontologia educacional; qualidade de vida; envelhecimento bem-sucedido, envelhecimento ativo; velhice; cidadania; relações sociais e familiares. Também embasaram os estudos as legislações que tratam dos direitos e deveres da pessoa idosa: a Constituição Federal de 1988; a Política Nacional do Idoso (PNI); A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Estatuto do Idoso.

Para a construção desta dissertação, os dados foram analisados através da técnica de análise cruzada, que utiliza a evidência oral manifestada nos depoimentos dos sujeitos, como fonte de informações para a organização do texto, cuja interpretação deve ser coerente com o contexto estudado (THOMPSON, 1992, p. 304). Para a argumentação, utilizaram-se os referenciais teóricos da área gerontológica, sobre as temáticas desenvolvidas nas discussões dos resultados.

A dissertação intitulada “Programa Terceira Idade Em Ação - P.TIA: espaço múltiplo de qualidade de vida da pessoa idosa, mediatizado pela educação” está estruturada em quatro capítulos, que constam da revisão bibliográfica, do percurso metodológico no processo investigativo e da apresentação dos resultados.

O primeiro capítulo traz uma abordagem sobre a velhice, enquanto forma de expressão da questão social. O aumento da expectativa de vida e o crescimento proporcional do número de idosos na população, deram visibilidade à velhice e despertaram a atenção do Estado e da sociedade, frente às configurações complexas e multidimensionais em que se revelaram os problemas que acometem o sujeito em processo de envelhecimento, em uma sociedade permeada por grandes desigualdades sociais.

O conjunto de necessidades da velhice, gerado pela divisão social do trabalho, do sistema capitalista, que afastou do mundo produtivo trabalhadores de mais idade, contribuiu para a marginalização e pauperização dos idosos, com repercussões sociais e econômicas para esses indivíduos e suas famílias. Nesse sentido, o problema da velhice, enquanto refração da questão social, exige proteção estatal, através de políticas públicas que atenuem a dura realidade dos idosos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Por fim, o texto desse capítulo traz um recorte das políticas públicas implementadas a partir do envelhecimento da população, cujas discussões têm, como referência, as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU), nas Assembléias Mundiais sobre o Envelhecimento, realizadas em 1982 e 2002, em Viena e Madri, respectivamente. Em nível nacional, o marco principal foi a Constituição Federal de 1988, responsável pelos avanços na proposição e implementação de legislações específicas para a pessoa idosa, como a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso.

O segundo capítulo apresenta o referencial teórico sobre educação e envelhecimento, pautado nas concepções gerontológicas disponíveis na produção científica dos últimos anos. Em suas subseções, aborda a educação de idosos como direito e como estratégia para ressignificação da velhice, sob novas formas de sociabilidade e definição de novos papéis, na perspectiva da cidadania.

Destaca também a política social representada pelas UNATIs, reportando-se ao modelo de educação permanente, cujo processo é pautado no protagonismo do idoso, que estimula o desenvolvimento de suas potencialidades, adquiridas pelas experiências de vida. É um modelo que favorece novas formas de aprender, na perspectiva de transformar a realidade, através da integração e participação social, tendo, como parâmetros, o envelhecimento bem-sucedido com autonomia, independência e cidadania.

O terceiro capítulo aproxima o objeto de estudo, cujo texto apresenta o Programa Terceira Idade em Ação, como uma política educacional de inclusão social, contextualizando e caracterizando suas ações, em consonância com os pressupostos da educação permanente e das universidades abertas à terceira idade, inserido no contexto da extensão universitária. Destaca ainda sua importância para a UFPI, no que diz respeito ao impacto acadêmico, que se revela na sua atuação, sob o tripé das ações fins da Universidade, que, de forma indissociável, articula atividade de ensino, pesquisa e extensão.

No último capítulo, intitulado “O Programa Terceira Idade em Ação – P.TIA: uma avaliação a partir do olhar dos sujeitos envolvidos”, estão explicitados o percurso metodológico da pesquisa e a análise dos resultados do estudo. No percurso metodológico estão descritos: o objeto e objetivos do estudo e os procedimentos metodológicos quanto às escolhas da composição da amostra, da abordagem, do método e instrumento de pesquisa e modelo de construção e análise dos dados.

Na seção dos resultados, as discussões foram apresentadas em três subseções, assim identificadas: “Qualidade de vida na velhice: desafios e perspectivas”; “Envelhecimento e velhice na perspectiva do ser que envelhece, mediatizados pela educação” e “O Programa Terceira Idade em Ação – P.TIA: múltiplos olhares”. Os textos foram construídos através da análise cruzada das evidências orais, presentes nos relatos dos entrevistados, com os indicadores estabelecidos no início do estudo, quando da formulação das questões de pesquisa e no roteiro-guia das entrevistas.

Os principais indicadores que nortearam a discussão dos resultados foram: qualidade de vida; estilo de vida; relações familiares e sociais; concepções sobre velhice e envelhecimento e participação no P.TIA, avaliados sob o olhar dos próprios alunos, de seus familiares e de professoras do Programa. As abordagens tiveram a interlocução com autores da literatura gerontológica sobre envelhecimento; velhice; educação permanente; gerontologia educacional; relações sociais; família e envelhecimento; envelhecimento e velhice bem-sucedida, ancorados na perspectiva da qualidade de vida e da cidadania.

As conclusões deste estudo indicam que o Programa Terceira Idade em Ação atende às expectativas dos alunos e ex-alunos investigados. É uma evidência que pode ser encontrada junto a outros participantes do Programa, embora não possa ser generalizada a todos os alunos ou a sua maioria, em função das múltiplas formas de vivências da velhice, que recebem a interferência do contexto socioeconômico, histórico e político em que essas pessoas vivem.

O aprimoramento e expansão das ações do Programa implicam no compromisso de todas as partes envolvidas: da equipe que o conduz, dos professores, dos alunos, ex-alunos, mas principalmente da Universidade, no sentido de oferecer uma estrutura maior e melhor, para ampliação de suas atividades e para sua consolidação como política pública de educação e de inclusão social da pessoa idosa. Pressupõe também uma estruturação político-pedagógica, que reoriente a construção e difusão de uma metodologia própria e da concepção multidisciplinar sobre o envelhecimento, na comunidade acadêmica.

As contribuições que este estudo apresenta são subsídios para novas investigações, sob outros ângulos e aspectos apontados como fatores limitantes na condução do P.TIA, enquanto programa de educação permanente para pessoas em processo de envelhecimento. O enfoque do trabalho, centrado na avaliação do impacto produzido pelo Programa no cotidiano dos alunos, traça um pouco da trajetória de dez anos de atuação e aponta limites e possibilidades, para sua consolidação como política de inclusão social pela educação, da pessoa idosa na realidade piauiense.



CAPÍTULO 1

VELHICE E QUESTÃO SOCIAL

As pessoas idosas desejam e podem permanecer ativas e independentes por tanto tempo quanto for possível, se o apoio adequado lhes for proporcionado. Os idosos encontram-se potencialmente em risco não apenas porque são velhos, mas porque são vulneráveis às incapacidades de suas próprias mentes, de seus corpos e de seu meio físico e social.

Renato Veras

1.1 A Velhice Brasileira, enquanto Forma de Expressão da Questão Social

O aumento da longevidade da população constitui-se um dos maiores desafios para o século XXI, principalmente para os países em desenvolvimento, como o Brasil, que, segundo estimativas do IBGE, terá uma população de idosos em torno de 33 milhões de pessoas no ano de 2025, quase o dobro da população atual estimada pela última PNAD/2005-2006, realizada por esse Instituto, que encontrou um contingente de 19.077.000 idosos na contagem da população.

Assim, o ideal da longevidade não é mais um simples sonho que a humanidade ambiciona desde os primórdios da história. É uma realidade incontestável que está presente em todas as sociedades no mundo inteiro. O envelhecimento populacional¹ é um fenômeno mundial recente, considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) um triunfo para a humanidade e uma das maiores conquistas do século XX, mas também um grande desafio para o século XXI, produzindo impactos políticos, econômicos e sociais em grande escala para as nações.

Nos países desenvolvidos (Europa e América do Norte), o envelhecimento da população ocorreu lentamente, num período de quase cem anos, em um cenário de

¹ Envelhecimento populacional é o aumento proporcional do número de idosos em uma determinada população. “[...] relaciona-se a uma redução no número de crianças e jovens e a um aumento na proporção de pessoas com 60 anos ou mais” (WHO, 2005, p. 8).

desenvolvimento socioeconômico favorável. Neles, a proporção da população de 60 anos e mais já atingiu, há várias décadas, níveis bastante expressivos.

Nesses países, o *welfare state* consolidara-se como sistema de garantias de direitos através da ação do Estado no atendimento à proteção do indivíduo em situação de pobreza e em risco de vulnerabilidades sociais provocadas por doenças, velhice, morte e desemprego, através de políticas cujos programas garantiam o acesso aos bens e serviços de saúde e educação de caráter universal. Dessa forma, a população idosa enfrentou os desafios do processo de envelhecimento de forma digna e com melhor qualidade de vida.

Entretanto, nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, o chamado “terceiro mundo”, os problemas decorrentes do envelhecimento da população representaram desafios maiores, tendo em vista a conjuntura socioeconômica recessiva e os graves quadros de pobreza e desigualdades sociais. Pelo ritmo acelerado em que vem se processando, exige que as políticas públicas nesses países sejam reavaliadas, no sentido de identificar alternativas para atender ao novo perfil etário, principalmente nas áreas de saúde, previdência e assistência social que compõem o sistema de proteção social, pois as estimativas são de que, na metade do século XXI, 70 % dos idosos viverão nessas regiões.

No Brasil, considerado até a década de 70 um “país de jovens”, o processo de transição demográfica que alterou a composição etária da população vem repercutindo nas esferas social, econômica, política e cultural de nossa sociedade. O Brasil ocupava, no ano de 1950, o 16º lugar no *ranking* mundial de população idosa, com 2,2 milhões de idosos. Em 1985, passou a ocupar o 11º lugar, com 8,9 milhões e, no ano de 2025, o país deverá ocupar o sexto lugar no *ranking* mundial, com uma população acima de sessenta anos estimada em 33,8 milhões de pessoas. No período compreendido entre o ano de 1950 e 2025, a população brasileira terá aumentado cinco vezes enquanto o número de idosos será quinze vezes maior.

O último censo demográfico, realizado em 2000 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou um percentual de 8,6% de idosos² no universo geral da população – o dobro do índice registrado em 1940, que era de 4%. Paralelo a esses dados, o percentual de crianças até 14 anos de idade reduziu de 42,9% para 29,6% no mesmo espaço de tempo, configurando-se o envelhecimento populacional, que teve como causas principais a

² Para fins demográficos, considera-se idoso quem tem 60 anos de idade ou mais, coorte definido pela OMS para os países subdesenvolvidos ou em via de desenvolvimento. Para os países desenvolvidos, a OMS definiu, como coorte, 65 anos de idade (IBGE, 2000).

alta fecundidade das décadas de 50 e 60 e a queda dos índices de mortalidade que beneficiou todos os grupos populacionais.

Entretanto, só a partir da década de 60, o fenômeno do envelhecimento populacional no Brasil apresentou as primeiras evidências. A população idosa, que era de 3.330.996 pessoas e que representava 2,74% da população total, passou, num espaço de quarenta anos, em 2000, para 14.536.029 de idosos, atingindo o percentual de 8,6% da população geral. Os indicadores levantados pelo IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) nos anos de 2005 e 2006, revelaram que esse percentual já era de 10,2 %, o que representa uma população de 19.077.000 de pessoas com sessenta anos e mais, sendo o segmento populacional que mais cresce. (IBGE, 2000; 2006).

Porém, os dados demográficos analisados isoladamente não são suficientes para entender o processo de envelhecimento, suas conseqüências, perspectivas e desafios. É necessário perceber a velhice “como um fenômeno social resultante de um conjunto de determinantes econômicos, sociais, políticos e ideológicos que ocorrem na correlação de forças e contradições engendradas pelo modo de produção capitalista” (GOLDMAN, 2001, p. 03).

É necessário considerar que os idosos, como os demais segmentos etários, têm demandas específicas por melhores condições de vida. Dessa forma, esperam-se do Estado e da sociedade, investimentos em políticas públicas e sociais adequadas aos idosos, que atendam às demandas de suas necessidades de saúde, educação, cultura, renda, trabalho, lazer, segurança e moradia, bem como de outros indicadores de qualidade de vida e bem-estar que as pessoas idosas precisam para viverem a última etapa da vida, com a dignidade a que todo ser humano tem direito.

Entretanto, justificar a necessidade de investimentos na reformulação e implementação de políticas públicas para a pessoa idosa pelos determinantes demográficos não é suficiente e não dimensiona a totalidade e a complexidade da questão da velhice, conforme posição de Debert (2004, p. 12) de que

[...] explicar por razões de ordem demográfica a aparente quebra da “conspiração do silêncio”³ em relação à velhice é perder a oportunidade de

³ Maneira pela qual Simone de Beauvoir classificava a resposta social dada à velhice nas sociedades modernas, com o intuito de mobilizar a sociedade para a situação de abandono do idoso e estimular o cuidado à velhice. “Para a sociedade, a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar [...]. Aí

descrever os processos por meio dos quais o envelhecimento se transforma em um problema que ganha expressão e legitimidade, no campo das preocupações sociais do momento (grifo da autora).

Neste sentido colocado pela autora é necessário entender a velhice como uma construção social, a partir das concepções que a sociedade atribui ao idoso, portanto, um conceito em permanente mudança, em função das variações da economia, do contexto político e sociocultural e demais aspectos responsáveis pelas transformações da sociedade.

Para Beauvoir (1990, p. 20), “a velhice não poderia ser compreendida senão em sua totalidade; ela não é só um fato biológico, mas também um fato cultural”. Historicamente, a velhice foi abordada nas dimensões física e biológica do envelhecimento e de forma homogênea. Somente após a sua concepção como um problema social de grandes proporções frente ao envelhecimento populacional, assiste-se à transformação do conceito de velhice, a partir das interpretações das diferentes experiências individuais e coletivas, conforme o contexto socioeconômico, cultural e político, onde o idoso foi ou está inserido.

A velhice, assim entendida como um problema social com múltiplas dimensões, configura-se em uma das formas de expressão da *questão social*⁴, uma vez que implica graves e multifacetados problemas que repercutem social, econômica e politicamente na vida dos idosos e de suas famílias, na sociedade e na economia do país, ganhando visibilidade social e despertando a atenção do Estado na pauta das políticas públicas.

O problema social⁵ representado pela velhice, enquanto expressão da questão social, é um fato recente tanto quanto o próprio envelhecimento populacional, que vem ganhando representatividade em função do prolongamento da expectativa de vida da população e consequente crescimento do número de idosos e da exclusão e marginalidade social vivida pela maioria dos idosos.

está justamente por que escrevo este livro: para quebrar a conspiração do silêncio” (BEAUVOIR, 1990, p. 8).

⁴ A expressão “*questão social*” foi criada na França, no final do século XIX, para caracterizar as disfunções decorrentes das condições de exploração do homem pelo trabalho, estabelecidas pela sociedade industrial que emergia àquela época.

⁵ Cabe esclarecer a diferença entre problema social e questão social. Cohn (2000, p. 388) assim se manifesta: os problemas “dizem mais respeito a coisas e fenômenos indesejáveis, porém aceitáveis de com eles se conviver”, já a questão social remete “à esfera do reconhecimento de alguns dentre esses fenômenos como *legítimos*, e como tal devendo ser enfrentados pela coletividade, constituindo-se e regulando-se assim determinados padrões de solidariedade social. E mais que legítimas, as questões sociais passam a ser concebidas e decifradas não mais como fenômenos excepcionais e episódicos, mas como regulares e permanentes, vale dizer, assumidas como algo de caráter estrutural”.

A modernidade trouxe consigo um novo tempo - o tempo da produção industrial, a partir do qual a sociedade moderna voltou-se de forma obsessiva, visando atender às exigências e demandas do mercado financeiro capitalista, que tem por fundamento básico a obtenção de lucros. Mas com uma peculiaridade: tudo, ou quase tudo, fica subordinado à produção, inclusive a percepção do envelhecimento, da velhice e a forma de lidar com estes fatores.

É nessa perspectiva que se constata que milhões de trabalhadores aposentados, que dedicaram toda a vida ao trabalho e à produtividade, não são vistos como sujeitos úteis, mas como mercadorias descartáveis, postos à margem da sociedade pela condição de improdutividade ditada pelo capitalismo.

As políticas públicas, os programas preventivos, os serviços especializados que respondam às expectativas e necessidades da população idosa sob o ponto de vista físico, psíquico e social ainda são inexpressivos, dada a complexidade em que ela se apresenta. A ausência de apoio familiar, a pobreza, a perda de papéis sociais, os preconceitos marcam a velhice nas sociedades modernas, que abandonam seus velhos a uma existência sem significado, levando a pessoa idosa à marginalização e exclusão social, acentuando as fragilidades naturais do envelhecimento.

A velhice, enquanto refração da questão social, frente ao rápido envelhecimento populacional, constitui-se um desafio para o Estado, para a sociedade civil e uma responsabilidade maior para a família, que por sua vez não foi preparada para cuidar de seus velhos por tanto tempo e, na grande maioria dos casos, sem condições estruturais de garantir, sequer, as condições mínimas necessárias para uma velhice digna. São muitas as suas formas de enfrentamento, que se distinguem de um indivíduo para outro como bem retrata Beauvoir, quando afirma que:

A imagem da velhice é incerta, confusa, contraditória. Importa observar que, através dos diversos testemunhos, a palavra 'velhice' tem dois sentidos diferentes. É uma certa categoria social, mais ou menos valorizada segundo as circunstâncias. É, para cada indivíduo, um destino singular – o seu próprio (1970, p. 109).

Nesse sentido, a questão social do idoso, dada a sua complexidade exige o compromisso, principalmente do Estado, em promover políticas sociais que atenuem essa realidade decorrente das condições socioeconômicas, marcadas por grande desigualdade

social que impera no país. Não se garantem aos seus cidadãos as condições mínimas para uma existência humana digna, especialmente às classes menos favorecidas, exploradas pelo trabalho, onde se concentra a maioria dos que conseguem viver até idades mais avançadas.

A questão social é definida por Cerqueira Filho (1982, p. 21) como “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista”, no âmbito dos conflitos entre o capital e o trabalho travados através das lutas das classes trabalhadoras por melhores condições de vida e de trabalho. Ou seja, se traduz em demandas levantadas pelos trabalhadores e que requerem a atenção do Estado para se legitimarem em forma de direitos e políticas sociais, para a minimização da precarização e da miséria da classe trabalhadora. Segundo Haddad (1986, p. 42), no caso da velhice,

a questão social é formulada desconsiderando os fundamentos materiais de sua existência, vista como ameaça que paira sobre todos os homens, independentemente do lugar que ocupam no processo produtivo, camuflando o fato de que é a classe trabalhadora formada pelos homens-mercadoria, que aciona o processo produtivo, a protagonista, historicamente constituída, da tragédia do fim da vida.

A questão social, a partir de uma configuração tão ampla, exige o entendimento da complexidade de fatores que interferem nesse fenômeno, dadas as intercorrências de componentes históricos, políticos, econômicos e culturais das suas diversas formas de manifestação nas últimas décadas, ou seja, a totalidade das relações do homem em uma sociedade regulada pelo capital. Na visão de Yamamoto (2004, p. 10),

a questão social *enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas*, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais [...] e requer, no seu enfrentamento, *a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal voltadas aos interesses das grandes maiorias [...]* (grifos da autora).

Essas políticas precisam estar voltadas também, para o atendimento mínimo das necessidades de pessoas em processos de precarização do trabalho, desigualdade social e conseqüentemente de pauperização e exclusão social. Essas circunstâncias produzidas na divisão social do trabalho, impetradas pelo capital, valorizam as necessidades do mercado em detrimento das necessidades humanas.

O modelo capitalista da sociedade contemporânea tem-se firmado na exploração do homem pelo trabalho, cuja característica principal é a transformação do trabalho em mercadoria, visando à acumulação do capital e, por consequência, o aumento da produtividade e do lucro. Nessa conjuntura, a venda da força de trabalho para a produção de riquezas e para a garantia da própria sobrevivência transforma o homem em

mercadoria, portanto, com valor de uso e de troca, que declina em proporções rápidas pelo uso abusivo, intensivo ou extensivo, pelo capital, engendrando desvalorização social e pobreza para os que não podem mais viver da venda de sua força de trabalho e não dispõem de meios de sobrevivência, dependendo de alguma forma de assistência pública ou privada (TEIXEIRA, 2008, p. 63).

O crescimento econômico e a industrialização modificaram, sob a égide do capitalismo, a posição dos idosos na sociedade, colocando a velhice à margem dos interesses produtivos. Beauvoir (1990, p. 300) afirma que “para aumentar o lucro, o capitalismo procura a todo custo aumentar a produtividade. À medida que os produtos se tornam mais abundantes, o sistema exige uma alta do rendimento”. E acrescenta ainda que, nesse contexto, “os velhos trabalhadores não são capazes de se adaptar às cadências impostas aos operários”.

Dessa forma, assiste-se à exclusão de grande contingente da população idosa do processo produtivo, contribuindo para a marginalização dos velhos, a partir da percepção da velhice associada à noção de decadência. Para Ramos (2002, p. 18), “tal percepção decorreu dentre outros fatores, da visão consoante a qual os velhos tinham pouca ou nenhuma utilidade na produção e reprodução da riqueza”, impondo a esse segmento um nível de vida miserável.

A sociedade industrial capitalista focada na produção e no consumo exige corpos jovens e fortes, resistentes e ágeis para a produção, cujo processo exige a substituição do que foi produzido no passado pela criação de novas formas de produção e de consumo. Isso implica também o descarte da experiência do trabalhador de mais idade, que, segundo essa lógica, não acompanha a evolução das transformações tecnológicas do mercado globalizado. Dessa forma, não há espaço às adaptações para o trabalhador que envelhece, desqualificando-o de suas funções e condenando-o muito cedo à “inatividade” e muitas vezes à miséria, pois esse trabalhador é visto não pelas suas capacidades, mas em função das limitações físicas decorrentes do processo biológico de envelhecimento.

Assim, na divisão social do trabalho do capitalismo moderno, só interessa o ser humano com força de trabalho ou como consumidor dos bens produzidos pelo capital, o que

explica a desvalorização social que é atribuída ao trabalhador que envelhece, como salienta Bosi (1994, p. 77): “perdendo a força de trabalho ele já não é produtor nem reproduzidor”. Ao perder o valor de uso para o capital, colocado como “excedente” dos processos de trabalho, tem sua força de trabalho desgastada em função das limitações características do processo de envelhecimento. Por consequência é eliminado do mercado de trabalho e condenado à “inatividade”, atendendo exclusivamente aos interesses do capital. Nesse contexto,

a velhice é significada como o momento da diminuição da força de trabalho dos sujeitos, como o momento em que os indivíduos tornam-se incapazes de produzir. É basicamente uma representação produzida para atender às necessidades de renovação da força de trabalho. A representação social sobre a velhice é então, determinada pela inserção do sujeito no processo de produção. O trabalho é, assim, um importante produtor de subjetividades. Através dele os sujeitos se reconhecem, incorporam seus papéis sociais e se identificam (LUCA, 2003, p. 201).

Essas subjetividades produzidas no cotidiano dos trabalhadores sobre o trabalho – obrigação ou realização de si mesmo - na visão de Beauvoir (1990, p. 325) refletem um significado ambivalente. É “ao mesmo tempo uma escravidão, uma fadiga, mas também uma fonte de interesse, um elemento de equilíbrio, um fator de integração à sociedade”. Este segundo significado do trabalho refere-se a uma pequena parcela de idosos, pertencentes a uma classe privilegiada, que tiveram na acumulação de bens uma forma de serem valorizados pela sociedade, não pelo que foram enquanto trabalhadores ou por seus valores pessoais, mas pelo que conseguiram reproduzir – a propriedade, os bens materiais, a riqueza. Esses velhos, embora afastados do ambiente de trabalho, mantêm sua função social pelo *status* adquirido pela via da produção de riquezas.

E o trabalhador pobre, que envelheceu vendendo sua força de trabalho e escravizou-se ao capital? Nessa conjuntura, o que resta ao sujeito idoso afastado do setor produtivo ou obrigado pelas circunstâncias de pauperização a permanecer nele? Quando retorna ao processo produtivo, não o faz para realizar-se, mas por necessidade de sobrevivência frente à situação de precariedade em que se encontra ao perder o valor da força de trabalho para o capital. Sujeita-se muitas vezes às condições de trabalho ainda mais precárias, em função de suas limitações decorrentes do processo de envelhecimento.

O problema social da velhice é, antes de tudo, um problema da classe trabalhadora, que tem sua força do trabalho explorada ao longo da vida, contribuindo para a produção da riqueza, sem, no entanto, poder usufruir o que lhe seria de direito caso houvesse uma

distribuição equitativa e justa dos bens e riquezas produzidas. As sociedades capitalistas, ao supervalorizarem o trabalho na vida do homem, comprometem a qualidade do envelhecimento do trabalhador ao se desligar do mundo laboral, pois, na maioria dos casos, ele não apresenta as condições e habilidades necessárias para empreender novos projetos e novas atividades.

Uma síntese das condições de vida da população idosa mais pauperizada pode ser visualizada através dos dados estatísticos levantados pelo IBGE, no último censo demográfico 2000 e pelas PNADs de 1997 e 1998, que traçam o retrato socioeconômico do idoso brasileiro.

Os números revelaram que os idosos extremamente pobres representam entre 2% e 4% (abaixo da linha da pobreza) e os mais ricos são 10% da população idosa. No intervalo entre os dois extremos, encontram-se aqueles que recebem aproximadamente um salário mínimo, que representam a maioria dos idosos, renda esta que não é suficiente para garantir uma boa qualidade de vida, no atendimento, pelo menos, das necessidades básicas. Segundo a PNAD de 1998, 12% dos idosos não tinham nenhum tipo de renda, e as famílias com idosos indigentes representavam um percentual de 9,3%.

Porém, as desigualdades sociais desse contingente não se expressam apenas pela distribuição de renda. Outros indicadores revelam quão é difícil a vida do trabalhador de mais idade, desprovido dos bens materiais e da riqueza socialmente produzidos com sua força de trabalho.

As expansões do capital beneficiam-se das condições adversas sob as quais os trabalhadores são obrigados a produzir, no campo e na cidade. Os mesmos “indicadores econômicos” da modernidade alimentam-se dos “indicadores sociais” da “sociedade primitiva”. Os setores sociais “participantes” têm uma base na exploração dos “excluídos”. Em outros termos, a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades que constituem a questão social (IANNI, 1992, p. 112, grifos do autor)

Esses outros indicadores das desigualdades que caracterizam o trabalhador mais velho na realidade brasileira indicam que, entre os idosos mais pobres, 61% são analfabetos ou não concluíram um ano de estudo; 56,4 % concentram-se na Região Nordeste; 58,3% vivem em famílias numerosas (potencialmente mais vulneráveis, principalmente em função do desemprego estrutural que atinge seus membros).

Sobreposto a essas condições de vulnerabilidade social atrelada ao mundo do trabalho, está o contingente de 43,1% de idosos que permanecem no mercado produtivo, seja no trabalho formal ou na informalidade (trabalhos por conta própria e de autossustentação), do que se conclui que o idoso permanece no mercado de trabalho, não por opção, mas por necessidade de garantir a própria subsistência e de sua família. Considere-se, para tanto, o percentual de 62,4% de idosos chefes de domicílios, encontrados no último censo em 2000, dos quais 44,5% recebem apenas um salário mínimo mensal, para a própria manutenção e da família.

O modelo de desenvolvimento econômico vigente no Brasil, moldado no capitalismo, tem gerado estruturalmente desigualdades e injustiças sociais, com a deterioração crescente das condições de vida e de trabalho. Estas circunstâncias impõem, ao indivíduo em processo de envelhecimento, discriminações não apenas pela idade, mas também pela posição expressa principalmente na divisão social do trabalho e pela situação socioeconômica, que determina ou limita, *a priori*, as condições de acesso aos bens e serviços necessários para uma velhice digna e saudável, com independência e autonomia.

Nessa conjuntura, reforça-se a compreensão de que o problema social da velhice, enquanto refração da questão social, é eminentemente econômico e político e como tal deve ser percebido e tratado, sob todas as facetas em que se apresenta em sua heterogeneidade. Porém, o que se constata é que a sociedade contemporânea, atenta às exigências da chamada globalização capitalista, impõe a transferência das responsabilidades e das decisões do Estado para o mercado, onde as responsabilidades com o bem comum da população são transferidas da esfera pública para a esfera privada.

Acrescente-se, a essa realidade, o Estado Mínimo, proposto pela globalização capitalista e pela política neoliberal, que se caracterizam pela ausência da dimensão pública nas diversas áreas de intervenção social e que, no tocante ao envelhecimento da população, não respondem às demandas sociais que o segmento idoso exige e delas necessita.

Dessa forma geral, as respostas à questão social exigem a adoção de políticas sociais de caráter universal, para o atendimento mínimo das necessidades de pessoas em processo de precarização do trabalho, desigualdade social e, conseqüentemente, de pauperização e exclusão social, como o caso das pessoas idosas. Nesse contexto, Guimarães aponta que a questão social

é conduzida para a arena do Mercado e/ou “Estado Mínimo”. Sobretudo, a sociedade passa a ser responsabilizada cada vez mais, pelos modos de aparecer da questão social, sendo colocada como principal gestora e protagonista de respostas às suas múltiplas expressões e manifestações’ (2005, p. 13, grifo da autora).

Neste contexto, as implicações e transformações decorrentes da exclusão social da pessoa idosa são melhor percebidas, a partir da passagem da saída do mercado produtivo para o ingresso no tempo da aposentadoria, tornando-a dessa forma, desvalorizada pela sociedade, em função da condição de improdutividade a ela delegada por essas circunstâncias. Conseqüentemente, essas problemáticas refletem-se no âmbito individual, familiar e social dos idosos, exigindo uma instrumentalização maior, por parte dos formuladores e gestores das políticas sociais para o enfrentamento dessas manifestações da questão social.

A realidade da população idosa mais pauperizada vai de encontro aos discursos dos estudiosos da gerontologia, de que o tempo da velhice do trabalhador se traduz em: “tempo de prazer”; tempo “livre” de realizações; “idade do lazer” ou mesmo “terceira idade”. No entanto, não são esses idosos que sofrem de solidão e depressão por ausência de papéis familiares ou sociais (TEIXEIRA, 2008, pp. 141-142). E não são esses idosos também os que freqüentam, salvo exceções, os cursos das universidades abertas à terceira idade, sujeitos do presente estudo.

1.2 Aposentadoria e Perspectivas

Partindo do pressuposto de que quando um problema social passa a despertar a atenção do Estado e torna-se objeto de políticas públicas, transforma-se em uma expressão da questão social, conclui-se que o direito à aposentadoria foi o marco inicial que consolidou o problema da velhice como tal, a partir das condições impostas pelo capitalismo, ao descartar a força de trabalho do trabalhador de mais idade.

Na ótica do capitalismo, o trabalho, principal atividade do homem, também é o principal regulador da vida, uma vez que em função dele é que o indivíduo organiza seu cotidiano junto à família e à sociedade. Nesse contexto, a aposentadoria, por representar a ruptura com o papel profissional formal, ao invés de ser vivenciada como um repouso merecido e tempo de realizações, pode ser, para muitos, uma situação ameaçadora do equilíbrio psicológico e de desestruturação familiar e social, pela ameaça de perdas materiais, psicológicas e sociais e, conseqüentemente, perda do *status* social. Considera-se que:

se na velhice, os homens sentem o vazio instalado com a aposentadoria, é porque no processo de reificação a que estão submetidos, o “prestígio” ocupado pelo trabalho foi por eles internalizado através do longo processo de educação para a vida produtiva e, conseqüentemente, é por eles próprios reproduzidos. (HADDAD, 1986, p. 48, grifo da autora).

Segundo a mesma autora, a saída do indivíduo do mercado produtivo modifica radicalmente seu *status* social e familiar, em decorrência de que “quando a prática do trabalho cessa pela aposentadoria, o indivíduo é levado a reconhecer que nada mais é, a despeito do que já tenha feito” (HADDAD, 1986, p. 48).

Além de perder a referência como trabalhador, via de regra, mudam também os papéis familiares, que são atribuídos conforme a posição que ocupa na família. Em decorrência da redução dos rendimentos da aposentadoria, em muitas famílias, o idoso é destituído de qualquer poder de decisão, mesmo em situações em que ele é o principal mantenedor da família. Nesse sentido, Costa (2003, p. 42) coloca que:

os transtornos nas vidas das pessoas idosas com a chegada da aposentadoria são inevitáveis. Isso se dá porque é pela identidade profissional que os indivíduos se vêem partícipes da conjuntura social. Ao se desligarem e já tendo absorvido os valores ideológicos da lucratividade e da eficácia, assumem o articulado comportamento prescrito pelo poder social – se autodefinem como desqualificados, inúteis e “problemáticos” com a chegada da velhice (grifo da autora).

Diante dessa realidade, para as camadas populares e pauperizadas a aposentadoria nem sempre representa uma ruptura com o mundo do trabalho. O retorno ao trabalho é provocado, sobretudo pela crise do sistema previdenciário, uma vez que a previdência acaba não atendendo ao seu objetivo de disponibilizar aos trabalhadores, no momento da aposentadoria, rendimento próximo àquele do seu período de trabalho, obrigando o idoso a retornar ao trabalho, porém em condições menos favoráveis, geralmente através do mercado informal.

O valor muito baixo das aposentadorias e pensões é um reflexo, principalmente, da falta de investimentos em políticas públicas de educação, representado na baixa escolaridade desses idosos, muitos dos quais sequer tiveram acesso à educação básica. A pesquisa *Idosos no Brasil*⁶ revelou que 18% dos idosos são analfabetos; 57% só estudaram até a 4ª série do antigo ensino primário; 14% têm escolaridade até o ensino fundamental; 7% concluíram

⁶ A pesquisa “Idosos no Brasil: *vivências, desafios e expectativas na terceira idade*” foi realizada pelo Serviço Social do Comércio (SESC/São Paulo), associado à Fundação Perseu Abramo, cujos resultados foram publicados em novembro de 2007, em livro com o mesmo título.

ensino médio e apenas 4% conseguiram ingressar na universidade, embora apenas 7% destes conseguiram concluir um curso superior.

A aposentadoria significa para muitos trabalhadores, quase sempre, o empobrecimento e a redução de satisfações outras que não as indispensáveis para a sobrevivência, conforme já afirmava Beauvoir (1990, p. 299): “A aposentadoria acarreta para a maior parte dentre eles, perda de *status* e uma queda de nível de vida”. Essa situação é mais comum entre aqueles idosos que são responsáveis pelo sustento ou auxílio na manutenção de suas famílias, cujos membros mais jovens têm dificuldades de inserção no mercado de trabalho, caracterizando-se, assim, a solidariedade entre as gerações. Isso ocorre justamente numa fase da vida, na qual o cidadão que dedicou a vida ao trabalho poderia utilizar o tempo disponível para a realização de desejos e novos projetos acalentados ao longo da vida.

A compreensão da velhice como um estigma e como exclusão social se dá paralelamente ao surgimento da aposentadoria, associada à idéia de pobreza. Na medida em que a velhice se transforma em expressão da questão social a partir do direito à política de aposentadoria, processo ocorrido no Brasil através da Lei Eloy Chaves em 1923 para atender à situação dos velhos trabalhadores “inaptos para o trabalho”, estabeleceu-se a identificação entre velhice, pobreza e aposentadoria, dando aos velhos uma nova identidade: a de aposentados, legitimados através do mundo do trabalho.

Sob essas condições, que perspectivas a aposentadoria pode trazer ao indivíduo? Desagregados do processo produtivo, os idosos tornam-se responsabilidade do Estado, porém sem nenhuma expectativa de melhorarem as condições de vida e de usufruírem com dignidade da última etapa da existência, pois ao serem “[...] eliminados cedo do mercado de trabalho, os aposentados constituem uma carga que as sociedades baseadas no lucro assumem mesquinamente” (BEAUVOIR, 1990, p. 277). O processo de modernização imposto pelo capitalismo, o declínio da família extensa e a ausência de um Estado capaz de dar respostas aos problemas básicos da maioria da população deixaram os idosos em situação de vulnerabilidade.

[...] A maioria deles procura manter o mesmo nível de vida que tinha antes da aposentadoria, para preservar o circuito da solidariedade entre as gerações, um dos elementos básicos da reprodução familiar. Pois muitos são os que retornam à vida produtiva para ajudar os filhos, e até os netos, em dificuldade (PEIXOTO, 2004, p. 74).

A situação ideal seria a de que, ao envelhecer, o cidadão pudesse desfrutar de uma aposentadoria cujos recursos fossem suficientes para lhe oferecer uma velhice tranqüila e com qualidade, como é o caso dos idosos de classes sociais de melhor poder aquisitivo, que a partir da aposentadoria investem o propagado tempo livre, em atividades prazerosas e voltadas para o seu desenvolvimento integral, geralmente em grupos de terceira idade. Esta, entretanto, não é a realidade da maioria dos idosos brasileiros, principalmente a daqueles que não tiveram acesso ao mercado formal de trabalho e, portanto, excluídos, inclusive, das políticas previdenciárias.

As políticas de aposentadoria – primeiro esboço de política social, que deram legitimidade à velhice como expressão da questão social brasileira - sempre estiveram atreladas à pauperização e marginalização da classe trabalhadora. Essas políticas surgiram de movimentos reivindicatórios dos operários no início do século XX, para evitar a indignação e a miséria dos trabalhadores mais velhos, mas também para atender à lógica do capitalismo.

Nessa perspectiva, o direito à aposentadoria representou, por um lado, uma conquista, porque veio dar respostas a essas vulnerabilidades da classe trabalhadora e, por outro, teve o papel estratégico de diminuir a pressão dos movimentos da classe operária por melhores condições e também de renovar a força de trabalho, como forma de manter a acumulação do capital e o poder das classes dominantes.

Há ainda uma parcela de idosos que não querem afastar-se do trabalho, principalmente aqueles que se aposentaram muito cedo e que construíram sua identidade a partir das atividades profissionais. Estes preferem permanecer ativos para evitar o vazio social que o envelhecimento possa trazer, na probabilidade de não ocupar o tempo adquirido a partir da aposentadoria com outras atividades.

Nessa conjuntura, Teixeira (2008, pp. 95-96) destaca que o envelhecimento do trabalhador, enquanto condição de vulnerabilidade social, “assume a dimensão de problema social, de caráter estrutural e sujeito às respostas no âmbito estatal” a partir da instituição do sistema de proteção social, ganhando visibilidade política, rompendo com a dimensão privada que responsabilizava a família e as instituições filantrópicas pela proteção do trabalhador em processo de envelhecimento e afastado do sistema produtivo.

1.2.1 Políticas Previdenciária e de Assistência Social

Apesar de não serem o foco principal deste trabalho as políticas de previdência e assistência social, importa entretanto, uma rápida exposição sobre a construção do Sistema Brasileiro de Proteção Social (SBPS), no tocante ao indivíduo em processo de envelhecimento, por representar a resposta do Estado aos problemas decorrentes do envelhecimento enquanto expressão da questão social.

A questão social brasileira⁷ foi impulsionada a partir das demandas por proteção social e por igualdade, aclamadas pela classe operária com o início do processo de industrialização no país. Esse processo foi marcado pelo crescimento da pobreza advinda do desemprego e da precarização do trabalho impostos pelo capitalismo e ganhou visibilidade a partir das transformações políticas, econômicas e sociais por ele desencadeadas, decorrentes das novas condições de trabalho urbano.

Foi nesse cenário político e social que se fundou o Sistema Brasileiro de Proteção Social, ou seja, a ação social estatal voltada para as camadas mais vulnerabilizadas da população. As respostas à questão social exigiam a adoção de políticas públicas para o atendimento mínimo das demandas dessa classe em processo de marginalização e exclusão social, cuja proteção social se dava através da caridade e solidariedade das instituições filantrópicas ligadas principalmente à Igreja Católica.

A partir dessa realidade, a proteção social foi instituída através das políticas de previdência e de assistência social, tendo, como matriz original, a inserção das pessoas no mundo do trabalho. Essas políticas vieram responder à necessidade de regular as relações capital-trabalho durante as fases de atividade e inatividade dos trabalhadores, tendo como eixo básico o emprego e o trabalho.

A institucionalização do SBPS teve, como marco inicial, o Decreto nº 4.682, a chamada Lei Elói Chaves, que determinou a criação das Caixas de Aposentadoria e de Pensões para os empregados das empresas ferroviárias e que se constituiu em modelo de proteção social. A partir de 1930, transformou-se em sistema previdenciário contributivo,

⁷ “Questão social foi o termo usado para designar no Brasil, durante as quatro primeiras décadas do século XX, os problemas colocados, no cenário social e político, pela classe operária. A problemática era, de fato, não apenas social. A produção da riqueza nacional deixava de ser exclusivamente agrícola e passava a ser também industrial” (CARDOSO JÚNIOR; JACCOUD, 2005, p. 188).

porém organizado de forma corporativa, visto que era instituído a partir da vinculação do trabalhador a categorias profissionais.

Esse sistema foi consolidado com a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que eram financiados pelas contribuições de empregados e empregadores, baseado nos princípios da solidariedade entre gerações, pois se destinavam à cobertura dos riscos de incapacidade, velhice e morte, além de cobertura para os serviços de assistência médico-hospitalar.

A regulamentação de cada Instituto tinha especificidades e benefícios distintos, conforme o poder de negociação de cada categoria, reforçando, assim, o caráter corporativista das políticas sociais vigentes e que assim permaneceu até 1966, quando foram unificadas as legislações de todos os institutos previdenciários, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

A partir da década de 70, a previdência social passou por reformas visando à ampliação da cobertura da população, com a adoção de novos critérios que acenavam para desvinculação da contribuição formal na relação emprego/trabalho. Nesse sentido, a reforma mais importante foi a instituição do Pró-Rural/Funrural em 1971, a partir do qual os trabalhadores rurais passaram a ter direito aos benefícios previdenciários de pensão e aposentadoria, desvinculadas de contribuições anteriores.

No entanto, o caráter contributivo foi mantido parcialmente, pois, embora do beneficiário não fosse exigida a contribuição, essa política era financiada mediante contribuições captadas das folhas de pagamento de empresas urbanas, mantendo a relação emprego/trabalho. Em relação ao envelhecimento, destaca Teixeira (2008, p. 156): “aquele que ganha visibilidade social é o dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal; continuam os mais pobres ‘invisíveis’ para o capital e desprotegidos”.

Atualmente, a política previdenciária pública brasileira caracteriza-se pelo caráter contributivo, cujos proventos são proporcionais ao valor da contribuição paga à Previdência pelo próprio trabalhador.

Em relação à assistência social, os segmentos mais vulnerabilizados da população brasileira, excluídos do mercado de trabalho e, portanto, sem as condições de garantias de sobrevivência pelas vias do trabalho, foram alvo por muito tempo de ações assistencialistas de

organizações da iniciativa privada, principalmente da Igreja Católica, sob a forma de assistência caritativa e filantrópica.

A partir da década de 30, com a estruturação do SBPS, pautado nas relações emprego/trabalho e no padrão *welfare state*, o Estado Brasileiro deu os primeiros passos em direção à construção de uma política de assistência voltada para as pessoas em situação de carência e incapacitadas para o trabalho (crianças desassistidas, mulheres pobres, portadores de deficiências e idosos). Algumas medidas de intervenção estatal para os mais necessitados tiveram início com a criação, em 1942, da Legião Brasileira de Assistência (LBA), cujas ações concentravam-se principalmente nas áreas de saúde e alimentação para os grupos materno-infantil e de idosos. Na década de 1970, foi instituída a Renda Mínima Vitalícia (RMV) como a primeira medida de proteção do portador de deficiência e do idoso necessitado.

Até a década de 1980, as políticas para a população idosa concentravam-se na garantia de renda (política previdenciária) e na assistência asilar. Foi nesse período que, através de ações reivindicatórias com a participação da sociedade civil, os idosos começaram a se organizar em movimentos sociais de aposentados que buscavam, no espaço público, o reconhecimento de seus direitos, de sua dignidade e conseqüentemente de sua cidadania.

No entanto, o avanço do processo de industrialização desenhava uma nova questão social, estabelecida em função da deterioração crescente das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. O sistema de proteção social implantado no país, no eixo trabalho/emprego, não respondia à redução das desigualdades sociais que se expressavam na pauperização da população.

Tornava-se imperativa, a adoção de uma ação mais efetiva por parte do Estado, considerando o elevado contingente de idosos pobres fora do mercado formal de trabalho, portanto, excluídos da política previdenciária e carentes de assistência por parte do Estado. Parte desse contingente de pessoas em situação de vulnerabilidade passou a receber a atenção estatal na década de 1990, através da política de assistência social instituída a partir da constituição de 1988, que deu um passo inovador ao reconhecer a assistência como direito do cidadão e obrigação do Estado, no Art. 203:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por

objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988).

No caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de que trata o item V, política assistencial para pessoas idosas e deficientes, apesar do caráter universalista a que se propõe, está muito distante de atender todo o contingente de idosos que necessita da assistência estatal, em função dos critérios impostos para a sua concessão, deixando desassistida ainda uma significativa parcela de pessoas idosas das camadas mais pobres.

Apesar de instituída na década de 1990, a assistência só foi consolidada como política pública em 2004, com a aprovação da Política Nacional da Assistência Social, através da Resolução Nº 145, de 15.10.2004/Conselho Nacional da Assistência Social, cujo texto expressa a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social, tendo como público usuário cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004, pp. 07 e 27).

1.3 Envelhecimento Populacional e Políticas Públicas

O envelhecimento populacional representa um impacto profundo nas sociedades e impõe exigências econômicas sociais em escala mundial. Demandará cada vez mais a atenção dos governos e gestores públicos, no tocante ao desenvolvimento de políticas sociais que respondam aos desafios que esse fenômeno representa e exige, especialmente para os países em desenvolvimento e, em particular, no que se refere à viabilidade financeira dos sistemas de saúde, assistência e previdência social.

As transformações nas condições de vida dos idosos no contexto social, político e econômico das sociedades capitalistas e na perspectiva do neoliberalismo têm importantes repercussões em termos de políticas públicas, tanto nos países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos.

Para os países em desenvolvimento, com a escassez de recursos para investimentos públicos específicos para a pessoa idosa, os desafios são ainda maiores. Além de criarem infraestruturas de base para os idosos e prestar-lhes serviços sociais, deverão expandir a oferta formal de cuidados de longo prazo e desenvolver novas formas de apoio informal.

É indispensável que os governos e a comunidade internacional redobrem os esforços para integrar o envelhecimento na agenda do desenvolvimento internacional. Neste sentido, Camarano e Pasinato (2004, p. 253) afirmam que um dos mais importantes desafios é

o de assegurar que o processo de desenvolvimento econômico e social ocorra de forma contínua, com base em princípios capazes de garantir tanto um patamar econômico mínimo para a manutenção da dignidade humana, quanto a equidade entre os grupos etários na partilha dos recursos, direitos e responsabilidades sociais.

No tocante à partilha das responsabilidades sociais, as políticas também devem ser extensivas à família, essencialmente nas camadas populares mais carentes. Sendo esta, por exigência legal, a instituição primeira no cuidado e na assistência e proteção ao idoso, necessita de subsídios quando não puder prover sozinha a garantia desse patamar mínimo. Amparada, poderá dar conta de prestar a assistência e os cuidados de que a pessoa idosa necessita, para que se efetive, de fato, a proteção social recomendada e preconizada nas legislações de amparo à população idosa.

1.3.1 O Envelhecimento Populacional no Contexto Mundial

Para atender às demandas por políticas públicas geradas no contexto desencadeado a partir do envelhecimento populacional, o Estado deve responder ao desafio de propor a criação de políticas públicas adequadas para dar a necessária proteção à pessoa idosa, através de políticas e programas sociais que melhorem as condições dessa população, não na perspectiva da compensação ou de benefícios assistencialistas, mas entendidas como um direito.

Nesse contexto, o envelhecimento populacional passou a compor as agendas internacionais de políticas públicas para a população idosa. O marco inicial nessa direção foi a realização pela Organização das Nações Unidas, em 1982, em Viena, da I Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, que resultou na aprovação de um plano global de ação – o Plano de Viena, objetivando garantir aos idosos segurança econômica e social, bem como identificar oportunidades para a integração destes no processo de desenvolvimento dos países.

O mesmo plano apresentou uma série de recomendações para melhorar as condições de vida da população idosa, nas áreas de saúde, nutrição, moradia, meio ambiente, bem-estar social, trabalho, previdência social, educação e família, identificando a pobreza e a exclusão social como obstáculos para uma velhice digna. Expressava-se, assim, a preocupação da ONU com as implicações sociais do envelhecimento populacional, reconhecendo o idoso como um novo ator social para quem as recomendações do Plano visavam promover sua independência e autonomia (CAMARANO, 2004, pp. 254-255).

No entanto, as recomendações do Plano indicavam que a proteção à pessoa idosa se daria através de ações mistas de três esferas distintas: o Estado, a comunidade e a família. Na realidade, a preocupação não era situação dos velhos “em si mesma”, mas as conseqüências políticas e econômicas que o envelhecimento populacional poderia acarretar aos governos, principalmente dos países periféricos, que não dispunham de infraestrutura para arcar sozinhos com a responsabilidade de promover um envelhecimento digno, em particular aos idosos das camadas mais pobres, alvo das políticas públicas.

A idéia, consubstanciada pelo modelo de gestão neoliberal foi de dividir e transferir parte das intervenções de sua responsabilidade para o setor privado, para a comunidade, para a família e para o próprio indivíduo. A perspectiva era de minimizar e manter sob controle os custos com a previdência e assistência médica e social, através de políticas sociais que promovam o envelhecimento com o mínimo possível de incapacidades e o máximo de produtividade, participação social e autonomia.

Na realidade, as recomendações propostas pela ONU estavam ancoradas na proposta neoliberal de redução da ação estatal. Ao Estado caberia regular e subsidiar o cumprimento do papel das outras instâncias interventoras – a comunidade e a família. À comunidade impetrava-se a responsabilidade de promover as condições de participação das pessoas idosas e torná-las úteis à sociedade, e à família a obrigação dos cuidados básicos com seus idosos (TEIXEIRA, 2008, p. 184).

Entretanto, o Plano de Viena não previu de onde seriam alocados os recursos para o desenvolvimento das ações recomendadas, principalmente nos países em desenvolvimento que enfrentavam um cenário de profundas mudanças políticas, econômicas e sociais. Diante dessa realidade, só na década seguinte as questões referentes ao envelhecimento, efetivamente, passaram a constituir uma agenda de políticas públicas para esse fim. Isso

ocorreu a partir de uma proposta de construção de um envelhecimento saudável, seguro e participativo - o envelhecimento ativo⁸. Lançava-se o grande desafio atual para as agendas internacional e nacionais de políticas públicas direcionadas ao enfrentamento do problema do envelhecimento da população.

O envelhecimento ativo foi definido como “o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (WHO, 2005, p. 13). Ativo, neste sentido, pressupõe envolvimento das pessoas idosas “nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis” e não está relacionado somente à “capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho” (WHO, 2005, pp. 13-14)

Diante desse panorama, em 2002 a ONU realizou, em Madri (Espanha), a II Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, com o objetivo de verificar os resultados da I Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento e aprovar as revisões do plano anterior. Os trabalhos resultaram em um novo Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, no intento de responder aos desafios impostos pelo envelhecimento populacional.

O referido Plano assume a perspectiva de desenvolver estratégias para o século XXI, visando à construção de políticas que favoreçam o envelhecimento da população com melhor qualidade, com expectativas de promover o desenvolvimento de uma sociedade para todas as idades⁹ e proporcionar à pessoa idosa “oportunidades de aproveitar o máximo de suas capacidades de participação em todos os aspectos da vida” (PLANO DE AÇÃO INTERNACIONAL PARA O ENVELHECIMENTO, 2003, p. 19).

É evidente a importância que essas medidas representaram em termos de perspectivas para o enfrentamento do envelhecimento populacional. No entanto, percebe-se que só uma pequena parcela de pessoas idosas, pelo menos no Brasil, tem o privilégio de vivenciar o

⁸ “O termo ‘envelhecimento ativo’ foi adotado pela Organização Mundial da Saúde no final dos anos 90, para transmitir uma mensagem mais abrangente do que ‘envelhecimento saudável’, e reconhecer, além dos cuidados com a saúde, outros fatores que afetam o modo como os indivíduos e as populações envelhecem [...] baseia-se no reconhecimento dos direitos humanos das pessoas mais velhas e nos princípios de independência, participação, dignidade, assistência e autorrealização estabelecidos na Assembléia Geral das Nações Unidas em 1991” (WHO, 2005, p. 14).

⁹ O conceito de uma sociedade para todas as idades foi formulado como tema para o Ano Internacional do Idoso, celebrado em 1999, pela ONU, “ancorado em quatro dimensões: desenvolvimento individual durante toda a vida; relações entre várias gerações; relação mútua entre envelhecimento da população e desenvolvimento; e a situação dos idosos” (PLANO DE AÇÃO INTERNACIONAL PARA O ENVELHECIMENTO, 2003, p. 29).

processo de envelhecimento em condições tão favoráveis. O contingente maior de idosos, de baixo poder aquisitivo, não consegue integrar-se ao mercado de trabalho ou participar de outras atividades fora do seu espaço de convivência social limitado.

Como essas pessoas que foram ou ainda são submetidas a trabalhos extenuantes podem usufruir de um envelhecimento saudável e digno? Que condições lhes foram proporcionadas ao longo da vida para gozarem dessas vantagens acenadas no novo contexto do envelhecimento? Ao contrário, o trabalho excessivo, nesses casos, pode acelerar as incapacidades e agravar mais as condições de saúde, comprometendo o tão aclamado envelhecimento saudável.

O que é contraditório nas propostas dos organismos internacionais, endossadas pelos *experts* da gerontologia, em relação ao envelhecimento é, segundo Teixeira (2008, p. 41), “abordá-lo em sua universalidade abstrata, desconsiderando-se as condições materiais de existência na sociedade do capital”, representada pelas múltiplas formas de envelhecer em função dos diferentes contextos políticos, sociais e econômicos de cada nação ou região. “É para os trabalhadores envelhecidos que essa etapa da vida evidencia a reprodução e ampliação das desigualdades sociais, constituindo o envelhecimento do trabalhador uma das expressões da questão social na sociedade capitalista [...]” (TEIXEIRA, 2008, p. 41).

Essas circunstâncias que determinam as condições de vida da pessoa idosa das camadas mais pobres e, portanto, expostas a um grau maior de vulnerabilidades e riscos, vão de encontro ao ideário do “envelhecimento ativo” que relaciona a forma de envelhecer ao estilo de vida de cada indivíduo, à capacidade de enfrentar situações adversas e a adaptação às mudanças, condições estas que tendem a minimizar a influência da carga genética responsável pelo declínio funcional e o desencadeamento de algumas enfermidades.

Visto por essa ótica, o estilo de vida permite que o indivíduo se prepare para o envelhecimento e se ajuste melhor à vida na idade mais avançada, passando a ser, de sua responsabilidade individual, a gestão da velhice e da qualidade de vida que venha a adquirir em função de suas atitudes na forma de envelhecer.

No entanto, na realidade brasileira, é preciso muita cautela para não se deduzir que a velhice, sob a perspectiva da produtividade, da participação e da autonomia, bem como as novas imagens do envelhecimento sejam percebidas como o modelo representativo desse

fenômeno, que Haddah denominou de “ideologia da velhice”. Para a autora, o discurso gerontológico estabelece um receituário de normas e comportamentos que deve ser seguido por todos, padronizando as formas de envelhecer, independente das condições adversas enfrentadas pela classe trabalhadora ao longo da vida. Haddad contesta esse discurso, ao afirmar que:

Suas representações misteriosas encobrem a origem da produção social da velhice trágica; encobrem a realidade vivida pelo homem durante toda a trajetória de sua vida. A problemática social da velhice, assim como é formulada pelos seus teóricos, de forma autônoma, independente da realidade concreta que a produz, é uma falsa questão: expressão da ideologia dominante (1986, p. 54).

Ainda há muito a avançar para que o envelhecimento ativo seja vivenciado pela maioria dos idosos de todo o mundo e em especial dos países em desenvolvimento como o Brasil. A velhice, como sinônimo de vitalidade e saúde, produz reações ambíguas. Se, por um lado, estimula a autoestima e a capacidade das pessoas idosas, destruindo os estereótipos anteriores de incapacidade; por outro, cria certa responsabilidade e obrigação por parte deste grupo social de buscar sua sobrevivência independente dos recursos públicos e da ação estatal reprivatizando¹⁰ a velhice e responsabilizando o indivíduo pela qualidade do seu envelhecer. É o que constata e critica Haddah (1986, p. 52) em relação ao que ela chama de receituário gerontológico, cujas normas, segundo a autora, são claras:

Os velhos devem ser úteis (o que equivale dizer, precisam produzir riqueza), não podem ser um peso-morto, não podem ser desamparados, não podem viver na solidão. Assim, gerontologia-geriatria procuram atingir a família: buscam sensibilizá-la, vigiá-la, assisti-la, protegê-la, para que não falhe com os velhos, para que assuma o papel de protetora da velhice a serviço do Estado, dimensão essencial do capitalismo, expressão e condições das relações e antagonismos de classes.

O desafio de promover o desenvolvimento de uma sociedade para todas as idades, na perspectiva da longevidade consiste em “oferecer um instrumento prático para ajudar os responsáveis pela formulação de políticas a considerar as prioridades básicas associadas com o envelhecimento dos indivíduos e das populações” (PLANO DE AÇÃO INTERNACIONAL PARA O ENVELHECIMENTO, 2003, p. 29). Este é o objetivo primeiro do Plano de Madri,

¹⁰ Reprivatização da velhice é o termo utilizado por Debert para designar os processos que transformam a velhice em responsabilidade individual. Segundo a autora, “o processo de reprivatização da velhice é resultado de uma interlocução intensa dos gerontólogos com a mídia e com os espaços sociais criados em torno do envelhecimento. Essa interlocução obriga o discurso gerontológico a se colocar em dia com o que se faz de mais avançado em relação à velhice nos setores de ponta, em nível internacional, e a responder, ao mesmo tempo, a um conjunto de novas demandas sociais” (2004, p. 230).

fundamentado em três princípios básicos: participação ativa dos idosos na sociedade, no desenvolvimento e na luta contra a pobreza; fomento da saúde e bem-estar na velhice: promoção do envelhecimento saudável; e criação de um entorno propício e favorável ao envelhecimento, para o atendimento às demandas sociais desse público.

É sob essas expectativas que as nações devem pensar o envelhecimento humano, notadamente nos países em desenvolvimento, que estão enfrentando essa explosão demográfica, sem estruturas adequadas, para que de fato “se acrescente vida aos anos” e não simplesmente prolongar a vida humana.

No entanto, há uma distância muito grande entre o ideal do envelhecimento ativo e a realidade concreta do cotidiano de pessoas idosas de países em desenvolvimento. Para que o envelhecimento seja uma experiência positiva e prazerosa, conforme os próprios organismos internacionais recomendaram em suas conferências mundiais, não se deve perder de vista que o envelhecimento se apresenta cada vez mais heterogêneo, em contextos diversos e que confrontam realidades muito desiguais.

No contexto socioeconômico, político e cultural em que estão inseridos os idosos de países em desenvolvimento como o Brasil, que desponta como um dos países de maior desigualdade socioeconômica do mundo, torna-se imperativa a adoção de programas e políticas sociais que respondam às expectativas e necessidades da população idosa, não só sob o ponto de vista econômico, mas também físico, psíquico, social, político e cultural, dada a complexidade e a multidimensionalidade do processo de envelhecimento.

As formas de apresentação da velhice manifestam-se pela multiplicidade de diferenças que caracterizam essa passagem: pessoas idosas que gozam de um bom padrão de vida em função de um melhor poder aquisitivo, em contraposição àquelas que vivem em situações socioeconômicas adversas, de privações; idosos vivendo nos centros urbanos, arcando com todas as conseqüências da vida moderna, divergentes daqueles que habitam o meio rural com suas limitações; as diferenças referentes ao acesso ou não à educação; pessoas que, além do estigma da velhice, enfrentam os preconceitos raciais e de gênero.

Além da pluralidade de formas de envelhecer, há que se considerar que, com o aumento da longevidade, há vários grupos etários que constituem uma única denominação de

velhice, com intervalos de anos e até décadas entre estes. A experiência da velhice iniciada aos 60 anos, obviamente, manifesta-se diferentemente em quem a experimenta aos 90 anos.

É necessário que as políticas públicas e os instrumentos legais amparados pela legislação pertinente para essa categoria sejam cada vez mais inclusivos e de caráter permanente. Que sejam também capazes de identificar estratégias de enfrentamento da velhice na defesa dos direitos humanos e sociais, tendo em vista as dimensões e dificuldades postas como desafio pelo envelhecimento populacional, para que as pessoas idosas não representem ameaças às gerações mais jovens e um estorvo para a sociedade.

A inclusão social deve contemplar, entre outros, os direitos à saúde, à renda, à educação e à proteção social, sob forma de políticas sociais para o enfrentamento das desigualdades sociais e garantia de melhor qualidade de vida na velhice, com vistas ao exercício pleno da cidadania.

1.3.2 O Envelhecimento Populacional na Agenda das Políticas Públicas Brasileiras

Apesar do reconhecimento mundial de que o envelhecimento populacional foi uma grande conquista do século XX, são grandes também os desafios para o Estado, para a sociedade e para a família, o que “implica buscar entendê-lo no contexto das grandes mudanças sociais, econômicas, nos sistemas de valores em geral que regem a sociedade, as famílias e, em especial, nas transformações do mercado de trabalho” (CAMARANO; PASINATO, 2007, p. 7), que no caso brasileiro foram acirradas a partir do processo de industrialização erigido sob os domínios do capitalismo.

O problema da velhice não pode ser visto apenas em decorrência do processo de envelhecimento populacional cronologicamente homogeneizado e retratado demograficamente por dados estatísticos pelos organismos internacionais e pela gerontologia, mas resultante das condições materiais de existência sob a dominação do capital, pois “para milhares de velhos, as dificuldades a serem superadas não se iniciaram no tempo da velhice, decorrendo essencialmente do acúmulo de desigualdades ao longo do ciclo da vida” (RAMOS, 2002, p. 34).

É preciso reconhecer e entender qual o papel e as responsabilidades destas instituições em promover melhores condições de vida para a população idosa, sem perder de vista o

dimensionamento das políticas para as pessoas que ainda não adentraram nesse processo, contingente esse que será expressivamente maior nas próximas décadas. Para Debert (2004, p. 32),

já não se trata de apenas melhorar as condições de vida do velho pobre ou de propor formas de bem-estar que deveriam acompanhar o avanço das idades ou, ainda, de empreender cálculos de contribuições adequados às despesas com aposentadoria; trata-se, agora, de apontar os problema que o crescimento da população traz para a perpetuação da vida social, contrapondo-o à diminuição das taxas de natalidade.

É essa a dimensão de se promover políticas para sociedades de todas as idades, para que os jovens de hoje gozem efetivamente de um envelhecimento bem-sucedido idealizado no contexto atual.

O cenário da ação social do Estado brasileiro que se configurou durante as últimas décadas do século XX, foi marcado por uma estrutura político-social cujos indicadores apontavam para grandes desigualdades sociais que conduziram, à exclusão social, as camadas sociais mais vulneráveis. Enfrentar uma sociedade impregnada de preconceitos e estereótipos construídos histórica e culturalmente constitui-se uma tarefa difícil. Essa sociedade delega à pessoa idosa a condição de “*um ser inútil*”, “*que não produz e nem consome*”, favorecendo o processo de marginalização e exclusão social, que, para Beauvoir, é consequência de uma sociedade,

que destina ao velho seu lugar e seu papel levando em conta sua idiossincrasia individual: sua impotência, sua experiência; reciprocamente, o indivíduo é condicionado pela atitude prática e ideológica da sociedade em relação a ele. Não basta, portanto, descrever de maneira analítica os diversos aspectos da velhice: cada um deles reage sobre todos e é afetado por eles; é no movimento indefinido desta circularidade que é preciso apreendê-la (1990, p. 16).

Essa realidade heterogênea reporta o indivíduo para vivências e experiências de "velhices diferenciadas", pois está associada, em grande parte, às desigualdades sociais impetradas pelo sistema capitalista, em um contexto social de um país em constantes transformações socioeconômicas, como o Brasil. Face as suas características continentais, apresenta realidades regionais de configurações diferentes, com repercussões importantes nas dimensões econômica e social, privando, a maioria dessa população, de acesso aos serviços básicos necessários para uma vida digna e cidadã.

Para transformar esse cenário favorável à pessoa idosa, seria imperativo que se avançasse no sentido de propiciar a superação de obstáculos e dificuldades, instrumentalizando-a para ocupar espaços de luta por direitos de cidadania e participação social, contra os preconceitos e a exclusão social. Isto suscitou a necessidade de reformas no sistema de proteção social, frágil e ineficiente, na perspectiva do reordenamento das políticas sociais que respondessem às demandas da sociedade por maior equidade e justiça social.

O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas brasileiras ganhou força no início da década de 1980, na conjuntura estabelecida pela transição democrática, através de ações reivindicatórias com a participação da sociedade civil, e em especial dos idosos, que, organizados em movimentos sociais de aposentados, buscavam no espaço público, o reconhecimento de seus direitos, de sua dignidade e conseqüentemente de sua cidadania.

Nessa trajetória, a percepção dos problemas sociais decorrentes da velhice e a construção de um sistema de políticas públicas de atenção à pessoa idosa resultaram em importantes conquistas, pelo menos no plano jurídico, cujo marco mais importante foi a Constituição Federal de 1988.

1.3.3 A Constituição de 1988 e os Avanços na Política de Atenção à Pessoa Idosa

A Constituição de 1988, conclamada “Constituição Cidadã” pelos avanços na proposição de direitos sociais importantes não conquistados até então e na perspectiva de promover justiça e equidade social, representou o marco inicial para a formulação e implementação da legislação específica para a população idosa, consolidando os direitos assegurados constitucionalmente.

Neste sentido, a Lei Orgânica da Assistência Social, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso representaram um avanço sem precedentes no estabelecimento de políticas públicas, especialmente no campo da seguridade social que inovou e avançou no amparo à velhice, atendendo às recomendações internacionais que compuseram o Plano de Viena, aprovado pela ONU em 1982 na I Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento.

Com o objetivo de garantir aos idosos segurança econômica e social, bem como identificar oportunidades para a integração destes no processo de desenvolvimento dos países,

o referido plano definiu a família como a unidade fundamental mantenedora e protetora dos idosos. Entretanto, ao atribuir a corresponsabilidade da família pela qualidade do envelhecimento de seus velhos, desresponsabilizou parcialmente o Estado frente às questões do envelhecimento e dos problemas dele decorrentes.

Nesta conjuntura, o texto constitucional brasileiro contempla a proteção da pessoa idosa pela família, especificamente nos artigos 229 e 230 (BRASIL, 1988):

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Atendendo às recomendações da Assembléia de Viena, a Carta Magna introduziu o conceito de seguridade social, alterando o enfoque estritamente assistencialista da proteção social, ampliando-a como direito de cidadania, indicando alguns princípios básicos, como a universalização, a equivalência de benefícios urbanos e rurais e fixação do benefício mínimo de um salário mínimo, além de desvincular a rede de proteção social do contexto estritamente trabalhista do passado recente.

Destacam-se ainda, como garantia de direitos, o acesso à saúde para toda a população e a assistência social para a população necessitada, regulamentados através do Sistema Único de Saúde (SUS) e LOAS, respectivamente.

No seu artigo 1º, a LOAS estabeleceu:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Apesar de instituída na LOAS, só em 2004 a Assistência Social materializou-se enquanto uma política pública através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), universalizada, para grupos vulneráveis da sociedade (crianças, jovens, deficientes, idosos e famílias pobres) e resgatou a situação de “necessidade” (grifo nosso). Essa política atribuiu à assistência social a função de garantir os mínimos necessários para o atendimento às necessidades básicas a todos que dela necessitem, ou seja, de todos os que estão em situação de riscos e vulnerabilidade social, entre estes a maioria dos idosos pobres do país.

Para implementar os direitos conquistados na Constituição de 1988, foi aprovada, em 1994, a Lei 8.842, que instituiu a PNI, que tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, ancorados nos seguintes princípios (BRASIL, 1994):

I – A família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;

II – O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;

III – O idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;

IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;

V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta Lei.

Apesar do texto inovador das políticas instituídas, “a PNI é uma legislação moderna que reforça a característica brasileira de legislações complexas, ricas de proteção social, entretanto, com nítido caráter formal legalista que não se expressa em ações efetivas de proteção” (TEIXEIRA, 2008, p. 266), e como tal não garantiu efetivamente os direitos sociais das pessoas idosas.

Para assegurar e regulamentar esses direitos preconizados nas políticas, foi sancionado em 1º de outubro de 2003, através da Lei 10.741, o Estatuto do Idoso, que veio reafirmar princípios legais já constituídos em legislações anteriores para a promoção do bem-estar dos idosos, conforme o estabelecido nos seus primeiros artigos (BRASIL, 2003):

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu

aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

As políticas e programas sociais previstos na Constituição e implementados pela LOAS, PNI e Estatuto do Idoso constituem o arcabouço atual das políticas públicas para a população idosa. Além das políticas do tripé da seguridade social (saúde, previdência e assistência social), outras áreas foram contempladas pela legislação, que incluem os direitos: à liberdade; à alimentação; educação, cultura, esporte e lazer; profissionalização e Trabalho; habitação, transporte e medidas de proteção.

A PNI e o Estatuto do Idoso, enquanto instrumentos legais do direito formal, consolidaram as conquistas sociais asseguradas constitucionalmente, atendendo às novas exigências da sociedade brasileira em processo de envelhecimento a partir das últimas décadas do século passado.

No entanto, há que se destacar, nestas legislações, o viés na questão da divisão de responsabilidades pela proteção social da pessoa idosa induzida pelas novas concepções de enfrentamento da questão social da velhice pelos organismos internacionais, ou seja, a redução da ação estatal e dos gastos públicos e a transferência da gestão de políticas sociais de garantias dos direitos para organizações não governamentais, setores informais da sociedade, a comunidade e a família.

No tocante à proteção social à pessoa idosa, a Constituição Federal de 1988, a PNI, a LOAS e por último o Estatuto do Idoso acarretaram grandes conquistas do ponto de vista do direito constituído. Porém, as políticas públicas efetivamente em desenvolvimento estão muito aquém de atender às demandas por serviços sociais e de saúde de que a população idosa necessita.

A realidade mostra que os velhos das classes mais pauperizadas não têm, nem por parte da família, da sociedade e do próprio Estado, as condições mínimas para uma velhice digna, haja vista a condição de exploração pelo trabalho a que foram submetidos ao longo da vida que não lhes permitiram, sequer, usufruir dos bens e serviços produzidos por eles para o

engrandecimento do capital. Tudo que essas pessoas conseguiram reproduzir para si foi a pobreza, engendrada pelas desigualdades sociais características do capitalismo.

No Estatuto do Idoso, além dos art. 8º e 9º, que tratam do envelhecimento como um direito social e da obrigação do Estado de garantir a proteção à pessoa idosa através de políticas sociais, respectivamente, o art. 10 que estabelece que:

é obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis (BRASIL, 2003).

Trata-se de um conjunto de direitos da pessoa idosa, que, se respeitados pelo Estado, sociedade e família, já seriam, por si só, garantia de um envelhecimento saudável, participativo e seguro, como presumiu a ONU ao instituir o termo “envelhecimento ativo”, na perspectiva da cidadania e da dignidade humana.

Entretanto, apesar desse panorama, a sociedade ainda não despertou para essa realidade e pouca atenção tem sido dedicada à velhice no sentido de proporcionar uma vida mais digna e de mais qualidade a essa faixa etária. Os direitos apenas juridicamente constituídos não lhe conferem a autonomia, a integração, a dignidade e o bem-estar preconizados nas referidas leis, pois esbarram, como afirma Faleiros (2007, p. 156), em uma “dinâmica contraditória de lutas e de forças entre a estruturação legal e a vida social”. Os direitos de cidadania garantidos constitucionalmente a partir de 1988, regulamentados pelas políticas citadas e os avanços então conquistados, ainda são desconhecidos pela sociedade.

Até mesmos os próprios idosos não têm consciência desses direitos. Na pesquisa *Idosos no Brasil* realizada pelo SESC, cujos resultados foram publicados em novembro de 2007, constatou-se que 73% dos idosos entrevistados revelaram saber da existência do Estatuto do Idoso, mas 61% destes o sabem somente de “ouvir falar”. São poucos os que conhecem de fato os seus direitos e os que conhecem restringem-se basicamente aos direitos às aposentadorias e pensões, passagens de ônibus gratuitas e prioridades nas filas.

Somente com a participação da população idosa na luta pelos seus direitos será possível reverter esse panorama no entorno da velhice. Para o enfrentamento dessa realidade, as pessoas idosas devem ser estimuladas a buscar o fortalecimento de suas lutas no espaço público gerado pelos movimentos sociais, fóruns e Conselhos de idosos, que lhes permitam

posicionar-se pela concretização de ideais democráticos, conhecendo seus direitos para exercê-los e reivindicá-los em prol da conquista de sua cidadania, garantindo inclusive sua presença no cenário político por meio do voto e da representação.

Segundo Neri (2007, p. 40), esses dados indicam que “embora estejamos avançando em termos da oferta de proteção social e de respeito aos direitos das pessoas idosas, ainda estamos muito longe de poder festejar a consciência sobre os direitos, *que é um direito garantido pela educação*” (grifo nosso). Significa dizer que só através da educação de qualidade para todas as idades é que os jovens e adultos de hoje poderão lutar e usufruir dos direitos conquistados pelos idosos dessa geração atual.

Nessa perspectiva de se pensar a educação, o próprio Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), em seu Art. 22, apresenta a solução: “nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria”. A educação para a longevidade levada a jovens e crianças tornará possível uma sociedade para todas as idades, como defende a ONU.

Entendendo a educação pelo recorte do processo de educação permanente para pessoas idosas, percebe-se a importante função social das universidades, enquanto instituições construtoras do saber e formadoras de opinião, ao garantirem o acesso de pessoas idosas à educação e à capacitação durante toda a vida, atendendo às recomendações da ONU. Os objetivos 1 e 2 do Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, no que se refere à educação para a pessoa idosa, preveem:

Objetivo 1: Igualdade de oportunidades durante toda a vida em matéria de educação permanente, capacitação e reabilitação, assim como de orientação profissional e acesso a serviços de inserção no trabalho;

Objetivo 2: Plena utilização das possibilidades e dos conhecimentos de pessoas de todas as idades, reconhecendo os benefícios frutos de uma experiência adquirida com a idade (PLANO DE AÇÃO INTERNACIONAL PARA O ENVELHECIMENTO, 2003, pp. 42-43)

Em atendimento a esses objetivos, as universidades, ao longo das últimas décadas, têm dado atenção ao fenômeno do envelhecimento e à inclusão das pessoas mais velhas, através de programas educacionais nas UNATIs, oportunizando à pessoa idosa, através da

multidisciplinaridade e interdisciplinaridade¹¹, o conhecimento de sua realidade, aproveitando o seu potencial sociocultural.

Para Cachione (2003, p. 21), a interdisciplinaridade deve constituir a base da educação permanente, porque possibilita aos idosos serem os agentes de transformação de sua realidade, ao “considerá-los como donos de uma história pessoal e de uma bagagem de conhecimentos constituída ao longo da vida”.

Respeitada essa condição de protagonismo da pessoa idosa, cabe aos programas de educação permanente desenvolver a sensibilidade e a capacidade de envolvê-la no emaranhado sociocultural e político da sociedade. Dessa forma, permite aos idosos entender e acompanhar as constantes evoluções da sociedade, adaptando-se e participando ativamente desse ritmo acelerado de mudanças, reforçando sua participação e integração na sociedade, repudiando a segregação e o isolamento a que muitas vezes é submetido esse segmento populacional.

Entretanto, é importante ressaltar que, apesar de os programas educacionais para idosos se constituírem em uma boa alternativa de sociabilidade e inclusão social, o público atingido é proporcionalmente insignificante, frente ao contingente de pessoas em processo de envelhecimento e às múltiplas formas de enfrentamento da velhice.

As pessoas idosas que são atraídas para as UNATIs são privilegiadas, pois pertencem às camadas sociais de melhor poder econômico, de maiores níveis de escolaridade, entre outras condições, que podem proporcionar uma experiência positiva da velhice apesar de suas limitações.

O trabalhador pobre envelhecido não teve acesso à educação em nenhuma fase da vida e dificilmente terá oportunidade de participar desses programas educacionais considerados elitistas. Os idosos que freqüentam esses programas não são os analfabetos ou os que passam

¹¹ “Existe uma gradação nesses conceitos que se estabelece na esfera da coordenação e cooperação entre as disciplinas. [...] A multidisciplinaridade seria a justaposição de conteúdos de disciplinas heterogêneas ou integração de conteúdos numa mesma disciplina. [...] A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pela integração das disciplinas num mesmo projeto de pesquisa.” (FAZENDA, 1991, p. 31). “Um grupo interdisciplinar compor-se-ia, assim, de profissionais com formação em diferentes domínios do conhecimento e que passariam a realizar um esforço comum em torno de um dado tema ou problema de pesquisa e de atuação profissional” (CACHIONE, 2003, p. 20).

por privações de toda espécie, principalmente nos cuidados com a saúde; não são os que foram abandonados pelas famílias e pela sociedade e que estão mergulhados na solidão.

Essas pessoas idosas não retratam o perfil da maioria dos idosos brasileiros, que atravessaram toda a existência sob a escravização do trabalho como única forma da própria sobrevivência e de suas famílias e que, mesmo após a aposentadoria, não têm o proclamado “tempo livre para o lazer e realizações pessoais”, porque “necessitam para sobreviver” retornar ao mercado de trabalho que os expurgou por desinteresse da força de trabalho comprometida pela idade.

Cabe esclarecer que para o propósito deste trabalho, de avaliar um programa de educação permanente pautado nos princípios da gerontologia educacional, o referencial teórico que será utilizado como parâmetro para esse fim é o defendido pela gerontologia, dada a concepção ideológica matriz que deu suporte à criação dos programas educacionais para as pessoas idosas nas UNATIs.

O Programa Terceira Idade em Ação (P.TIA), campo de investigação do presente trabalho, tem como referência esse modelo de educação, o que exige uma coerência entre a teoria estabelecida pela literatura produzida pelos estudiosos dessa área e a prática da educação permanente, enquanto direito social conquistado pela população idosa, a ser focado no próximo capítulo.



CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO: CONCEPÇÕES GERONTOLÓGICAS

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.

Paulo Freire

O texto deste capítulo discorrerá sobre o direito da pessoa idosa à educação, ancorado nas políticas públicas implementadas nessa área, no intuito de identificar a contribuição da educação para o resgate e (re)construção da cidadania. As abordagens fazem um recorte nas experiências dos programas de educação permanente desenvolvidos nas Universidades Abertas à Terceira Idade como aportes para o processo de envelhecimento, na concepção da gerontologia, partindo do que a literatura tem produzido nas últimas décadas sobre o envelhecimento.

Para não parecer incoerente, faz-se necessário retornar um pouco ao enfoque desenvolvido no primeiro capítulo deste trabalho, que aborda a velhice como uma refração da questão social brasileira, cujo pano de fundo é retratado a partir das desigualdades sociais geradas e impostas pela sociedade capitalista moderna e pelo modelo de gestão neoliberal de políticas sociais.

No seu bojo, o texto trata ainda dos avanços no campo das políticas sociais para a população idosa, desencadeados em função do envelhecimento populacional como fenômeno mundial, que despertou o interesse de organizações internacionais como a ONU e a OMS, apoiados pela gerontologia, para com o futuro dos idosos, principalmente nos países periféricos e em desenvolvimento, os mais afetados pelas consequências dessa transição demográfica.

Por necessidade de contextualização das múltiplas formas de “viver o envelhecimento”, o capítulo apresentou um confronto crítico de idéias em relação ao trato das questões do envelhecimento, de autores como DEBERT (2004); HADDAD (1986) e TEIXEIRA (2008). Essas autoras criticam e contestam a condução que é dada aos problemas

decorrentes das condições adversas de vida e de trabalho a que foram submetidos os trabalhadores pobres e de mais idade, durante o transcorrer de suas vidas, culminando com a marginalização e exclusão social desses velhos, descartados cruelmente do sistema capitalista. Traz ainda as contradições que este cenário reproduz, quando comparado ao discurso gerontológico.

As autoras se contrapõem aos discursos dos especialistas da gerontologia e da geriatria, que idealizam o “envelhecimento ativo” proposto pela OMS, como um modelo a ser seguido generalizadamente, desconsiderando as condições de precariedade, vulnerabilidade e risco social a que a maioria das pessoas idosas estão expostas antes mesmo de se tornarem velhas, principalmente na realidade dos países periféricos e em desenvolvimento.

Diante desse quadro, também questionamos: como a maioria desses idosos pode usufruir das benesses do “envelhecimento ativo”, que supõe saúde, participação e segurança, se essas garantias não lhes foram apresentadas ao longo da vida? E, se, ao envelhecerem, esses idosos são descartados do mundo produtivo, que não retribuiu à sua força de trabalho o suficiente para uma sobrevivência digna, que perspectivas de “envelhecimento ativo” eles poderão ter, se o mesmo mercado que os dispensou exige o consumo dos bens e riquezas produzidas?

As respostas a essas indagações estão presentes nos discursos contrapostos dos autores citados, que na verdade refletem o dissenso entre a dura realidade da maioria dos idosos com o que defende a gerontologia, no que concerne ao universo de idosos que são beneficiados pelo “envelhecimento ativo” e políticas correlatas.

Por outro lado, o teor do conjunto de medidas, programas e políticas sociais destinados aos velhos têm uma característica em comum: a de responsabilizar o indivíduo ou sua família pela qualidade do seu envelhecimento, visto que a proteção social estatal, apesar do caráter formal universalista, não atinge todo o contingente de idosos.

Essa dimensão que reprivatiza a velhice também abarca os programas educacionais destinados aos idosos, pois oportunizam apenas às pessoas idosas de melhores condições e de maior poder aquisitivo a freqüência a tais programas, que, apesar de todos os benefícios que possam trazer aos seus usuários, responsabilizam-nos pela gestão individual da velhice, a partir da adoção por estes de novos estilos de vida e da participação social.

Para o fim a que se propõe este estudo de avaliar um programa educacional para idosos, a abordagem em relação à educação de que trata o presente capítulo terá como referência principal, as concepções da literatura produzida a partir dos estudos realizados pela gerontologia, não descartando, evidentemente, as posições opostas de outros autores, que serão consideradas quando relevantes à contextualização do debate.

O Programa Terceira Idade em Ação (P.TIA), da Universidade Federal do Piauí, campo de investigação deste estudo, se enquadra no perfil das Universidades Abertas à Terceira Idade, concebidas ideológica e politicamente por *experts* da gerontologia nacional e internacional e em consonância com as agendas dos organismos internacionais para o envelhecimento, o que justifica a escolha pela abordagem ancorada nos princípios gerontológicos. Ou seja, prevalece nesse campo a concepção de que a educação pode minimizar os problemas sociais enfrentados pelos idosos, em função do despreparo e da falta de informações da família, da sociedade e do próprio indivíduo que envelhece, sobre o processo de envelhecimento e sobre as diversas formas de viver a última fase da vida.

2.1 A Pessoa Idosa e o Direito à Educação

A longevidade da população, aspiração de todo ser humano, é hoje uma realidade e com ela surgem novos desafios a cada dia, diante das incertezas e dificuldades provenientes da ausência de ações sócio-políticas propiciadoras de dignidade na última etapa da vida. Dentre eles, está a experiência de vida das pessoas em processo de envelhecimento, carentes de educação de qualidade, que lhes permita se preparar para uma vida futura saudável e digna.

Na sociedade capitalista, cujo ideal restringe-se à produtividade, visando essencialmente ao lucro, o idoso é considerado improdutivo e excluído do sistema de produção. A partir dessa condição, justificam-se muitos procedimentos inadequados e injustos que discriminam os idosos, em decorrência das diferenças socioeconômicas e culturais presentes nesse grupo etário.

A educação é um dos aspectos que refletem essas divergências e no contexto capitalista envolve práticas político-econômicas que a concebem como um “bem de mercado”, privilégio de poucos e inacessível à maioria das pessoas idosas. A educação nesse contexto representa os interesses do capital, pois os idosos são vistos como fonte de recursos de um novo mercado de consumo, que, sob a perspectiva do envelhecimento ativo, estimula o

retorno ao mercado dos sujeitos ainda portadores de força de trabalho compatível às exigências deste, além de absorvê-los enquanto consumidores dos bens e serviços produzidos.

O idoso representante dessa realidade que foi alijado do processo educacional em função da exploração de sua força de trabalho para a manutenção da classe dominante e do capital, engrossa no Brasil o percentual de 35,2% de analfabetos da população de mais de 60 anos de idade, apurado pelo IBGE no último censo demográfico, em 2000. Entre os homens, que no passado tiveram acesso à educação um pouco mais que as mulheres, o índice de analfabetos é de 32,3%. Entre as mulheres, que representam entre 80 a 90% dos participantes dos programas educacionais para idosos, o índice de não alfabetizadas é de 37,4%. Logicamente, não são essas mulheres, com raríssimas exceções, que voltam a ocupar os espaços escolares para pessoas idosas.

Diante desse quadro, o que fazer para promover melhores condições de vida para essas pessoas pelas vias da educação? Como fazer chegar a educação, como estratégia de promoção do envelhecimento saudável, a essas camadas mais carentes da população idosa?

As instituições pioneiras em atividades educacionais para a população idosa – o SESC e as Universidades estão muito distantes de absorvê-las. O caminho a percorrer nessa direção precisaria se reverter, ou seja, ao invés de o idoso buscar essas instituições, elas é que deveriam, de forma descentralizada, ir até ele em suas comunidades de origem e de realidades distintas.

No caso específico das UNATIs, que em sua maioria desenvolvem suas experiências através de projetos de extensão, suas ações deveriam ultrapassar os muros da universidade, pela sua função extensionista de levar o saber acadêmico e científico à comunidade. Cumpriria, então, a universidade, o seu papel social de incluir e integrar aqueles que se encontram à margem da sociedade.

Em relação à população idosa, a contribuição dessas instituições permite a melhoria da qualidade de vida em prol de um envelhecimento mais digno dessa parcela maior de idosos, desassistidos pelo poder público, pela sociedade e muitas vezes pela própria família, seja por abandono ou negligência, seja por falta de condições de acolhê-los e cuidá-los dignamente. O ideal de oferecer educação de qualidade para todos os idosos é um desejo ainda inalcançável na realidade brasileira, muito embora formalmente enquanto direito constituído, tenha caráter universalista, visto “enquanto direito de todos”.

A educação para a pessoa idosa deve atuar como uma estratégia que contribua para a ressignificação da velhice, sob novas formas de sociabilidade e definição de novos papéis sociais. As atividades educativas de sociabilidade ampliam nos indivíduos a consciência do envelhecer, mudando a imagem negativa que têm de si mesmos e da velhice, contribuindo para a promoção de saúde, bem-estar psicossocial, convivência intergeracional, fortalecimento da auto-estima, das relações interpessoais e o exercício da cidadania. Propiciam aos idosos condições que lhes permitam serem os próprios agentes de sua transformação, condição necessária para viver a conquista da longevidade de forma digna e satisfatória, na perspectiva da cidadania, envolvendo a família e a comunidade.

No contexto atual, notadamente no período pós-constituição de 1988, a educação ganha destaque enquanto dimensão fundante da cidadania e como princípio indispensável de participação da pessoa idosa nos espaços sociais e políticos para sua (re)inserção social. Apresenta-se como forma de intervenção social para o crescimento pessoal do indivíduo, na perspectiva da integração, da sociabilidade e como possibilidade de troca mútua de saberes e experiências, considerando a capacidade do homem de aprender cotidianamente, durante toda a vida, princípio atribuído à educação permanente.

Segundo a pedagogia freireana, a educação permanente permite que o indivíduo seja estimulado a refletir sobre sua condição na sociedade, pois “quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias” (FREIRE, 1979, p. 30).

Ao contrário da educação voltada para a capacitação e qualificação profissional no tempo do trabalho - a educação continuada, a modalidade educacional direcionada às pessoas idosas assume outra dimensão, outro significado: “proporcionar condições para que a aprendizagem seja produto de um processo de construção de conhecimento que o aprendiz realiza na interação com o mundo dos objetos e do social” (VALENTE, 2001, p. 29).

É a educação contribuindo para o reconhecimento do idoso enquanto cidadão digno de respeito e para a transformação da sociedade frente aos problemas decorrentes do envelhecimento populacional e suas conseqüências na vida em sociedade. Segundo o mesmo autor, a aprendizagem na terceira idade “é centrada na resolução de problemas ou projetos específicos e de superação de desafios impostos pelo próprio indivíduo” (VALENTE, 2001,

p. 32) e para tal, ele, o indivíduo idoso, deve ser o protagonista no enfrentamento dessa realidade.

Nesse contexto, a educação deve ser encarada, antes de tudo, como um direito humano fundamental, se considerarmos que “sem os conhecimentos necessários sobre o mundo que as rodeia, as pessoas não têm capacidade de interferir conscientemente nas sociedades em que vivem”. E ainda, que “[...] o processo de educação é antes de tudo um processo de consciência, daí ser a condição de liberdade do próprio homem [...]” (RAMOS, 2002, p. 87).

No sentido mais amplo, enquanto direito de cidadania, a educação foi contemplada na Constituição Federal de 1988, no Art. 205, determinando que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

O direito à educação, aqui constituído de forma generalizada, onde o idoso está incluído no “direito de todos”, ainda não se configurava “um direito de fato”. Essa prerrogativa veio se efetivar formalmente na Política Nacional do Idoso (Lei Nº. 8.842, de 4 de janeiro de 1994), em seu Art. 10, indicando, como competências dos órgãos e entidades públicos para a área da educação, as seguintes determinações (BRASIL, 1994):

III - na área de educação:

- a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;
- b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- c) incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores;
- d) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- e) desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso;
- f) apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber.

Posteriormente, em 01 de outubro de 2003 foi instituído o Estatuto do Idoso, através da Lei 10.741, que veio consolidar a educação como um direito da pessoa idosa, no Capítulo V (Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer), nos artigos 20: “O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar

condição de idade” e 21: “O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados” (BRASIL, 2003). O Estatuto observou ainda, no artigo 25, que:

o poder público apoiará a criação de universidades abertas às pessoas idosas, com a finalidade de oferecer prioritariamente, educação permanente, através de atividades sócio-culturais e educativas que levem a pessoa idosa a refletir sobre o processo de envelhecimento e adotar posturas críticas frente às transformações dele decorrentes, além de propiciar o convívio intergeracional (BRASIL, 2003).

Ainda do ponto de vista de educação como um direito e tomando como parâmetro a educação de idosos proporcionada pelas universidades, vale ressaltar que outras legislações específicas para a educação contemplam ou recomendam, em seus conteúdos, o atendimento das demandas por educação de idosos, em reconhecimento ao novo paradigma da velhice “[...] de ganhos, de lutas, de participação, de autonomia”, fortalecendo sua “inserção na família e em outros grupos sociais” (LIMA, 2001, p. 25).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBE), Lei nº 9.394/96, não trata especificamente da educação de pessoas idosas, mas prevê no art. 4º, inciso VII – “a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades [...]”. No art. 43 que trata da *educação superior*, estabelece como uma de suas finalidades “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”, de onde se conclui a compatibilidade destes pressupostos com uma das missões da universidade, de prestar serviços à comunidade (BRASIL, 1996).

Nessa dimensão, cabe ressaltar que, no caso das UNATIs, a universidade, enquanto instituição construtora do saber, favorece a valorização da experiência de vida dos idosos, a participação social e a construção da cidadania. Redescobre, neles, o potencial enquanto atores sociais e protagonistas de uma luta pela conquista do legítimo espaço social a eles destinado no mundo atual, reconhecendo-os como cidadãos conscientes de suas responsabilidades e direitos. Neste sentido, o exercício da cidadania depende de condições favoráveis à manutenção do poder de escolha e decisão dos idosos, e conseqüentemente, de sua autonomia tanto no plano individual, quanto no coletivo.

Após sua promulgação em 1996, a LDBE estipulou o prazo de um ano para a União encaminhar, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes. O referido plano só foi aprovado em janeiro de 2001 através da Lei N° 10.172, em cujas diretrizes para o ensino superior reconhece que:

As IES têm muito a fazer, no conjunto dos esforços nacionais, para colocar o País à altura das exigências e desafios do Séc. XXI, encontrando a solução para os problemas atuais, em todos os campos da vida e da atividade humana e abrindo um horizonte para um futuro melhor para a sociedade brasileira [...]. No mundo contemporâneo, as rápidas transformações destinam às universidades o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de *relevância*, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 2001).

É nessa dimensão que as universidades, através de projetos de educação permanente constituem-se em espaços viabilizadores de sociabilidade e de cidadania para a superação dos desafios impostos pela sociedade aos mais velhos. Peixoto (1997, p. 73) defende o processo de sociabilidade nas UNATIs, ao afirmar que:

Pensar as universidades da terceira idade sem as práticas de sociabilidade é o mesmo que fundar uma escola [...] sem professores. [...] As pessoas vêm em busca de novas amizades, assim como para vencer a solidão [...] O que há de específico nas universidades da terceira idade é a oferta de atividades voltadas para a educação permanente, principalmente a possibilidade de estabelecer relações com as gerações mais novas.

O problema do envelhecimento populacional e o aumento significativo da longevidade refletiram na tomada de consciência, por parte da Universidade, de que a educação poderia e deveria ser um processo permanente, contínuo e aberto a todas as idades. Em atenção ao fenômeno do envelhecimento e à inclusão das pessoas mais velhas, as atividades educacionais estenderam-se às pessoas idosas através das universidades abertas à terceira idade. As UNATIs constituíram-se, assim, como espaços de construção de cidadania e de possibilidades de exercer a sociabilidade, na busca de novas realizações e de um novo lugar no mundo.

A política social representada pelos programas desenvolvidos nas UNATIs possibilita a um pequeno número de pessoas adultas e idosas a atualização e aquisição de novos conhecimentos; participação ativa em atividades culturais, sociais, políticas, de saúde e de lazer, buscando o bem-estar físico e mental. Estimula o desenvolvimento de possibilidades individuais, a consciência crítica, a reflexão, a autonomia, o exercício de cidadania, na perspectiva do processo de desenvolvimento humano integral no envelhecer. Perpassa pela construção de uma nova consciência que as pessoas idosas têm de si mesmas e pela percepção

de suas potencialidades para a obtenção de uma melhor qualidade de vida. A educação, nessa perspectiva,

ocupa cada vez mais espaço na vida das pessoas, pela necessidade evolutiva de novas competências e capacidade de adaptação. O humano, para ser humano, precisa aprender ao longo de toda sua vida, e uns saberes penetram e enriquecem os outros, levando as pessoas a um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si mesmas. Esse *continuum* educativo, coextensivo à vida e ampliado às dimensões da sociedade, é condição para um domínio mais perfeito dos ritmos e dos tempos da pessoa humana. A educação ao longo de toda a vida valoriza a complementaridade dos espaços e tempos dos indivíduos (HERÉDIA; CASARA; CORTELLETTI, 2007, p. 18).

A educação se apresenta, nesse contexto, com a possibilidade de ampliar a participação dos idosos na vida social e cultural de seu cotidiano, visando à melhoria nas relações interpessoais e na qualidade de vida. Constitui-se em uma alternativa de reinserção social, oportunizando a integração daqueles que se encontram à margem do desenvolvimento impetrado pelo capitalismo. “A educação é um direito de todos, inclusive dos idosos, e um dever do Estado. Não é pelo fato de as pessoas encontrarem-se em idade avançada que devam ser subtraídas do processo de aprendizagem para a cidadania e para uma nova atividade” (RAMOS, 2002, p. 87).

A volta à atividade através da educação propicia um aumento na autoestima, bem-estar social e físico, crescimento pessoal, percepção e autopercepção do idoso como membro da sociedade. As oportunidades de participação social oferecidas pelas UNATIs proporcionam à pessoa idosa acompanhar a dinâmica da evolução da sociedade e transpor limitações e estereótipos que definem negativamente a velhice, adaptando-a a esse ritmo acelerado de mudanças. Propõem novos papéis sociais para a superação da exclusão social convencionalizada à idade de quem está envelhecendo, condição fundamental para uma vida com êxito, cidadania e o respeito enquanto ser humano.

2.2 Educação para a Cidadania: a experiência das Universidades Abertas à Terceira Idade

É importante destacar a relevância que a educação voltada para as pessoas em processo de envelhecimento tem alcançado desde as últimas décadas do século passado. É uma ação que tem possibilitado o desenvolvimento intelectual, independente do nível de

formação escolar a que tiveram acesso ou não, ao longo do curso de vida, na perspectiva de romper barreiras, quebrar paradigmas, principalmente no modo de perceber o próprio processo de envelhecimento.

Nas universidades abertas à terceira idade, presentes na maioria das instituições de ensino superior brasileiras desde a década de 1980, os projetos de educação permanente têm colocado em pauta a compreensão de que o envelhecimento humano é uma questão de interesse de toda a sociedade e que a educação é base indispensável para uma vida ativa e plena.

Esses projetos requerem a adoção de políticas que garantam o acesso à educação e à capacitação durante toda a vida, oportunizando o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre as gerações, princípios estes, fortalecidos nas recomendações da ONU, no Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, aprovado em 1992, na II Assembléia Mundial para o Envelhecimento.

A principal justificativa dos programas educacionais para a população idosa se fundamenta na concepção de aprendizagem, como uma atividade permanente ao longo da vida. A partir dessa concepção, considera-se que o homem aprende cotidianamente, durante toda a vida, em espaços e contextos diferenciados, estimulando o desenvolvimento de suas potencialidades para promoção de sua autonomia, que o credencia como sujeito da própria aprendizagem.

Os projetos desenvolvidos pelas UNATIs, enquanto programas de educação permanente, favorecem o aprendizado contínuo e dinâmico com vistas ao desenvolvimento integral do indivíduo. A partir da reflexão crítica de sua realidade, favorecem aos idosos as condições de gerir e cuidar de forma equilibrada e autônoma do cotidiano de suas vidas, sob a ótica da cidadania.

A educação permanente no contexto das UNATIs reporta-se à concepção defendida pela UNESCO em seus relatórios (CACHIONE, 1998, pp. 23-24), de que esta deve se processar ao longo de toda a vida, de forma constante, interativa e cumulativa, descompartmentada no tempo e no espaço, como uma dimensão da própria vida para o desenvolvimento pessoal e integral do indivíduo.

Acolhe um formato que vai além da capacitação técnica¹², contemplando também a atualização e aquisição de novos conhecimentos, conceitos, valores e atitudes. Refere-se a todas as formas e tipos de educação recebida por aqueles que deixaram a educação formal em qualquer momento da vida e em qualquer idade, cuja continuidade está ligada à necessidade de acompanhar as transformações da sociedade e à inclusão social.

Os programas educacionais desenvolvidos pelas universidades surgiram para dar respostas às condições de marginalização social das pessoas idosas, decorrentes dos problemas enfrentados pelo trabalhador em processo de envelhecimento. Não se trata de uma educação para manter posições ou melhorar os salários, característica da educação continuada. Com estratégias de ressocialização e valorização social, as atividades educacionais para a pessoa idosa estimulam a prática de uma velhice ativa, que possibilita a ruptura com preconceitos e estereótipos negativos, na perspectiva de uma velhice bem-sucedida.

No entanto, as tendências desses programas de homogeneizar as manifestações do envelhecimento, sob o paradigma da vida ativa e saudável, suscitam críticas sob a alegação de que atendem aos interesses do Estado Mínimo. Nessa perspectiva, reduz-se a demanda por serviços públicos e transferem-se responsabilidades pela proteção do idoso para a família e para a sociedade, além de responsabilizar o indivíduo pela gestão da velhice, através do estímulo à adoção de novo estilo de vida (TEIXEIRA, 2008, pp. 103-105).

De fato, os indivíduos que gozam de boa saúde, por adotar um estilo de vida que lhes permita ter uma alimentação adequada as suas necessidades; que praticam atividade física e monitoraram preventivamente os problemas que afetam sua saúde; que freqüentam grupos intrageracionais e intergeracionais para ampliação do convívio social; e que além de tudo têm uma boa condição financeira, necessitam de pouca atenção pública estatal, favorecendo a política neoliberal de minimização do Estado, sob forma de políticas públicas.

Apesar dessa posição crítica aos programas de educação para idosos, que excluem do seu raio de ação as pessoas das camadas mais pobres, destituídas de qualquer valor pela sociedade do capital, e por ela lançadas à marginalização e à pobreza, é importante reconhecer

¹² Para a capacitação técnica, o modelo mais utilizado é o da educação continuada, que convencionalmente é vinculada à educação de jovens e adultos de todas as idades e refere-se ao prolongamento do sistema escolar, como continuação de sua especialização voltada principalmente para formação e qualificação profissional. A similaridade com a educação permanente está no princípio de que o indivíduo pode aprender em qualquer tempo, desde que tenha predisposição para tal, que haja uma estrutura adequada e alguém que o auxilie nesse processo de aprendizagem (CACHIONE, 1998, p. 25; VALENTE, 2001, pp. 28; 37).

que, pelo menos aos idosos que ingressam nesse novo contexto de enfrentamento da velhice, há vantagens e benefícios.

A questão a considerar é que os programas não minimizam os efeitos e os problemas do envelhecimento de quem mais precisa de atenção e proteção, que são os velhos abandonados pelo mercado produtivo e invisíveis às políticas estatais neoliberais. Estas reforçam a visão estereotipada de que os problemas da velhice são próprios de quem não é “ativo”, de quem não é “educado para envelhecer”. Para essas pessoas idosas, a velhice “mesmo quando não se associa à pobreza ou à invalidez, tende a ser vista como um período dramático por implicar a passagem, tida como indesejada, de um mundo amplo e público para um mundo restrito e privado” (DEBERT, 2004, p. 25).

No entanto, para os idosos que freqüentam as universidades, a educação permanente constitui-se importante fundamento para a determinação de uma velhice bem-sucedida, cujo requisito fundamental é a preservação do potencial para o desenvolvimento do indivíduo. Neste aspecto tem-se como referência “os ideais da sociedade, as condições e os valores existentes no ambiente em que o indivíduo envelhece, e as circunstâncias de sua história pessoal e de seu grupo etário” (CACHIONE, 1998, p. 7).

A universidade é, por excelência, o lugar do aprimoramento e da busca do conhecimento e da democratização do saber. Sua função social é integrar os que estão à margem do processo de desenvolvimento na perspectiva de construção de espaços múltiplos de cidadania. Este processo se dá através do desenvolvimento de projetos acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão, frente às necessidades da realidade onde está inserida. Contribui, dessa forma, para aproximar os diversos grupos sociais, dentre os quais os de idosos, em um movimento em que “educar para a cidadania é estabelecer o desenvolvimento de um processo de aprendizado social na construção de novas formas de relação, contribuindo para a formação e a constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos” (BRUNO, 2003, p. 75).

Os projetos de educação para idosos das universidades são desenvolvidos, em sua maioria, pela área de extensão. Na condição de atividade fim, aliada ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, cumpre seu papel através de uma prática dialógica entre a universidade e a sociedade, estabelecida a partir da troca de saberes científicos e acadêmicos com os saberes populares da comunidade.

A função da extensão “está diretamente relacionada à perda do medo de comprometer-se com a realidade, com o que está ao seu redor. Tal resgate deverá, pois, ser o eixo central de projetos educacionais ligados às questões sociais emergentes” (STANO, 2001, p.157). Nesse formato, a extensão contribui para a transformação da sociedade pela produção e difusão do conhecimento, resultantes do confronto com a realidade e da participação efetiva da comunidade para a melhoria das condições sócio-educativas, culturais e políticas da população.

O acesso ao conhecimento pelo discente idoso, nesse contexto, remete à “possibilidade real de refazer leituras do mundo que possibilitem a reflexão do sentido do ‘estar-no-mundo’ e da perspectiva de nele habitar” (STANO, 2001, p. 160), e do desafio de transformá-lo, definindo novas trajetórias para o seu cotidiano, construindo os saberes na diversidade cultural e social que abarca o desenvolvimento dos indivíduos na sociedade.

Trata-se de uma educação transformadora, onde os alunos idosos são os produtores do conhecimento e o espaço universitário propicia uma prática dialética e integradora, que valoriza a experiência de vida, favorece a convivência, a participação e integração social e o fortalecimento de vínculos através de

uma ‘ética da solidariedade que aproxima, aquece e constrói relações’, superando toda e qualquer forma de preconceitos e discriminações e contribuindo para a emergência de ‘novos sujeitos sociais’ que buscam a vivência de uma cidadania efetiva e plena. A dimensão de cidadania baseada no critério ético de justiça e igualdade significará a articulação de questões locais com problemáticas gerais, procurando superar fronteiras geográficas, políticas, sociais, econômicas e culturais, com o objetivo de assegurar o bem-estar para todos. [...] Nesta trajetória a cidadania se torna ‘um exercício e uma construção permanente’ (SILVA, 1997, p. 225, grifos da autora).

A construção, a ampliação e o exercício da cidadania dependem de condições favoráveis à manutenção do poder de escolha e decisão dos idosos, e conseqüentemente, de sua autonomia para o enfrentamento dos desafios decorrentes do processo de marginalização e exclusão social impostos aos mais velhos historicamente pela sociedade capitalista. Só é possível mudar o cenário da velhice com a participação dos idosos na luta coletiva pelos seus direitos.

A conquista da cidadania tem, como fundamento, o indivíduo enquanto sujeito histórico e político, que através da participação política garante sua autonomia. Porém, o

cidadão não pode, nem deve lutar individualmente pelos seus direitos. Sua ação política deve ser exercida sempre em favor da coletividade para que os direitos constituídos se materializem de fato em favor de a quem se destinam. Os direitos por si só não garantem a cidadania de forma universalizante, como reforça Faleiros (2007, p. 166):

No jogo das forças sociais, nas lutas por direitos universais, as contradições da sociedade civil vão se tornando agenda política, na medida em que as forças mobilizadoras da mudança se organizam em movimentos sociais de protestos, reivindicação, pressão e posicionamento, opostos aos grupos de pressão provenientes dos setores dominantes.

Nesse contexto, o exercício da cidadania perpassa também pela consciência da responsabilidade que os idosos participantes destes programas têm em contribuir para a melhoria das condições dos velhos que não têm acesso aos programas, pertencentes às comunidades mais carentes. Esse efeito multiplicador de ações educativas é indispensável, para que a sociedade perceba que é preciso mudar sua percepção sobre o conceito de velhice, que vem passando por transformações e, embora de maneira lenta, estabelece uma nova relação da nossa cultura com o envelhecimento. Nessas circunstâncias, promover a cidadania

é dar condições aos idosos de serem sujeitos de sua história pessoal, na constituição de uma nova imagem e de exercerem seus direitos civis, políticos e sociais, também no plano coletivo, de participarem da vida social em todas as suas instituições e movimentos sociais e que se sintam motivados a exercer, de forma mais próxima possível, a cidadania efetiva, que dê qualidade à vida e que lhes assegure viver com dignidade (PAZ *et al*, 2000, p. 9).

A observância dessas questões que envolvem o conceito de cidadania são importantes para o desenvolvimento das ações dos programas educacionais para a pessoa idosa. Na perspectiva da luta permanente pelos direitos de cidadania, Cachione destaca um importante pressuposto que deve nortear as ações desses programas: a educação e a aprendizagem são contínuas e acumulativas e devem realizar-se *com, para e pelos idosos*, valorizando sua participação em todo o processo, em sintonia com a realidade contemporânea da velhice, que tem como parâmetros o envelhecimento ativo e com mais qualidade de vida (2003, p. 45, grifo da autora).

Nessa conjuntura, a qualidade de vida é resultante do equilíbrio entre as limitações e possibilidades do indivíduo e está relacionada à manutenção da competência em domínios comportamentais do seu cotidiano, através de mecanismos de compensação e otimização, para obtenção de bem-estar físico, social e psicológico.

Esses aspectos estão presentes no modelo psicológico de velhice bem-sucedida elaborado por Baltes e Baltes (CACHIONE, 1998, pp. 5-6). A adaptação da pessoa idosa às inovações que se apresentam depende, especialmente, de sua história de vida, das dificuldades que enfrentou, das condições educacionais, do apoio do ambiente familiar e social. Depende também dos recursos econômicos que lhe permitam ter o acesso a bens e serviços que contribuam para a compensação das dificuldades cada vez maiores que lhe serão impostas pelo envelhecimento.

Nesse modelo, o indivíduo seleciona os eventos negativos e positivos que interferem na qualidade de vida e otimiza aquelas capacidades que lhes são favoráveis para compensar as perdas provocadas pelo envelhecimento. O equilíbrio adquirido proporciona a manutenção da funcionalidade nos domínios selecionados, dimensionada subjetivamente em sentimentos, emoções, desejos, satisfação pessoal e interação social.

A educação permanente deve ser desenvolvida a partir de uma proposta interdisciplinar que tenha relação com suas competências e necessidades, considerando que a longevidade da população é uma realidade concreta e heterogênea. As múltiplas faces do envelhecimento e as formas diferenciadas de vivenciar a fase da velhice demandam a necessidade de oferecer uma educação voltada para a transformação social de sua realidade, à luz da gerontologia. Na concepção de Santos (2003, p. 78), a gerontologia, como campo de pesquisa,

não é uma disciplina unificada, mas um conjunto de disciplinas científicas que intervêm no mesmo campo, que necessitam empreender esforços interdisciplinares, os quais excedam os limites de seus próprios paradigmas e teorias, para criar concepções diferenciadas sobre o idoso e os fenômenos da velhice e do envelhecimento.

A interdisciplinaridade nessa perspectiva propicia a integração de vários domínios do conhecimento, num processo de troca de saberes científicos e experiências de vida. Para atender a essa característica, os programas de educação para idosos devem “modificar objetivos, conteúdos e métodos de acordo com as necessidades dos idosos e da sociedade que envelhece” (CACHIONE, 2003, p. 20).

Ao trabalhar as questões do envelhecimento de forma interdisciplinar, as universidades se constituem também em um campo de aplicação da gerontologia, compreendida como uma disciplina científica de abordagem multi e interdisciplinar, responsável pelo estudo das características da velhice como fase final do ciclo de vida e do

processo de envelhecimento e seus determinantes biopsicossociais, fisiológicos, políticos, econômicos e socioculturais.

A discussão sobre conteúdos e formatos de educação de idosos, bem como a formação e qualificação de recursos humanos para esse fim estão na alçada de um novo campo interdisciplinar - a gerontologia educacional¹³.

A gerontologia educacional, enquanto método e técnica de práticas de ensino, é aplicada à educação de adultos e idosos e em programas educacionais para pessoas dessa faixa etária, visando à sua socialização e ressocialização e à mudança das perspectivas da sociedade em relação à velhice e ao processo de envelhecimento.

Está ancorada nos princípios e fundamentos da gerontologia social de respeito à dignidade e aos direitos de cidadania conquistados por esse grupo populacional, elegendo seu protagonismo como ferramenta indispensável na transformação da realidade onde está inserido. “É o próprio campo para o investimento nas capacidades, atitudes e habilidades dos idosos, visando à promoção de sua qualidade de vida” (NERI; CACHIONE, 1999, p. 127).

Apesar do conceito inovador da gerontologia educacional, as mesmas autoras demonstram uma preocupação com a ausência da utilização de uma pedagogia própria para a educação de idosos. No entanto, os estudos mostraram que a gerontologia educacional está ancorada em paradigmas muito tradicionais do tipo conservador e que não valorizam as experiências e necessidades do idoso. Para Lima (2001, p. 23), a aprendizagem deve contemplar informações que tenham significado para a pessoa idosa, pois

se houver uma valorização dos saberes já existentes do idoso, oportunidades de desenvolvimento de competências e talentos, e participação no processo educacional, isso lhe possibilitará apropriar-se de conhecimentos que favorecerão melhor compreensão da realidade que o envolve, em todas as suas dimensões: o mundo, os fatos, as pessoas...

¹³ São muitas as controvérsias conceituais em relação a esse novo campo de estudo. O termo *gerontologia educacional* foi usado pela primeira vez em 1970, por David Peterson, na Universidade de Michigan-EUA, cujos conteúdos contemplavam educação para idosos de acordo com suas necessidades, educação para a população em geral sobre velhice e envelhecimento e formação de recursos humanos para o trabalho com idosos. Essas categorias foram trabalhadas nos Estados Unidos, Inglaterra e Canadá e sofreram alguns ajustes. Em 1989, Glendenning propôs que essa categoria fosse reagrupada em duas: *gerontologia educacional* para designar a educação de idosos e *educação gerontológica* com foco para a formação e qualificação de recursos humanos em gerontologia para o trabalho com pessoas idosas. (CACHIONE, 2003, pp. 26-27, grifos nossos). É neste modelo de “*gerontologia educacional*” que o presente trabalho ancorou-se para o direcionamento das discussões.

É necessária a adoção de uma pedagogia que se constitua como ciência educacional interdisciplinar, a gerontagogia¹⁴, voltada para o estudo do idoso em situação pedagógica, com base na gerontologia educacional. Trata-se de um método que possibilita à pessoa idosa, através de uma prática crítica, reflexiva e transformadora, a tomada de consciência sobre seus direitos e do papel social que pode e deve assumir na sociedade, além de propiciar melhor qualidade de vida (CACHIONE, 2003: pp. 26-27).

Estudos realizados por Cachione em universidades de terceira idade do Brasil revelam que ainda não há uma pedagogia específica para a educação de idosos, apesar de já haver uma preocupação nesse sentido em algumas delas, como a Pontifícia Universidade Católica de Campinas e a Universidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, é nesse modelo teórico-metodológico e pedagógico de gerontologia educacional que concentramos o desenvolvimento investigativo do presente trabalho.

Nesta perspectiva, é importante considerar o ser longo na sua totalidade, a partir do seu comportamento social, cultural, político, moral e religioso; de sua estruturação pessoal e familiar e principalmente de sua integração e participação social, além de valorizar a comunicação das experiências adquiridas na trajetória de suas vidas às gerações mais jovens, como meio de preservação da memória e da identidade cultural.

Dessa maneira, através de uma metodologia adaptada a essa clientela, o processo educacional viabiliza a adoção, por parte do idoso, de uma postura crítica, reflexiva e transformadora do mundo onde está inserido, construindo-o e sendo construído por ele, efetivando-se num espaço privilegiado de desenvolvimento biopsicossocial e de construção de representações sociais positivas da velhice. Assim sendo, pode ser instigado a encaminhar proposições de ações de caráter individual e coletivo, que lhe propiciem transpor obstáculos e vencer os desafios impostos pela idade e pela sociedade, proporcionando a busca de novas oportunidades de desenvolvimento e bem-estar físico e emocional.

Faz-se necessário essa contextualização para a formalização das atividades dirigidas ao idoso, como afirmam Both e Portella (2003, p. 35):

¹⁴ Gerontagogia é a terminologia empregada por alguns autores, como Cachione, para designar o “*processo metodológico*” específico para o aluno idoso no processo de ensino/aprendizagem. Outros autores, entre eles Both e Portella, usam a terminologia Gerontogogia. Porém, por se tratar de um assunto novo dentro da gerontologia, na literatura gerontológica produzida nas últimas décadas trata-se o método simplesmente como gerontologia educacional ou educação gerontológica (CACHIONE, 2003); (BOTH; PORTELLA, 2003), grifo nosso).

A metodologia, para tanto, inscreve-se em duas vertentes: a formação teórica torna-se necessária para permitir uma reflexão mais apurada dos eventos a serem postos em prática; por outro lado, o processo de atenção sobre expressões formais ou informais da realidade dos idosos pode ser o início de uma busca mais sistemática do atendimento a ser perseguido.

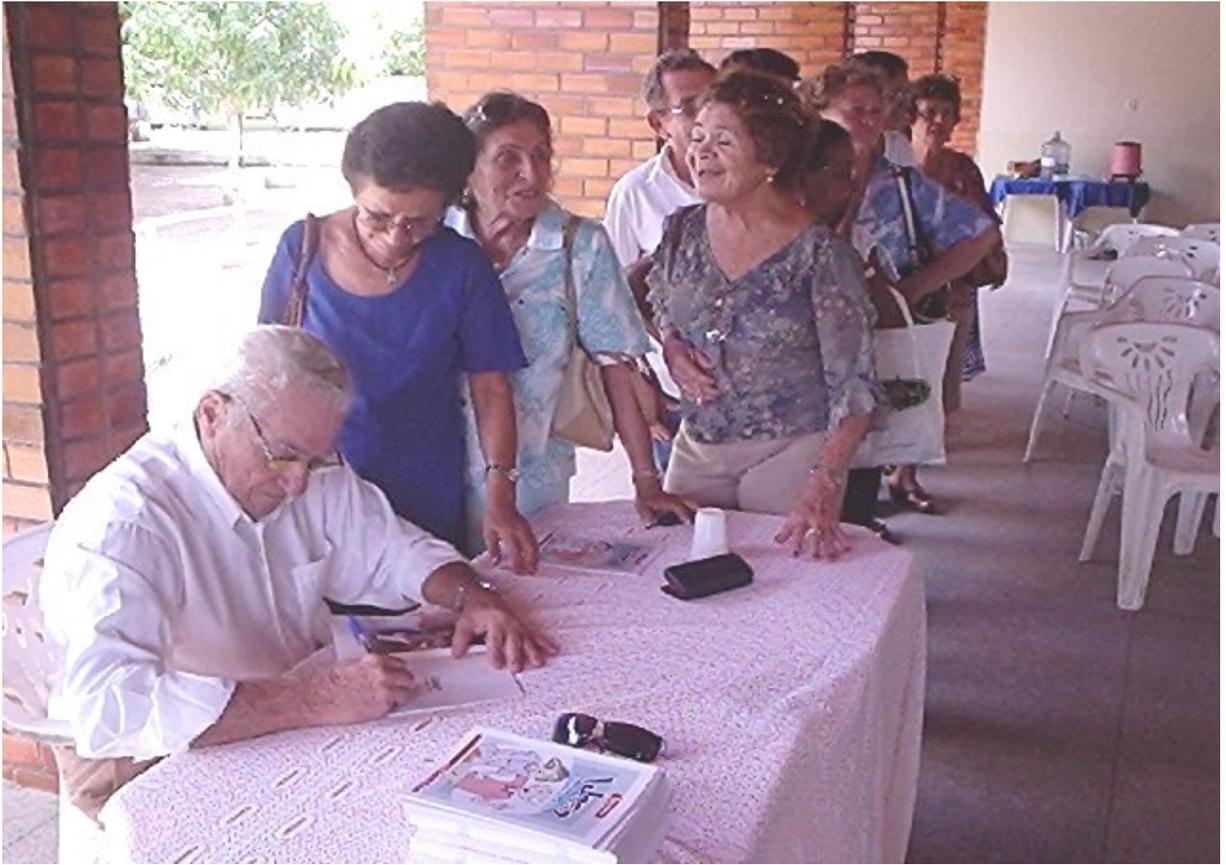
Para que a metodologia dê conta desse pressuposto, é importante que professores, monitores e facilitadores tenham formação especializada, ou na falta dessa, alguma experiência no trabalho com idosos, que lhes permita conhecer o desenvolvimento físico e psicossocial e as características peculiares do idoso.

Este aporte teórico e prático é imprescindível para uma proposta socioeducativa que contribua para um melhor desenvolvimento das ações e das relações interpessoais entre os envolvidos nesse processo, permitindo uma melhor compreensão das atitudes do idoso e exploração de seu potencial para um trabalho mais criativo e original.

Requer ainda, contemplar e explorar a experiência de vida acumulada e a capacidade criadora, transformadora e valorativa que esse "novo idoso dos tempos modernos" redescobriu e resgatou. Enquanto sujeito de transformação que é, da sua realidade histórica e social, a pessoa idosa deve ser norteadada por uma educação, cujo projeto pedagógico permita promover permanentemente "a cidadania, a saúde, as artes, a solidariedade, a política e outras virtudes que dão consistência específica aos mais velhos" (BOTH; PORTELLA, 2003, p. 24).

Nesse contexto, o professor exerce o papel de facilitador, sem qualquer posição hierárquica, através de uma ação pedagógica de mútua confiança onde o aluno não seja um aprendiz passivo, mas o agente de seu próprio aprendizado. Enfim, os programas educacionais devem realizar-se com e pelos idosos, através de atividades cujos conteúdos programáticos abordem temáticas relativas à velhice e ao processo de envelhecimento.

É importante a adoção de metodologias que estimulem a mudança de velhos hábitos nocivos à saúde, adoção de novas posturas e estilo de vida. Os alunos idosos, quando apropriados dessas oportunidades, participam ativamente da construção do próprio envelhecimento de modo mais saudável, seguro e participativo, garantindo melhor qualidade de vida e bem-estar social nesta etapa da existência humana.



CAPÍTULO 3

O PROGRAMA TERCEIRA IDADE EM AÇÃO – P.TIA: POLÍTICA EDUCACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL

A educação é um processo ininterrupto de aprofundamento, tanto da experiência pessoal como da vida coletiva, que se traduz pela dimensão educativa de cada ato, cada gesto, cada função assumida, qualquer que seja a situação em que nos encontremos, qualquer que seja a etapa da existência que estejamos.

Pierre Furter

3.1 A Educação frente ao Envelhecimento Populacional: breves considerações

O envelhecimento populacional, fenômeno recente e mundial de grande impacto político, econômico e social e amplamente reconhecido como uma das principais conquistas sociais do século XX, traz em seu bojo grandes desafios para as políticas públicas. Um dos mais importantes é de assegurar que o processo de desenvolvimento econômico e social ocorra de forma contínua, com base em princípios capazes de garantir um patamar econômico mínimo para a manutenção da dignidade humana e da equidade entre os grupos etários.

No Brasil, como em outros países em desenvolvimento, a questão do envelhecimento populacional soma-se ao conjunto de questões sociais não resolvidas, tais como a pobreza e a exclusão social de crescentes contingentes da população e o acúmulo de desigualdades, decorrentes do sistema de produção capitalista vigente nessas sociedades, gerando sobreposição de problemas sociais. “O fenômeno da longevidade aconteceu em nosso país, sem a contrapartida de políticas públicas de inclusão, que favoreçam o pertencimento e a redistribuição da riqueza produzida socialmente” (BARROSO, 2006, p. 244).

O debate gerado em torno do envelhecimento e das respostas sociais de apoio aos cidadãos idosos tem adquirido, nos últimos anos, grande relevância, exigindo, do Estado e da sociedade, investimentos em políticas públicas e sociais adequadas aos idosos que atendam às demandas de suas necessidades e que garantam a autonomia física e financeira, ou seja, o acesso aos direitos básicos de todo ser humano: alimentação, habitação, saúde, trabalho e educação, entre outros, com vistas a uma melhor qualidade de vida e bem-estar que as pessoas idosas precisam para viverem a última etapa da vida, com dignidade e na perspectiva da integração social.

As políticas públicas com vistas à integração social dos idosos também fazem parte de um programa de promoção de um envelhecimento saudável e ativo preconizado pelos Planos de Ação para o Envelhecimento da Organização Mundial da Saúde, na pressuposição de que a última etapa da vida deve ser desfrutada através de uma ativa participação na vida familiar e social.

No âmbito dos estudos acadêmico-científicos sobre a velhice, os esforços têm sido empreendidos na tentativa de analisar, problematizar e propor novas formas de compreensão do envelhecimento, de contorno inter e multidisciplinar dos saberes especializados de várias áreas do conhecimento, concentrados na área da gerontologia, responsável pelas transformações por que passou a visão da velhice na contemporaneidade.

Essas transformações geraram uma profunda inversão dos valores atribuídos a essa fase da vida, antes entendida como decadência física e invalidez, momento de descanso e quietude no qual imperavam a solidão e o isolamento afetivo e social, passando a significar o momento propício a novas formas de desenvolvimento e realização pessoal, não significando fatalmente a negação da velhice frente à nova imagem de idoso dinâmico e saudável.

A identificação e análise dessas transformações sociais advindas do envelhecimento da população possibilitou estabelecer propostas educacionais como as desenvolvidas pelas universidades abertas à terceira idade, que vêm contribuindo para essa ressignificação da velhice, sob novas formas de sociabilidade. Neste sentido, são definidos novos papéis sociais para a pessoa idosa, com vistas à construção de novos mecanismos para o enfrentamento das necessidades específicas do indivíduo em processo de envelhecimento, na perspectiva de que ela “aprende a enfrentar obstáculos que antes lhe pareciam intransponíveis, tal como o exercício de sua cidadania” (LIMA, 2001, p. 23).

A educação constitui-se, sem dúvida, em um espaço favorável ao enfrentamento dos desafios impostos pela sociedade aos mais velhos, na perspectiva da integração, socialização e da inserção social. Segundo Valente (2001, p. 32), “ela é centrada na resolução de problemas ou projetos específicos e de superação de desafios impostos pelo próprio indivíduo”, na interação com o mundo social. As pessoas idosas precisam ocupar seu espaço político para a conquista da sua cidadania no contexto democrático de igualdade de direitos e de oportunidades de participação política no contexto da sociedade.

A participação social através da educação possibilita a troca mútua de saberes e experiências, visando contribuir para o reconhecimento do idoso enquanto cidadão digno de respeito e para a transformação da sociedade frente aos problemas decorrentes do envelhecimento. Para Lima (2001, p. 23), possibilita também ao idoso participante de programas educacionais o desenvolvimento de seus potenciais, ou seja, ele “[...] começa a pensar e agir diferenciado, como também a exigir tratamento diferente”. Para a autora, “é preciso discutir situações problematizadoras de reais necessidades de suas vivências, para que ele reflita, pondere, aprenda a analisar e encontrar soluções”.

Esses pressupostos se fazem presentes nas atividades educacionais desenvolvidas nas UNATIs, cujos programas favorecem a ampliação da consciência crítica e reflexiva, propiciando ao idoso ser o próprio agente de sua transformação e da realidade onde está inserido. As experiências educativas, enquanto espaços públicos de fundamental importância no processo de construção social da cidadania, se tornam condição essencial para que as pessoas vivam a conquista da longevidade de forma digna e satisfatória, na perspectiva do processo de desenvolvimento humano integral no envelhecer.

Assim, as UNATIs vão além da simples busca de preenchimento do ócio com atividades de lazer, como são percebidas pelo senso comum. Mais do que ocupar o tempo livre dessas pessoas, têm como fundamento dar-lhes condições de gerir, de cuidar de forma equilibrada, autônoma e produtiva do cotidiano de suas vidas. Possibilitam a valorização da comunicação das experiências adquiridas na trajetória de suas vidas às gerações mais jovens, como meio de preservação da memória e identidade cultural, numa sociedade em constante e rápida transformação.

Apesar do reconhecimento de todas essas vantagens proporcionadas pelos programas educacionais desenvolvidos pelas UNATIs e outras instituições associativas de pessoas idosas, envoltos no enredamento dos discursos gerontológicos em prol de qualidade de vida e do bem-estar social, não se pode perder de vista que a educação direcionada às pessoas de mais idade não atinge a maioria dos idosos brasileiros, especialmente os mais pobres.

Quando se fala de “educação, enquanto um direito de todos”, formalmente constituído nas legislações vigentes, não há, na prática, como generalizar ou universalizar o alcance dessas ações, em função das precárias condições de vida da maioria desses velhos. É preciso romper com a visão homogeneizada da velhice, categorizada simplesmente pela idade, que

trata os velhos como se fossem um grupo de iguais, destituídos de todas as peculiaridades e complexidades que entremeiam a vivência de “velhices” construídas historicamente nas mais diversas realidades.

Para envelhecer bem, o indivíduo precisa de oportunidades para usufruir de condições adequadas de educação, urbanização, habitação, saúde e trabalho, durante todo o curso de vida, condições estas, determinantes para a longevidade e para a capacidade de buscar e manter o contato e suporte social para uma velhice bem-sucedida (CACHIONE, 1998, p.7).

Entretanto, as ações educacionais dos programas das UNATIs trazem em seu bojo um traço elitista, pois são direcionadas para o desenvolvimento de novas formas de envelhecer e de novos estilos de vida, inacessíveis aos velhos de classes menos favorecidas, que nem sempre têm sequer como satisfazer as necessidades mínimas de uma vida digna. É a educação voltada para os interesses do capital, entendida como um bem de mercado.

Para Beauvoir (1990, p. 109), “os ideólogos forjam concepções de velhice de acordo com os interesses de suas classes”. Assim, as atualizações socioculturais voltadas para o enfrentamento da atual sociedade do conhecimento e da informação são estimuladas pelas relações sociais competitivas engendradas pelo capitalismo, visando “sintonizar os alunos com o mundo contemporâneo, colocando-os a par das situações e dos problemas da atualidade, dando-lhes condições de conhecê-los e discuti-los com conhecimento de causa e segurança” (JORDÃO NETTO, 2001, p. 50). Essas relações marginalizaram a maioria dos trabalhadores no percurso de suas vidas e conseqüentemente não permitiram que, ao envelhecerem, as pessoas pudessem usufruir dessas benesses, adentrando-se cada vez mais no processo de marginalização e exclusão produzido no âmbito do capital.

Uma das posições mais contundentes na literatura revisada, sobre as condições dos velhos frente ao capitalismo e às propostas de educação empreendidas pelos especialistas da gerontologia, é o de Haddad (1986, p. 36). Ela destaca, entre outros pontos de vista, a afirmação de que “a educação para a velhice, integrante das representações sobre a velhice, enquanto parte da cultura capitalista, é condição fundamental à reprodução das relações capitalistas”, pois, na sua visão, o capitalismo encontra na produção intelectual a base de sua cultura material, expressa na ideologia de dominação burguesa.

A mesma autora discorda ainda dos propósitos gerontológicos de educação para o envelhecimento, ao entender que: “propor a educação como uma alternativa para a solução da velhice trágica é ocultar a realidade histórico-social; é tomar como verdadeira a ‘ideia’ de que a pedagogia da velhice encerra em si mesma uma saída para a ‘questão da velhice’” (HADDAD, 1986, p. 36, grifos da autora).

Outra posição que reflete o lado contraditório dos programas das UNATIs é adotada por Debert. Para a autora de “*A Reinvenção da Velhice*”, quando se refere à negação e à reprivatização da velhice que caracteriza as ações educacionais das universidades e outras associações, entende que essas iniciativas “desenvolvem um conjunto de práticas empenhadas na criação de uma etapa intermediária” entre as obrigações da fase adulta e a realidade dramática da velhice dependente e legitimamente abandonada, criando e reinventando novas imagens para essa fase da vida (2004, p. 190). Neste sentido, conclui a autora:

[...] mais do que criação de etapas intermediárias de envelhecimento, o que parece estar em jogo é a produção de uma nova forma de reprivatizá-la: a promessa de que – com esforço pessoal, com a adoção de estilos de vida e de formas de consumo adequadas – a velhice possa ser excluída do leque de preocupações dos indivíduos e da sociedade (DEBERT, 2004, p. 191).

Trazer um pouco dessa visão contestadora aos programas educacionais desenvolvidos pelas universidades abertas à terceira idade se faz necessário para a compreensão de que, apesar dos estudos enaltecerem essas experiências como plenas de êxito sob o olhar das disciplinas que compõem a gerontologia, a unanimidade não é possível, em função da complexidade que entorna o processo de envelhecimento e das condições adversas historicamente vividas pela maioria dos velhos brasileiros. O estímulo à atividade e à integração social é uma forma de manter as pessoas idosas fora da ação estatal neoliberal, na perspectiva de que, quanto mais ativa e saudável for a pessoa idosa, menos precisará dos serviços públicos sociais e de saúde, privatizando a velhice ao nível familiar e individual.

Porém, para os objetivos a que se propôs o presente trabalho, resgata-se a dimensão da gerontologia educacional, que ofereceu os aportes filosóficos teórico-práticos que fundamentam os programas de educação permanente para adultos maduros e idosos das universidades abertas à terceira idade brasileiras, dentre os quais o Programa Terceira Idade em Ação da Universidade Federal do Piauí, que se constituiu o campo de investigação deste trabalho.

3.2 O Programa Terceira Idade em Ação (P.TIA)¹⁵: contextualização e caracterização

As atividades educacionais destinadas às pessoas de mais idade tiveram início na França, com a criação das Universidades do Tempo Livre, na década de 60, com a finalidade de ocupar o tempo livre dos aposentados e favorecer as relações sociais entre eles, em espaço voltado para a realização de atividades socioculturais. Com base nessa experiência, na década seguinte foi instituída por Pierre Vellas, a primeira Universidade da Terceira Idade, em Toulouse, objetivando tirar os idosos do isolamento, proporcionar-lhes melhores condições de saúde e modificar a imagem destes junto à sociedade. Posteriormente, as universidades transformaram-se em centros de pesquisas gerontológicas (CACHIONE, 2003, pp. 47-49).

A partir de 1975, a iniciativa francesa expandiu-se para outras universidades de países europeus, do Canadá e dos Estados Unidos. No início da década de 80, os programas universitários para educação de idosos chegaram à América Latina. O Uruguai foi o primeiro país a aderir à idéia, seguido do Paraguai, Argentina, Chile e outros, entre eles o Brasil. Os estudos realizados por Cachione concluíram que:

apesar das diferenças em termos de denominação, características socioeconômicas, recursos disponíveis e público-alvo, essas instituições apresentam elementos comuns em seus discursos e propostas que replicam as idéias de Pierre Vellas: preocupação com a qualidade de vida do idoso, promoção de saúde, participação e autonomia, oferta de oportunidades educacionais e culturais que permitam desenvolvimento pessoal e coletivo e inserção social dos idosos (2003, p. 52).

No Brasil, a primeira experiência com educação de adultos maduros e idosos foi implementada na década de 70 pelo SESC, através da criação de centros de convivência e depois das Escolas Abertas para a Terceira Idade. As ações visavam informar sobre o processo de envelhecimento, preparar para a aposentadoria e oferecer atividades culturais e de lazer para as pessoas idosas de famílias dos comerciários. A proposta ancorava-se nos princípios da educação permanente, no tocante ao desenvolvimento de habilidades e potencialidades dos participantes e ao incentivo de sua participação ativa no contexto familiar e comunitário (CACHIONE, 2003, p. 52).

¹⁵ O Programa Terceira Idade em Ação (P.TIA) foi instituído na Universidade Federal do Piauí, como programa de extensão do Núcleo de Pesquisa e Extensão Universitária para a Terceira Idade (NUPEUTI), através da Resolução Nº 84/98, de 10 de agosto de 1998, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a partir de iniciativa de sua idealizadora - Profa. Dra. Aglair Alencar Setúbal, do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI.

Trabalho semelhante era realizado também pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), que oferecia, ao segmento idoso, atividades físicas, artístico-culturais e de lazer. Nas universidades, somente no início da década de 80, as primeiras experiências foram empreendidas nessa direção.

A iniciativa pioneira no âmbito universitário foi a fundação do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) da Universidade Federal de Santa Catarina, voltado para a formação de recursos humanos, divulgação de conhecimentos gerontológicos e promoção da pessoa idosa, através de atividades extensionistas.

Seguindo essa trilha, outras propostas semelhantes foram institucionalizadas por outras universidades (Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Católica de Pelotas (RS) e Pontifícia Universidade Católica de Campinas, entre outras), proliferando-se por diversas instituições de ensino superior, a partir dos anos noventa (CACHIONE, 2003, pp. 52-53).

A exemplo do que ocorreu em outros países, apesar das especificidades e características particulares identificadas pelos estudos de Cachione (2003), em seis modalidades diferentes de programas educacionais para pessoas idosas, todas as experiências instituídas nas universidades brasileiras revelavam, em comum, o propósito de promover uma velhice bem-sucedida de indivíduos e grupos, na perspectiva da autonomia, da integração social e do resgate e/ou reconstrução da cidadania.

Reportando esse contexto para a realidade piauiense, a Universidade Federal do Piauí foi uma das instituições pioneiras no Estado na educação para pessoas idosas. Implantou em 1998, através do Núcleo de Pesquisa e Extensão Universitária para a Terceira Idade (NUPEUTI), o Programa Terceira Idade em Ação (P.TIA), um curso de extensão com duração de dois anos, oferecendo diversas atividades sócio-educativas para pessoas com sessenta anos ou mais de idade, no formato de universidade aberta à terceira idade. Esse Programa baseou-se no modelo de educação permanente de caráter formativo, considerando que, no caso do adulto e do idoso, “a educação precisa ser vista como um processo contínuo e permanente, que faz parte do ciclo vital e que proporciona aprendizagens que geram transformações e, conseqüentemente, mudanças de comportamento” (NASCIMENTO *et al*, 2000, p. 128).

O Programa está ancorado na visão integral do indivíduo, cujo desenvolvimento pessoal depende da evolução de suas capacidades, potencialidades e aspirações e do aprender cotidianamente para uma atualização contínua, em todo o curso de vida. O conjunto desses fundamentos que dão suporte ao Programa está contemplado na definição do pedagogo suíço Pierre Furtier, para quem a educação permanente

é uma dialética da educação como um duplo processo de aprofundamento tanto da experiência pessoal quanto da vida social global, que se traduz pela vida ativa, efetiva e responsável de cada sujeito envolvido, qualquer que seja a etapa da existência (SCHONS; PALMA, 2000, p.161).

Esse processo dialético se faz presente no Programa, desde os conteúdos abordados nas diversas atividades distribuídas em todas as áreas do conhecimento, com ênfase nas abordagens temáticas sobre o processo de envelhecimento sob todos os aspectos, tratados de forma interdisciplinar, à luz da gerontologia educacional.

A aquisição e atualização de conhecimentos, propiciadas aos idosos nesse retorno ao ambiente formal de aprendizagem, contribuem para mudanças no estilo de vida e cuidados com a saúde que o envelhecimento saudável requer. Perpassa pelo desenvolvimento de habilidades artístico-culturais que propiciam o processo de sociabilidade, com vistas a uma melhor e maior participação da pessoa idosa no convívio familiar e na vida comunitária, com vistas à qualidade de vida.

Nos pressupostos estabelecidos para a criação e implementação do P.TIA, vislumbraram-se as possibilidades de benefícios sociais para o idoso, por ser e representar um espaço que favorece, entre outros aspectos:

o exercício da reflexão sobre o envelhecimento; o desenvolvimento de sua criatividade; [...] a apreensão do conceito de cidadania e do exercício para a construção permanente desse direito; o resgate de valores pessoais e o engajamento em ações sociais mais amplas [...], com vistas a uma velhice mais digna e com melhor qualidade de vida (SETÚBAL, 1998, pp. 15-16).

A larga experiência que os programas universitários de educação para idosos acumularam ao longo dos últimos anos, como produtores do conhecimento e comprometidos com a população idosa, os credencia a atuarem na transformação das estruturas sociais que consideram o envelhecimento como um problema social. Promovendo debates acadêmicos e científicos, avaliam constantemente suas ações e firmam compromissos com essa nova prática educacional, que abre outras perspectivas ao indivíduo em processo de envelhecimento.

A educação empreendida no P.TIA frente a esse contexto constitui-se de um espaço público¹⁶ que valoriza a participação social e política do idoso, enquanto sujeito ativo, através de uma prática crítica, reflexiva e transformadora. Para Cachione (2003, pp. 26-27), a educação impulsiona a pessoa idosa à tomada de consciência sobre seus direitos e do papel social que pode e deve assumir na sociedade, propiciando sua integração no processo de desenvolvimento econômico, político, cultural e social da comunidade. Trata-se, pois, de uma educação transformadora, onde os sujeitos são estimulados a vencer seus medos e despir-se de seus conflitos existenciais face ao envelhecimento.

Não se trata de um trabalho para idosos, mas com idosos. Desde a sua implantação, o P.TIA adotou uma *práxis* pedagógica, conduzida através de uma metodologia que prioriza a troca de experiências e saberes presentes na diversidade cultural, entre os diversos atores envolvidos nos processos de socialização e aprendizagem. Alicerça-se em uma prática crítico-reflexiva que coloca o aluno idoso como sujeito, autor e ator da sua história (SETÚBAL, 1998, p. 20), em função da “heterogeneidade de necessidades, motivações e interesses existentes nos grupos de idosos, gerada pelas particularidades das histórias e trajetórias de vida [...]” (CACHIONE, 2003, p. 41).

Trata-se de um agir transformador, com base nos pressupostos antropológicos de que o homem é um ser inacabado, incompleto e ao mesmo tempo criador, que se transforma na mesma medida em que transforma o mundo. Brandão (2005, p. 80) afirma que a educação do mundo moderno apresenta-se como uma inquietante busca de novos conhecimentos, na concepção de que “o rumo e a velocidade das transformações exigem cada vez mais, de todos os homens, uma constante reciclagem de conhecimentos e uma contínua readaptação a um mundo que, afinal, ainda é sempre o mesmo e já é sempre um outro”.

Neste sentido, o P.TIA tem implementado suas ações enquanto programa educacional, na perspectiva de oferecer, à população idosa, um trabalho que viabilize:

a ampliação e construção de conhecimentos sobre a terceira idade [...]; a adoção de uma postura crítica frente a sua realidade concreta; o desenvolvimento de uma conduta de luta permanente pela construção de sua cidadania; a definição e a ampliação do seu papel na sociedade [...]; a

¹⁶ Entende-se por espaço público, nesse contexto, o que afirma Telles (1994, p. 92) como “espaços nos quais valores circulam, argumentos se articulam e opiniões se formam [...] através da convivência democrática com as diferenças e os conflitos [...]”. Neste sentido, o público remete ao espaço onde os direitos básicos podem ser efetivados, onde podem ser garantidos os interesses de todos, como local de construção da cidadania, onde os direitos são efetivados a partir da participação política e social dos atores e do exercício democrático de valores como solidariedade, equidade e justiça social em prol do interesse comum.

obtenção pelos idosos, de conhecimentos relativos aos cuidados para com a saúde e o desenvolvimento de atividades religiosas, artísticas, culturais e esportivas (SETÚBAL, 1998, pp. 17-18).

Constitui-se, assim, um espaço de aprendizagem gerontológica, que proporciona aos alunos a possibilidade de protagonizarem a produção e disseminação do conhecimento, potencializado nas suas experiências acumuladas ao longo da vida.

As atividades são dirigidas a um público predominantemente feminino, cerca de 90% dos participantes, como na maioria das UNATIs e associações de idosos. São pessoas de todas as camadas sociais, sem distinção de raça, etnia ou religião e com escolaridade variando entre alfabetizada(o) e nível superior, que junto a outros indicadores compõem o perfil dos alunos do Programa.

O P.TIA tem duração de dois anos, equivalentes a quatro semestres letivos, com carga horária mínima de trezentas e vinte horas, considerando que o aluno deve cursar, no mínimo, duas disciplinas de quarenta horas por semestre. Após o cumprimento deste período, o aluno recebe o certificado de conclusão, mas pode permanecer no Programa, desde que haja disponibilidade de vagas para o atendimento dessa demanda.

Atende a uma demanda média anual de cento e cinquenta novos alunos, que, somados aos veteranos, contempla de duzentas e cinquenta a trezentas pessoas idosas por semestre, que buscam no Programa oportunidades de adquirir e ampliar seu universo de conhecimentos e ocupar melhor o tempo livre com atividades físicas, sócio-educativas, artístico-culturais e religiosas.

A partir do ingresso nessas atividades, os alunos idosos esperam encontrar um ambiente que lhes proporcione bem-estar físico e psicológico para seu desenvolvimento social, na perspectiva da participação, autonomia e integração social. Sob esse prisma, o P.TIA se constitui, ainda, um espaço público possível de (re)inserção social e de construção de uma nova cidadania, que extrapola os limites do direito formal, atendendo às demandas por educação qualificada para esse público.

Enquanto programa de extensão, suas ações encontram ressonância no que preconizam os artigos 123 e 124 do Regimento Geral da UFPI, que destacam a extensão universitária como um processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa de forma indissociável, integrando a universidade com a comunidade, sob forma de cursos, estágios e

serviços desenvolvidos através de programas e projetos (REGIMENTO GERAL DA UFPI, 1999, p. 35). A extensão, como elemento de inserção da Universidade no meio social das comunidades, na formação crítico-responsável dos alunos e da interação com as atividades de ensino e pesquisa, permite uma prática intervencionista qualificada e qualificadora.

Neste sentido, o Programa tem visibilidade pela contribuição acadêmica e científica prestada à comunidade universitária e à sociedade em geral. Desde sua implantação, o P.TIA tem sido campo de investigação científica e intervenção acadêmico-social de professores e alunos da graduação e da pós-graduação, em níveis *lato sensu* e *stricto sensu*.

Para a graduação, o Programa constitui-se campo de trabalho para atividades de ensino, pesquisa e extensão, com destaque para a oferta de disciplinas de todas as áreas do conhecimento, projetos de pesquisa e de iniciação científica, projetos de extensão, estágios curriculares e extracurriculares, monitorias, bolsas de trabalho e de extensão, produção de TCCs e monografias.

Representa, também, importante campo de pesquisa para cursos de especialização, mestrado e doutorado, a partir dos quais foram e continuam sendo produzidas monografias, dissertações e teses. Vale ressaltar que essas atividades não se restringem à comunidade universitária docente e discente da UFPI. Por representar um trabalho de referência na educação de pessoas idosas, desperta o interesse acadêmico de outras instituições de ensino de Teresina.

O P.TIA, enquanto espaço de prática profissional multi e interdisciplinar, possibilita a troca de conhecimentos de áreas distintas do saber científico, o que instigou a pesquisadora como profissional do Serviço Social e da Gerontologia Social e como coordenadora e professora do Programa durante cinco anos, a realizar o presente estudo, sob a expectativa de avaliar a importância do P.TIA no cotidiano dos alunos a partir da percepção dele próprio, da família e dos professores, em relação às mudanças decorrentes de sua inserção no Programa.

Optou-se por realizar o estudo no P.TIA por se constituir a área de interesse e de atuação profissional da pesquisadora nos últimos sete anos, bem como pela sua importância enquanto política social de educação para a pessoa idosa no âmbito estadual e pelo reconhecimento da sociedade piauiense de sua contribuição como modelo de programa de inserção social e cultural da população envelhecida.

3.3 Proposta Político-Pedagógica

Os objetivos do Programa são atingidos a partir de metodologias de ação crítico-reflexiva e de intervenções acadêmicas, que extrapolam o âmbito de respostas às situações circunstanciais emergentes e colocam o aluno idoso como sujeito, autor e ator da sua história (SETÚBAL, 1998, p. 20).

Apesar de o Programa não ter um projeto pedagógico formalmente constituído, a orientação metodológica fundamenta-se em pressupostos gerontológicos de natureza política e socioeducativa, desenvolvidos através de uma abordagem interdisciplinar. Os conteúdos são trabalhados a partir da compreensão da realidade pelo idoso, respeitando sua autonomia, pois somente o indivíduo autônomo é capaz de produzir conhecimentos para intervir e transformar a realidade.

Os conteúdos programáticos dos cursos, oficinas e disciplinas oferecidos nos últimos anos¹⁷ contemplam temáticas de diversas dimensões e áreas do saber. Não há formalmente na grade curricular uma separação das atividades por área, mas é possível agrupá-las por características em comum:

- Desenvolvimento físico: hidroginástica, musculação, yoga, tai-chi-chuan; biodança, dança de salão adaptada, danças circulares, capoterapia;
- Desenvolvimento artístico e cultural: pintura em tela, artes plásticas, artesanato, bordado, práticas teatrais; iniciação musical; prática coral, música e cotidiano, música e encontro de gerações;
- Desenvolvimento emocional: inteligência emocional, desenvolvimento psicológico na terceira idade; afetividade e perdas na terceira idade, espiritualidade na terceira idade, musicoterapia;
- Estimulação da memória: história de vida e memória, memória na vida adulta e senescência; culturas regionais;
- Ação formativa para o envelhecimento e a velhice: introdução à gerontologia, envelhecimento e qualidade de vida, nutrição e qualidade de vida, nutriarte, saúde do

¹⁷ Informações levantadas junto à documentação de matrícula dos últimos três anos do P.TIA, que trata da oferta semestral de atividades.

idoso, odontogeriatria, fisioterapia, direito e cidadania, velhice e sociedade; participação em congressos, seminários, fóruns e palestras;

- Outras atividades: informática na terceira idade, inglês, espanhol, atualização gramatical, produção de textos, educação ambiental, plantas medicinais, terapias alternativas; comemorações de datas importantes do cotidiano; apresentações artístico-culturais.

Todas estas ações procuram privilegiar o interesse dos alunos e a valorização de suas experiências de vida, numa relação participativa entre educando e educador, o aprender e o ensinar, sempre na perspectiva do seu protagonismo, respeitadas as características de cada aluno, num ambiente onde a heterogeneidade está presente de maneira significativa, considerando-se que o Programa não impõe critérios de seleção além da idade.

A atualização e a aquisição de novos conhecimentos visam oferecer informações e proporcionar reflexões sobre o processo de envelhecimento e as implicações biopsicossociais que ele acarreta na vida do indivíduo. Procuram privilegiar conteúdos que ampliem as possibilidades do despertar da consciência frente aos obstáculos e desafios presentes no cotidiano do idoso, e que interferem de forma positiva ou negativa no processo de envelhecimento, propiciando a adoção de um posicionamento crítico para ocupar novos espaços sociais e desfrutar da longevidade, conquistada com cidadania e dignidade.

O quadro de professores que atua no Programa é conhecedor da importância de seguir essas orientações metodológicas, pois mesmo aqueles sem formação específica na área de educação de idosos têm alguma experiência profissional com pessoas dessa faixa etária. Apesar de o NUPEUTI oferecer, a cada dois anos, o curso de especialização em Gerontologia Social, poucos professores tiveram acesso a essa qualificação, pois a maioria não faz parte do quadro da UFPI e suas instituições de origem não despertaram ainda para a necessidade e importância de qualificar seus profissionais para o trabalho com o público idoso.

A construção de um projeto pedagógico que contemple todas estas questões, como elemento dinamizador de reflexão contínua e sistematizada da prática educativa

requer um trabalho coletivo que garanta a participação efetiva dos responsáveis pelo seu desenvolvimento (professores, coordenadores...) e deve partir da avaliação objetiva das necessidades e expectativas de seus integrantes. [...] Requer a continuidade das ações, descentralização, autonomia, abertura e democratização do processo de tomada de decisões e

instalação de um processo coletivo de avaliação (CORTELLETTI; CASARA, 2006, p. 14).

No P.TIA, estes requisitos básicos para a construção de uma pedagogia própria para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem do aluno idoso não estão formalmente sistematizados. A ausência de um projeto pedagógico, envolvendo a participação de todos os sujeitos do processo, passa por certa acomodação do corpo técnico-administrativo, docentes, discentes e outros colaboradores. O planejamento, a execução e a avaliação das atividades obedecem a passos metodológicos previstos no projeto de criação do Programa. Apesar de os alunos não serem consultados sobre suas preferências e interesses, a maioria das atividades tem boa aceitação por parte deles, principalmente as que tratam de aspectos ligados à promoção de saúde, à prática de atividades físicas e às atividades de cunho artístico-cultural.

Além de não disponibilizar um projeto político pedagógico, também não há espaço sistematizado para a avaliação e monitoramento das atividades realizadas. Tanto o planejamento, quanto a avaliação das atividades são realizados de forma segmentada, sem inter-relação entre si, não contemplando o Programa no seu conjunto de ações diversificadas. No caso dos alunos, a contribuição para a definição da grade curricular e dos conteúdos programáticos se processa de forma indireta, pois se restringe ao ambiente de sala de aula, onde eles têm oportunidade de emitir opinião, criticar e sugerir mudanças ou novas propostas, porém, no âmbito de cada atividade isoladamente.

3.4 Perfil dos alunos do P.TIA

Para a composição deste perfil, utilizaram-se as respostas a um questionário aplicado aos alunos, no ato da matrícula para o segundo semestre de 2008, (ANEXO A), período em que foi desenvolvido o projeto de pesquisa.

Segundo o levantamento dos dados, 10% dos alunos idosos pertencem ao sexo masculino e 90% são mulheres, realidade compatível com a maioria dos programas sociais destinados à população idosa, onde as mulheres são maioria.

A idade dos homens varia de 55 a 84 anos de idade, assim distribuída por faixa etária: 11% têm menos de 60 anos; 21% estão na faixa de 60 a 65 anos; na faixa de 66 a 70 anos encontra-se a maioria dos alunos que representa 36% dos participantes; 21% têm de 71 a 75 anos; 7% estão com idade entre 76 e 80 anos e 4% já ultrapassaram a idade de 80 anos.

Em relação às mulheres, as faixas etárias são as seguintes: 21% ainda não alcançaram os 60 anos de idade, mas o Programa já absorve o público a partir de 55 anos, em função da demanda significativa dessa faixa etária. A maioria das mulheres concentra-se na faixa que vai dos 60 aos 65 anos, correspondente a 43%. De 66 a 70 anos, encontramos um percentual de 19% das alunas; 10% têm entre 71 e 75 anos; 5% representam aquelas que têm entre 76 e 80 anos e 2% têm mais de 80 anos de idade.

Quanto ao estado civil, os dados identificaram, entre os homens, que 86% são casados; 11% são solteiros e os viúvos são apenas 3% dos alunos. Entre as mulheres, também é maioria o percentual de casadas, 44%. Os demais percentuais indicam que 12% são solteiras; o mesmo índice representa as divorciadas/desquitadas, e 32% são viúvas. A viuvez é mais presente entre as mulheres na maioria dos estudos relatados na literatura, em função da feminização da velhice, que tem como destaque uma expectativa de vida maior entre as mulheres.

No tocante à escolaridade, as pessoas que frequentam as atividades educacionais do P.TIA apresentam a seguinte realidade: entre as mulheres, apenas 2% são analfabetas; 15% não concluíram o ensino fundamental, e 17% o concluíram. A maioria, 47%, concluiu o ensino médio; 3% não concluíram, e 16% ingressaram no ensino superior, sendo que destas apenas 2% não concluíram. Os homens também, em sua maioria, concluíram o ensino médio, 42%. Apenas 6% são analfabetos, e 7% não concluíram o ensino fundamental. Os que fizeram um curso superior são 28%, e 3% não chegaram a concluí-lo. Entre os percentuais encontrados no levantamento, registrou-se que 6% das mulheres não informaram o nível de escolaridade, contra 7% dos homens.

Outros dados levantados complementam o perfil: em relação à moradia, 100% dos homens moram em casa própria, e 89% das mulheres, também; a maioria das mulheres mora com filhos (39%) e com cônjuge e filhos (30%). Os homens que moram com esposa e filhos são 60%, e 26% moram apenas com a esposa.

Em relação à manutenção, 62% dos homens mantêm a família, e entre as mulheres o percentual maior, 42%, é o daquelas que ajudam na manutenção familiar. A fonte de renda que prevalece para os alunos é a aposentadoria (81%), e entre as alunas os percentuais maiores referem-se à aposentadoria (59%), pensão (10%) e aposentadoria conjugada com pensão, cujo percentual é de 11%.

A faixa de renda dos participantes do Programa também foi investigada. Os resultados apontam para o seguinte quadro: os idosos da camada social mais pobre, que representam quase a metade da população idosa brasileira (44,5%), segundo o último censo do IBGE, (2000), são os idosos que recebem até um salário mínimo. O índice encontrado no P.TIA para essa faixa de renda foi de 34% entre as mulheres e apenas 11% junto aos homens. A maioria dos participantes tem rendimentos mensais de 2,1 a 5 salários mínimos – 56% dos homens e 36% das mulheres, confirmando que os programas desenvolvidos não atingem a população mais necessitada de políticas e programas sociais.



Solenidade de Formatura

CAPÍTULO 4

O PROGRAMA TERCEIRA IDADE EM AÇÃO – P.TIA: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DO OLHAR DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS

O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta autorreflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação.

Paulo Freire

A educação é, sem dúvida, uma das possibilidades para a pessoa idosa vencer os desafios que surgem no cotidiano da experiência do processo de envelhecimento. A inclusão de pessoas idosas promovida pelas universidades abertas à terceira idade constitui-se importante estratégia de construção e/ou resgate de cidadania e de possibilidades de reinserção social.

Nas Universidades Abertas à Terceira Idade, pessoas adultas e idosas buscam a atualização e aquisição de novos conhecimentos, bem como a participação ativa em atividades culturais, sociais, políticas, de saúde e de lazer, com vistas ao bem-estar psicossocial, na perspectiva da promoção de saúde e da melhoria da qualidade de vida. As atividades estimulam o desenvolvimento de possibilidades individuais e coletivas, a consciência crítica, a reflexão, a autonomia e o exercício de cidadania, contribuindo para o processo de desenvolvimento humano integral.

Neste sentido, Beauvoir (1990, p. 661) destaca essa importância, ao afirmar: “para que a velhice não seja uma irrisória paródia de nossa existência anterior, só há uma solução – é continuar a perseguir fins que dêem sentido à nossa vida: dedicação a indivíduos, a coletividades, a causas, trabalho social ou político, intelectual, criador”.

Ainda nesse mesmo contexto, Santos e Sá (2000, p. 98), ancorados em estudos já realizados junto a programas educacionais, confirmam que essas experiências

têm demonstrado que, quando o idoso tem oportunidades adequadas, ele pode adquirir novos conhecimentos, aprimorar capacidades, ampliar ou

manter relacionamentos sociais significativos, demonstrando entusiasmo e melhorando sua percepção de bem-estar.

A literatura gerontológica vem publicando, nos últimos anos, estudos que se reportam à análise da relevância desses programas na vida dos sujeitos envolvidos, sobre os diversos aspectos que se desenham no contexto histórico-cultural e político em que o idoso está inserido. “Os resultados obtidos têm revelado que os idosos que freqüentam essas atividades demonstram interesse em reconstruir sua imagem como cidadãos de terceira idade, lutando pela garantia da implementação de seus direitos sociais” (NUNES, 2001, p.2).

Entender melhor essa realidade despertou o interesse de realizar o presente estudo. Sob a perspectiva de avaliar essa modalidade de política social destinada às pessoas em processo de envelhecimento, o estudo intencionou investigar o impacto que o Programa Terceira Idade em Ação - P.TIA promove na vida cotidiana de seus alunos.

4.1 O Percorso Metodológico da Pesquisa

4.1.1 O Objeto do Estudo

Avaliar uma política ou programa social não é uma tarefa fácil, pois não é suficiente afirmar que um serviço foi prestado de maneira correta e se os seus usuários estão satisfeitos. Não é uma simples comparação entre os objetivos a que se propõe e os resultados alcançados. Perpassa, antes de tudo, pelo estabelecimento de uma relação entre a política e seu efeito no cenário social, na perspectiva das mudanças produzidas a partir de sua efetivação.

A avaliação deve fornecer informações não apenas quanto aos recursos utilizados, à eficiência e à eficácia¹⁸ dos programas sociais, mas também, e principalmente, quanto às verdadeiras mudanças provocadas pela intervenção, ou seja, quanto à sua efetividade social e seu impacto junto ao contexto social e ao seu público-alvo.

Neste sentido, constituiu-se objeto deste estudo a avaliação do processo de educação permanente desenvolvido no Programa Terceira Idade em Ação – P.TIA, da Universidade

¹⁸ A avaliação com ênfase na “eficiência” permite identificar se os resultados teriam sido alcançados a um custo menor ou se poderiam ter sido mais significativos com um menor volume de recursos. Já a avaliação direcionada para a “eficácia” identifica se os métodos ou processos adotados estão em consonância com os resultados alcançados (ROCHE, 2002, pp. 37-38).

Federal do Piauí, a partir de questionamentos sobre o impacto de suas ações e as conseqüências que essa experiência traz para o cotidiano de seus alunos, dos reflexos que ele reproduz na qualidade de vida dessas pessoas frente ao processo de envelhecimento. Entender o cotidiano¹⁹ da pessoa idosa é imperativo para esse propósito, considerando que ele representa um espaço “possível de insurreição, já que nele atravessam informações, buscas, trocas, que fermentam sua transformação” (CARVALHO, 1996, p. 14).

Cachione, em seus estudos sobre as UNATIs, afirma que as universidades propiciam maior visibilidade à velhice, na perspectiva de superação dos limites da idade e dos obstáculos impostos pela sociedade, levando a pessoa idosa a reconhecer-se e aceitar-se como “velha”, integrando-se à família e à comunidade e assim torná-la também reconhecida e aceita por todos.

Ao longo de sua história as universidades da terceira idade desenvolveram a vocação de propiciar programas de lazer e programas educativos à população de adultos maduros e idosos; promover pesquisas visando à produção de conhecimentos acerca do processo de envelhecimento; formar profissionais para atuar na área de gerontologia; prestar serviços preventivos de saúde aos idosos e promover a integração entre gerações (CACHIONE, 1999, p. 175).

Para uma visão mais ampla, o estudo, objeto do presente trabalho, realizou-se a partir do olhar dos próprios idosos, de professores e também da família, espaço primeiro de convivência e socialização do indivíduo enquanto ser social em transformação. Optou-se por um modelo de avaliação participativa por ser um procedimento, cuja realização é partilhada “com os agentes e beneficiários envolvidos no programa ou na instituição, permitindo para além da avaliação uma apropriação dos resultados de forma reflexiva e socializada entre os diversos sujeitos da ação em movimento” (SILVA e SILVA, 2001, p. 29).

A subjetividade implícita nesse contexto foi apreendida através de um modelo de estudo, que permitiu identificar aspectos positivos e negativos, que correspondem ou não às expectativas dos participantes do Programa e de seus familiares. Procurou-se perceber se os objetivos a que o Programa tem se proposto desde sua implantação, como política de inclusão e reinserção social atendem aos interesses e à realidade de seu público-alvo. E ainda: a avaliação possibilitou analisar o contexto na sua diversidade de dimensões uma vez que o desenvolvimento e as mudanças nem sempre são produtos isolados de uma determinada

¹⁹ “O cotidiano é a vida de todos os dias e [...] está presente em todas as esferas de vida do indivíduo, seja no trabalho, na vida familiar, nas suas relações sociais, lazer, etc.” (CARVALHO, 1996, p. 24).

intervenção. Ou seja, no estudo em questão, o processo avaliativo procurou identificar se a melhoria da qualidade de vida dos participantes do P.TIA deveu-se às experiências e conhecimentos compartilhados no âmbito de suas atividades ou se também está atrelada aos benefícios de outras políticas com fins similares.

Para tanto, o estudo foi realizado através da metodologia da avaliação de impacto – modelo avaliativo utilizado para aferir os efeitos ou impactos de uma determinada política ou programa social, sobre a população beneficiária de suas ações. Segundo Silva e Silva (2001, p. 83), a avaliação de impacto “é uma medida de desempenho da ação de um programa (desempenho físico, tangível, mensurável: alteração de índices; desempenho subjetivo: mudança de atitudes, comportamentos, opiniões)”, cujos resultados subsidiarão práticas futuras, que é a finalidade principal dos processos de avaliação.

Através desse modelo de avaliação, identificam-se os efeitos ou impactos produzidos e sua extensão para além dos beneficiários diretos da intervenção, com ênfase na efetividade social, ou seja, estabelece-se uma relação causa-efeito entre a política ou programa e a mudança social dela decorrente. Sob essa perspectiva, identifica-se a relação dos resultados com a intervenção, para retroalimentar o escopo da política ou programa.

Reportou-se esta dimensão para a avaliação do P.TIA. Enquanto programa de educação permanente, com foco na promoção do envelhecimento saudável, com melhor qualidade de vida, procurou-se averiguar se as mudanças percebidas no cotidiano dos alunos estão ou não relacionadas com a participação no Programa. Embora seu formato institucional se caracterize como um espaço propiciador de qualidade de vida para seus usuários e os conduza para esse fim, os resultados podem ser produtos também da intervenção de outras políticas de atenção à pessoa idosa.

Roche (2002, p.41) defende que nem sempre a mudança é linear, pois “[...] depende de eventos específicos, das pessoas e das discussões presentes em determinada situação; [...] pode se dever a uma miríade de fatores que se combinam de determinada forma”. Isso significa que as mudanças podem estar relacionadas a outros fatores que necessariamente não têm relação direta com a política social efetivada pelo P.TIA.

Neste sentido, buscou-se, através da avaliação de impacto, identificar os efeitos e impactos da política no cotidiano dos sujeitos envolvidos e estabelecer as relações de

causalidade entre o Programa e os resultados obtidos, referenciados num conjunto de valores sobre a realidade na qual estão inseridos e em que contexto político se expressam suas necessidades e satisfações.

No estudo em foco, o que se pretendeu foi investigar, através dos depoimentos dos alunos, de seus familiares e de professoras do Programa, alguns aspectos dessas relações causa-efeito, a partir da identificação de mudanças de atitudes, comportamentos e estilo de vida presentes no cotidiano dos idosos após a inserção nas atividades do Programa.

Para nortear o processo investigativo, algumas questões foram levantadas. Até que ponto as ações desenvolvidas pelo P.TIA interferem na qualidade de vida dessas pessoas e no processo de inserção/reinserção social, tendo em vista o contexto social e familiar em que estão inseridos? E neste sentido, em que dimensão essas mudanças são percebidas pelos familiares dos idosos e por seus professores?

Outros questionamentos também se fizeram presentes na investigação, no sentido de perceber a motivação dos idosos para o ingresso no Programa e se suas expectativas correspondem aos propósitos estabelecidos nos objetivos da proposta frente ao seu público-alvo. Está o Programa contribuindo para a ampliação e construção de conhecimentos sobre a velhice e o processo de envelhecimento, de modo a permitir uma visão positiva do envelhecimento? Propicia aos idosos a adoção de uma postura crítica frente a sua realidade, através de uma conduta de luta permanente pela construção de sua cidadania e definição e a ampliação do seu papel na família e na sociedade?

Assim, o estudo empreendido através da avaliação de impacto possibilitou responder a estes questionamentos, na perspectiva de retratar o impacto que o P.TIA promove na vida de seus alunos e até que ponto, os conhecimentos apreendidos nos cursos e demais atividades oferecidas provocaram mudanças de comportamentos. Essas mudanças teriam ocorrido sem o engajamento nas atividades do Programa? Este é um aspecto importante a ser destacado, conforme orienta Roche (2002, p. 45), ao afirmar que, no transcorrer da avaliação de impacto, “uma das questões mais importantes para se responder é se o projeto ou programa em questão tem produzido resultados que não teriam sido conseguidos caso o projeto não tivesse sido realizado”.

Os resultados deste estudo, permeados pelos olhares dos sujeitos estudados, estão apresentados na conclusão do trabalho em forma de subsídios para as ações futuras do P.TIA, no sentido de contribuir para seu fortalecimento, redirecionamento de objetivos e otimização dessas ações, enquanto programa social de extensão universitária. Parte-se do entendimento de que os benefícios do processo de avaliação de uma política pública atingem seus formuladores, executores e todos os seus participantes, ao oferecer elementos que possibilitam o aperfeiçoamento de suas ações e da política em questão (BELLONI; MAGALHÃES; SOUSA, 2007, p. 49).

As conclusões deste estudo oferecerão, ao P.TIA e à Universidade, indicadores de sua efetividade social enquanto programa de inclusão social, em termos de contribuições para avaliações futuras mais abrangentes e aprofundadas, sobre o bem-estar biopsicossocial proporcionado às pessoas idosas integrantes do seu cenário de ações sócio-educativas, para um envelhecimento com qualidade e dignidade e, acima de tudo, como um direito de cidadania.

4.1.2 Objetivos

O estudo teve como objetivo geral investigar o impacto exercido pelo P.TIA no cotidiano de seus participantes, quanto às mudanças no estilo de vida, nos comportamentos e atitudes em relação ao processo de envelhecimento, visando identificar a relação entre a participação no Programa e a melhoria na qualidade de vida, no período de 1998 a 2008.

Como objetivos específicos, o estudo propôs identificar: as transformações ocorridas na vida do(a) idoso(a), a partir de sua inserção no P.TIA; como as atividades desenvolvidas no Programa repercutem na promoção do envelhecimento saudável e quais os reflexos dessas experiências nas relações familiares e sociais, a partir do olhar de familiares; e ainda, identificar se o Programa constitui-se em um espaço propício à discussão, reflexão e construção de estratégias viabilizadoras para o atendimento das demandas do público idoso, com vistas à inserção e/ou reinserção social da pessoa idosa.

4.1.3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa de que trata este estudo foi realizada junto a participantes do Programa Terceira Idade em Ação da Universidade Federal do Piauí - programa de educação

permanente em nível de extensão - vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Extensão Universitária para a Terceira Idade, da Pró-Reitoria de Extensão.

O objetivo do estudo foi avaliar o impacto do Programa, a partir do olhar dos sujeitos envolvidos: o próprio aluno, seus familiares e professores, tendo como referências os estudos e construções teóricas da literatura gerontológica sobre as temáticas abordadas na investigação.

Para tal, foram abordadas questões relacionadas ao estilo de vida, comportamentos e atitudes e percepção em relação ao processo de envelhecimento e à velhice, avaliados na perspectiva de identificar o nível de contribuição do Programa para um envelhecimento com mais qualidade, otimização das relações familiares e inserção social da pessoa idosa. Pretendeu-se, ainda, identificar se as transformações verificadas no dia-a-dia dos participantes se deram a partir de sua inserção no P.TIA; se são percebidas pelos familiares e que reflexos a experiência vivenciada por eles no Programa se reproduzem no contexto familiar.

Para verificar em que nível ocorreram essas mudanças e o grau de contribuição decorrente da inserção no Programa para o cotidiano dos sujeitos envolvidos no estudo, alguns indicadores foram definidos para a avaliação: qualidade de vida; estilo de vida; percepção do envelhecimento, relações familiares e sociais; participação social e cidadania.

Avaliar uma política ou programa implica operacionalmente diagnosticar e analisar dados e fatos, na perspectiva de identificar nos resultados seus efeitos e impactos, pressupondo, para tal, a sua importância e relevância junto ao público-alvo.

Segundo Arretche (2001, p. 31), “ainda que a análise de uma dada política pública possa atribuir a um determinado desenho institucional alguns resultados prováveis, somente a avaliação desta política poderá atribuir uma relação de causalidade entre um programa x e um resultado y ”. Significa dizer que a melhoria na qualidade de vida dos alunos pode não ser atribuída apenas a sua participação no P.TIA, mas a um conjunto de fatores presentes também nas ações de outros programas e políticas com finalidades semelhantes.

Para contemplar essas dimensões, o estudo realizou-se a partir de uma abordagem qualitativa, cujo método “fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto de maior relevância do aspecto subjetivo da ação social [...]” (HAGUETTE, 1995, p. 53).

A abordagem qualitativa permite trabalhar com um universo de significados das ações e relações humanas, que os métodos estatísticos não conseguem captar (MINAYO, 2002, p. 21). Para a percepção desses significados, é necessário envolver outros atores participantes das ações, que no caso do P.TIA, contou com a colaboração dos alunos e professoras, no âmbito interno do Programa e, na ponta dos reflexos das intervenções, os familiares dos alunos.

Para proceder ao estudo de avaliação do Programa, a modalidade de pesquisa utilizada foi a avaliação de impacto, muito utilizada no campo da pesquisa social, definida por Roche (2002, p. 37) como *“a análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas – positivas ou negativas, planejadas ou não – nas vidas das pessoas e ocasionadas por determinada ação ou série de ações”* (grifos da autora).

Em se tratando de políticas públicas, a avaliação de impacto “tem como foco central as mudanças qualitativas e quantitativas decorrentes de determinadas ações governamentais (política/programa) sobre as condições de vida de uma população” (SILVA e SILVA, 2001, p. 85). No caso em questão, o método permitiu identificar que impactos foram atribuídos ao P.TIA pelos sujeitos investigados, tendo como âncora suas intervenções sócio-educativas. Enquanto programa social de educação permanente, no contexto das universidades abertas à terceira idade e da gerontologia educacional, tem, no protagonismo do aluno idoso, a ferramenta principal para a transformação da realidade, potencializando sua experiência de vida e conhecimentos já adquiridos.

A finalidade de uma avaliação também passa pela produção de conhecimentos que venham contribuir para a otimização e fortalecimento de uma política ou programa social. Não basta perceber os benefícios apenas nos usuários diretos, mas perceber o impacto no contexto social em que os atores estão inseridos, no sentido de que os efeitos positivos ainda que sejam poucos, são capazes de proporcionar a compreensão das efetivas modificações provocadas no panorama social.

O estudo contemplou, ainda, pesquisa documental junto ao NUPEUTI sobre o P.TIA e sua estrutura organizacional e pedagógica, desde a sua implantação pela Pró-Reitoria de Extensão e Departamento de Serviço Social da UFPI, oferecendo assim, subsídios e suporte teórico ao projeto para o embasamento dos resultados encontrados junto aos sujeitos investigados.

Desde sua implantação em 1998, o P.TIA já conferiu certificado de conclusão a alunos de dez turmas. Para o aluno alcançar a conclusão deste programa de extensão, é necessário que frequente as atividades durante um período de dois anos (quatro semestres letivos) e cursar pelo menos duas disciplinas por semestre. Ao final, o aluno poderá desligar-se ou não do Programa.

A partir desse contexto, constituiu-se uma amostra intencional, com oito alunos idosos de ambos os sexos, na faixa etária de 65 a 80 anos, sendo três procedentes de turmas concludentes, mas que continuam frequentando as atividades; dois que concluíram o período regular de dois anos e não retornaram ao Programa; um aluno cursando o segundo período da turma em curso e dois que só cursaram um semestre e desistiram. Para essa situação, o intuito foi identificar se os motivos da desistência estão relacionados à dinâmica de desenvolvimento do Programa.

Para avaliar a contribuição do Programa no cotidiano dos alunos pela ótica da família, foram escolhidos, para compor a amostra, cinco familiares dos idosos participantes da pesquisa que frequentam ou já concluíram o Programa. Vale ressaltar que, dos oito alunos entrevistados, um não teve o familiar incluído, pois no momento da coleta dos dados não tinha nenhum familiar residindo em Teresina. Por opção da pesquisadora, os dois entrevistados ex-alunos que iniciaram o curso e não o concluíram, não tiveram seus familiares incluídos no estudo. Considerou-se que o tempo de permanência no Programa não teria sido suficiente para promover mudanças no seu cotidiano.

É importante esclarecer que o motivo da inclusão dos familiares dos idosos investigados, como sujeitos da pesquisa, se deu pela concepção de que as peculiaridades desse cotidiano familiar e social diferem conforme o lugar que cada um ocupa nesses espaços. A forma como a pessoa é vista orienta seu comportamento e interfere em suas atitudes para consigo mesmo e para com a família.

Considerou-se que a percepção da importância do Programa na vida dos idosos poderia ser melhor apreendida no âmbito da convivência familiar, na perspectiva de perceber a velhice e o processo de envelhecimento a partir de suas inter-relações no meio familiar, considerando que “a família apresenta-se, assim, como um espaço onde se confrontam e se mesclam valores que privilegiam o indivíduo e aqueles que acentuam a importância do grupo social” (BARROS, 2004, p. 20).

Para complementar a avaliação, o estudo contou também com a participação de três professoras, facilitadoras do processo educacional empreendido pelo Programa, contemplando assim os três segmentos diretamente envolvidos nessa ação.

Para delimitar a amostra, alguns critérios foram estabelecidos: os alunos idosos foram escolhidos dentre os matriculados que estão há mais tempo no Programa, formados ou em curso nas atividades regulares, atentando para os aspectos de assiduidade e participação em atividades diversas do P.TIA, além de ex-alunos formados e desistentes. Em relação aos professores, a escolha se fez dentre os que estão no quadro do P.TIA há pelo menos três semestres. Já para a seleção dos familiares foi priorizada a relação de proximidade com o idoso, porém sem fixar grau de parentesco como critério.

Todos os sujeitos escolhidos para compor a referida amostra assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, em duas vias, elaborado pela pesquisadora e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI, depois de tomarem conhecimento de todo o percurso metodológico da pesquisa. (ANEXO B)

O instrumento de coleta de dados utilizado com os três segmentos de sujeitos foi a entrevista semiestruturada, formato pelo qual “o entrevistador faz perguntas específicas, mas também deixa que o entrevistado responda em seus próprios termos” (ALVES-MAZZOTI; GEWANDSZNAJDER, 2004, p. 168).

As entrevistas foram marcadas com antecedência de pelo menos duas semanas e realizadas pela pesquisadora no domicílio dos entrevistados e na sede do P.TIA, atendendo à conveniência de cada um. As falas foram registradas através de aparelho de gravação de voz e orientadas pela pesquisadora a partir de um roteiro-guia abordando assuntos que possibilitassem responder às questões de pesquisa delimitadas como objeto de estudo. Vale ressaltar que as entrevistas com os idosos foram realizadas em separado de seus familiares também sujeitos da pesquisa. Para a garantia ética da confidencialidade, as entrevistas aconteceram em datas diferentes e sem a presença de outras pessoas no local.

O roteiro-guia para investigar os alunos foi montado com questões divididas em quatro blocos de perguntas: concepção e autopercepção sobre qualidade de vida; relações familiares e sociais; concepção de velhice e envelhecimento e abordagem sobre a participação no P.TIA. (APÊNDICE A). Para os familiares, o roteiro adotado contemplou as mesmas questões

levantadas junto aos idosos, no intuito de possibilitar a leitura do cotidiano dos participantes sob o mesmo ângulo de entendimento (APÊNDICE B). Ou seja, se os familiares têm a mesma percepção que os próprios idosos, de seu cotidiano, frente ao processo de envelhecimento e à sua participação no P.TIA. Junto às professoras, a abordagem priorizou questões sobre a experiência vivenciada, enquanto educadoras do aluno idoso; sua visão e expectativas sobre o Programa; a percepção de mudanças comportamentais dos alunos em prol da qualidade de vida (APÊNDICE C).

Para garantir e preservar o anonimato dos entrevistados, quando da apresentação dos fragmentos de falas nos resultados, identificaram-se os sujeitos idosos com nomes de pedras preciosas, para simbolizar o valor e a importância que essas pessoas e os demais alunos do P.TIA representam na vida pessoal e profissional da pesquisadora. Os demais sujeitos do estudo (professoras e familiares) foram nomeados por letras do alfabeto: A, B, C..., apesar de nenhum dos sujeitos ter-se manifestado contrário à revelação de sua identidade.

Para análise qualitativa dos dados, foi adotada a técnica de análise cruzada, onde “a evidência oral é tratada como fonte de informações, a partir da qual se organiza um texto expositivo” (THOMPSON, 1992, p. 304). Após a transcrição das entrevistas, na íntegra, foi feita uma análise preliminar com agrupamento das respostas de todos os entrevistados, sobre os questionamentos levantados nas entrevistas. Segundo Thompson, a coletânea de narrativas permite agrupar várias histórias em torno de temas comuns (1992, p. 304).

Para utilizar a evidência oral do conteúdo das entrevistas, o mesmo autor chama a atenção para o cuidado com o material das entrevistas que deve ser

interpretado com plena consciência do contexto em que foi coletado, das formas de viés a que está sujeito e dos métodos de avaliação necessários. [...] cada entrevista deve ser apreciada quanto a sua coerência interna. Deve ser lida como um todo. Se um informante tem uma tendência a mitificar ou a produzir generalizações estereotipadas, isso se repetirá no correr de toda uma entrevista. Então, as narrativas nela contidas poderão ainda ser tomadas como evidência simbólica de atitudes, mas não como fidedignas quanto ao detalhe factual, como seriam com outro informante (THOMPSON, 1992, pp. 304-306).

No presente estudo, após a análise do conteúdo das respostas a cada questionamento, foi utilizada a técnica de análise cruzada entre as questões, possibilitando extrair mais facilmente e com mais detalhes uma visão geral dos resultados. Os dados construídos

constituíram uma síntese das experiências dos alunos, familiares e professoras, a partir das interlocuções estabelecidas entre eles durante o processo de participação no P.TIA.

As evidências identificadas no estudo estão inseridas no corpo deste trabalho, na seção dos resultados da pesquisa. Os parâmetros de comparação foram os achados já identificados em estudos similares de outras UNATIs e o referencial teórico produzido pelos pesquisadores ao longo das experiências nessa área de estudo da gerontologia social, da educação permanente de adultos e idosos e da extensão universitária voltada para este mesmo fim.

4.1.4 Caracterização dos Sujeitos

Entre os sujeitos idosos (alunos, ex-alunos e alunos desistentes), cinco são do sexo feminino, com idade variando entre 65 e 80 anos e três do sexo masculino, com idades entre 73 e 78 anos. Quanto ao estado civil, cinco são casados, dois são viúvos e um divorciado. Todos exerceram atividade laboral e atualmente são aposentados.

Os familiares dos idosos entrevistados são quatro mulheres, com idade de 34 a 61 anos, sendo três filhas e uma esposa. Apenas um familiar é do sexo masculino, tem 73 anos e é esposo de uma participante da amostra.

Em relação às três professoras que participaram do estudo, duas estão no P.TIA desde a sua criação em 1998 e uma desde 2002, portanto, com bastante experiência na educação de idosos. São professoras da UFPI, com titulação em nível de doutorado e mestrado. O perfil mais detalhado de todos os sujeitos da pesquisa está no Apêndice D.

4.2 Resultados e Discussões

Os resultados aqui apresentados procuram apontar similaridades e evidências entre os relatos orais colhidos junto aos sujeitos investigados e as construções teóricas que embasaram todo o estudo, resguardando as especificidades da realidade apresentada pelos sujeitos. A partir do banco de dados gerado pelas entrevistas, os resultados foram analisados a partir de indicadores levantados no estudo, como sejam: qualidade de vida, estilo de vida, percepção do envelhecimento e velhice, relações familiares, participação social e cidadania.

4.2.1 Qualidade de vida na Velhice: possibilidades e desafios

A preocupação com a qualidade de vida na velhice vem se destacando nas últimas décadas, em decorrência do rápido envelhecimento populacional ocorrido em todo o mundo, contribuindo para uma maior longevidade da população.

Essa realidade despertou o interesse de cientistas, cujos estudos têm subsidiado a criação e implementação de programas sociais e políticas públicas de atenção à pessoa idosa. O foco dessas políticas está voltado para a promoção de um envelhecimento saudável e participativo, que reflete na melhoria da qualidade de vida das pessoas em processo de envelhecimento.

A partir de iniciativas de organismos internacionais, como a ONU e a OMS, gestores públicos e sociedade civil organizada, muitos avanços foram registrados. Porém, ainda há muito a se conquistar para que as políticas públicas, mesmo as de caráter universalistas, atinjam a população idosa que mais necessita de proteção social. Esse contingente pouca atenção tem recebido, principalmente aquelas pessoas que adentraram na velhice em condições de vulnerabilidade social mais intensa. Essa realidade é consequência das precárias condições de vida herdadas na passagem pelo mundo do trabalho, subordinado ao capital, e nas últimas décadas ao modelo de gestão pública neoliberal.

Para essa parcela da população idosa, falar de qualidade de vida como proposta para um envelhecimento saudável é fechar os olhos para a realidade cruel em que estão inseridas. Nessa conjuntura, que parâmetros estabelecer para identificar indicadores de qualidade de vida nessa população, que, na maioria das situações, não tem sequer as necessidades básicas satisfeitas? Se é reconhecido entre os estudiosos que é difícil conceituar e avaliar a qualidade de vida de um indivíduo em circunstâncias ditas “normais”, como fazê-lo junto a pessoas cercadas de adversidades, onde a qualidade de vida parece invisível aparentemente?

Na realidade, não há um consenso na comunidade científica sobre o conceito de qualidade de vida. A OMS em 1994, através de um grupo de trabalho que estudava sobre a temática, estabeleceu o seguinte conceito:

Qualidade de vida é a percepção que o indivíduo tem de sua posição na vida dentro da cultura e do sistema de valores onde vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. É um conceito muito

amplo que incorpora de maneira complexa a saúde física de uma pessoa, seu estado psicológico, seu nível de dependência, suas relações sociais, suas crenças e sua relação com características proeminentes no ambiente (WHO, 2005, p. 14).

Além de muito complexo, abstrato e subjetivo, esse conceito vai de encontro à realidade da maioria das pessoas que constituem a população idosa, em países em vias de desenvolvimento como o Brasil. É um conceito contraditório e controverso como outros estabelecidos pelos organismos internacionais, que, atendendo aos interesses neoliberais e capitalistas, ignoram a realidade de grande parcela da população idosa dos países periféricos.

A prerrogativa de “acrescentar vida aos anos”²⁰ tão referenciada pela gerontologia quanto à melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas é inacessível a essa população, que teve sua trajetória de vida marcada pela marginalização e exclusão social. Segundo Cachione,

uma velhice bem-sucedida depende das condições oferecidas pelas instituições sociais e dos valores que nelas vigoram a respeito do que é uma vida digna para seus cidadãos, a respeito de quem tem direito de acesso a essas condições, por quanto tempo e em que grau de intensidade (1993, p. 125).

São essas condições que se põem como um hiato entre “mundos totalmente diferentes”, em que se encontram as pessoas idosas brasileiras. É nesse sentido, de não considerar as heterogeneidades da velhice vivenciadas por pessoas de diferentes níveis socioeconômicos e culturais, que Debert (2004, p. 22) chama a atenção para essa *práxis* positiva da velhice em espaços de sociabilidade como as UNATIs. Segundo a autora, “esse compromisso da sociedade com o envelhecer positivo leva a um conjunto de práticas que, ao oferecer oportunidades constantes para a renovação do corpo, das identidades e auto-imagens, tende a encobrir os problemas próprios da idade avançada”, mais perceptíveis em pessoas idosas das classes menos favorecidas.

No entanto, como já esclarecido em outras seções deste trabalho, esta visão positiva da velhice extensiva a uma minoria de idosos é a que fundamenta os estudos gerontológicos sobre o envelhecimento em todos os seus aspectos. Também os programas de educação permanente das UNATIs incorporam, no seu fazer cotidiano, essa concepção inovadora de viver a experiência da velhice.

²⁰ “Acrescentar vida aos anos e não apenas anos à vida” foi o lema da *Gerontological Society of America* nos 50, utilizado para identificar características positivas do envelhecimento humano (FREIRE, 2000, p. 23).

A gerontologia, enquanto ciência interdisciplinar que estuda o homem em processo de envelhecimento, entende também que a qualidade de vida na velhice está relacionada à satisfação, à atividade e à participação. É constituída de múltiplos fatores de natureza biológica, psicológica e socioestrutural, o que lhe imprime um caráter subjetivo e multidimensional, que dificulta sua mensuração e até mesmo a sua conceituação. É a partir destes três elementos que constituem sua natureza, que Neri aponta alguns indicadores de bem-estar na velhice:

longevidade; saúde biológica; saúde mental; satisfação; controle cognitivo; competência social; produtividade; atividade; eficácia cognitiva; status social; renda; continuidade de papéis familiares e ocupacionais; e continuidade de relações informais em grupos primários (principalmente rede de amigos) (1993, p. 10, grifos da autora).

A inter-relação entre esses elementos permite ao indivíduo o equilíbrio entre as limitações e habilidades para a otimização da qualidade de vida na velhice. Neste sentido, o bem-estar não está necessariamente ligado apenas à promoção de saúde e às condições socioeconômicas, como é entendido pelo senso comum.

Rodrigues e Terra (2006, p. 63) reforçam que, além de uma alimentação saudável e da prática de atividade física, dois fatores devem ser considerados para que os indicadores mencionados tornem o bem-estar na velhice uma realidade: são “as atitudes frente à vida e a capacidade de transformar o conceito de velhice-doença, para velhice-ciclo vital”. Todos esses indicadores são promotores de uma boa qualidade de vida, a partir de uma reeducação de hábitos de vida, de preferência ao longo do curso de vida, para a garantia de uma velhice saudável.

Neste estudo, identificaram-se nos depoimentos dos entrevistados, alguns desses elementos citados por Neri como indicadores de qualidade de vida, tanto na autopercepção do idoso, quanto na percepção do familiar que compartilha do seu cotidiano.

Para captar o entendimento sobre essa questão, os entrevistados foram indagados sobre o que é qualidade de vida; como a identificam em suas vidas e o que fazem para mantê-la em bom nível. As mesmas questões foram formuladas aos familiares em relação aos seus idosos. A seguir, destacam-se alguns destes depoimentos:

Qualidade de vida pra mim é a maneira como a pessoa vive, a maneira como a pessoa desempenha sua vida e cada um tem que procurar viver

melhor..., viu? Com mais qualidade. [...] Ah, eu, eu me cuido. Eu não gosto de ficar parada. Eu gosto de fazer exercício, eu gosto de uma boa alimentação, pra procurar me alimentar melhor (SAFIRA).

Em relação a “não ficar parada” referida por SAFIRA, sua filha (Entrevistada “B”) tem a seguinte percepção:

Eu acho que é boa a qualidade de vida, mas eu acho que ela podia aproveitar mais. De tanto trabalhar ela não sabe curtir, pra ela mesma. Ela viveu sempre para os outros, não sabe viver pra ela. Então, ela não sabe viajar, não sabe visitar as amigas. Ela só sabe ficar trabalhando. Eu acho que só falta isso, ela aproveitar mais a vida.

A mesma entrevistada ressalta ainda que as atitudes da mãe para manter seu bem-estar são sempre no sentido de se manter ativa.

Então, quando ela se mantém ativa fazendo suas atividades que ela gosta, que ela tem prazer em fazê-las, eu acho que ela se mantém viva, que é o jeito dela se manter viva e útil pra todo mundo e pra ela mesma.

Percebe-se que esta aluna encaixa-se perfeitamente nos pressupostos do envelhecimento ativo. Está no P.TIA desde sua implantação e nos últimos anos tem cursado oficinas e cursos que lhe possibilitam geração de renda, ocupação do tempo livre e desenvolvimento de novas habilidades. O seu cotidiano está sempre atrelado à atividade e à participação social, indicadores do envelhecimento ativo e de sua satisfação com a vida.

A preocupação com a qualidade da alimentação também foi lembrada pelos entrevistados como fator de qualidade de vida. A entrevistada AMETISTA, de 80 anos de idade, classificou sua qualidade de vida como “ótima, vida ótima”. Para mantê-la, faz referência a atitudes de cuidados com a alimentação:

Procurar andar direito, não é? Sempre usando boas receitas para o cotidiano, né? Pra gente se tornar mais saudável, principalmente na alimentação, não é? Deve-se cuidar mais.

Esses cuidados a que ela se refere de fato contribuem para uma velhice bem-sucedida. Uma alimentação saudável implica suprir o organismo com todos os nutrientes de que ele necessita para o seu bom funcionamento e para a prevenção de várias doenças. Visitas regulares ao médico também são fundamentais para prevenir, diagnosticar e tratar possíveis patologias que possam diminuir a qualidade de vida. Quanto aos cuidados com a saúde, o depoimento de sua filha (Entrevistada “C”) enfatizou:

Ela não tem problemas de saúde. Ela tem alguns controles, que ela tem com os medicamentos periódicos e da pressão. Ela se cuida muito bem. É muito atenta. Sempre foi. Ela tem essa cultura, antiga, de ir sempre ao médico, sempre, sempre. [...] O dia-a-dia dela? Ela acorda, fazendo os exercícios dela, aplicando todos os conhecimentos e uma ginástica laboral que ela faz.

Na concepção de que a alimentação é um fator importante quando se trata de prevenção de doenças e promoção de saúde, desde sua implantação, o P.TIA oferece no mínimo uma disciplina por semestre na área da nutrição. Além de abordagens teóricas, os alunos têm aulas práticas de preparo de receitas no Laboratório de Nutrição e Dietética da Universidade. Todos os alunos participantes deste estudo tiveram acesso a essas atividades, do que se supõe vir o reconhecimento da importância de uma alimentação saudável para a qualidade de vida em todas as fases da vida.

Desta visão, de qualidade de vida associada aos cuidados com a saúde e alimentação, comunga o sujeito investigado de denominação TOPÁZIO, assim se referindo:

Eu considero que eu tenho uma vida, uma condição de vida excelente. [...] Primeiro eu tenho uma alimentação à base de fruta e verdura, um acompanhamento médico, fazendo academia, ginástica, inclusive acompanhamento médico e tomando algumas vitaminas que possam ajudar no meu estado de saúde.

O mesmo entrevistado tem o entendimento de que a condição para o indivíduo gozar de qualidade de vida é:

Ter acompanhamento médico periódico, é fazer exercícios também [...] É ter uma alimentação à base de verduras e frutas e acompanhamento médico duas vezes por ano. Então, isso me possibilita estar em forma física.

Outro elemento importante para envelhecer com satisfação e dignidade é a qualidade das relações familiares, ausente em tantos lares de idosos, que sentem na pele a rejeição e o abandono familiar, nesta fase da vida tão carente de atenção e proteção. Os idosos envolvidos em atividades educacionais têm nesses programas um importante espaço de reflexão sobre a participação social, que possibilita aos idosos melhorarem a autoimagem, resgatarem a autoestima e obterem um relacionamento familiar a um nível mais elevado e satisfatório, importante condutor de bem-estar.

A importância da família para um cotidiano feliz é revelado pelo entrevistado RUBI, que percebe qualidade de vida simplesmente com estas frases:

É viver bem com a sociedade e com a família. A minha vida é muito boa... tenho saúde, a família me trata muito bem, a gente vive muito em paz com todos eles, né? E posso dizer a você que nesse estado, posso dizer que sou feliz.

O mesmo entrevistado reforça seu apreço pela convivência familiar ao declarar:

Eu sempre abri mão de tudo aquilo que as pessoas me pedem pra se viver feliz, sem protesto, né? Porque quando você protesta qualquer coisa aí vira polêmica e você se torna uma pessoa indesejável no meio da família. Então quando você concorda, facilita.

Essa relação prazerosa com os familiares também foi identificada junto a sua esposa (Entrevistada “D”), ao falar sobre o relacionamento dele no ambiente familiar.

É muito bom, é paizão, sempre foi. As filhas mesmo adultas como estão, elas não chamam por mim não, chamam é por ele. É... papai me ajuda aqui, papai você pode vir me pegar? Papai faz isso pra mim... (risos). [...] Ele é super moderno, nada ele acha demais. Não passando assim do limite, tudo ele acha moderno. É o pai mais moderno que eu já vi. As meninas conversam toda “doideira” com ele.

Sob o ponto de vista da subjetividade, as relações familiares têm importante repercussão no bem-estar psicossocial, ancorado em dois componentes básicos: o cognitivo e o afetivo. “O componente cognitivo está ligado às avaliações que o indivíduo faz da própria vida como um todo. [...] O *componente afetivo* caracteriza o tipo de experiência emocional que o indivíduo pode vivenciar” (CACHIONE, 1998, p. 11, grifo nosso). Analisados sob este prisma, destacam-se os relatos dos sujeitos abaixo, a respeito de como se processam seus relacionamentos no âmbito familiar.

Eu moro com dois filhos, os dois caçulas. Ficaram na minha casa, ficaram comigo. Eles ainda são solteiros, não tem casa e eu me comunico muito com meus filhos. Sou muito amiga dos meus filhos, meus filhos são muito amigos, e são muito de igual para igual, sabe? Brinco com eles e eles brincam comigo e eu levo minha vida assim. Eles são bons meus filhos, graças a Deus. Foi uma benção de Deus esses cinco filhos que eu tive (ÁGATA).

Me dou bem com todos. Todos me têm o maior amor e consideração do mundo. Sei que eles têm admiração por mim, sei que meus filhos me amam não só por ser mãe, mas companheira, amiga. Desempenho o papel de companheira, amiga. Eu sinto que eles são assim comigo e me procuram muito e não sabem fazer nada se a gente não tiver tudo junto (ESMERALDA).

Vistos por esta ótica, os relacionamentos familiares harmoniosos são referências de qualidade de vida, pelo nível de satisfação que representam, principalmente quando envolvem

os membros das gerações mais jovens e a manutenção de papéis na estrutura familiar. A harmonia familiar referenciada pelos sujeitos é um importante fator de bem-estar, por ser a família “um agente de transformação à medida que consegue estabelecer e criar relações sociais e igualitárias, baseadas no diálogo” (HERÉDIA, 2006, p. 126).

A necessidade de o idoso sentir-se seguro no ambiente doméstico faz com que o convívio na família assuma um grande significado na sua vida, sob o ponto de vista da afetividade e do bem-estar emocional, associado ao sentimento de felicidade. Emoções positivas atuam como fatores de proteção de maior significância em relação ao risco de afetos negativos. As emoções positivas vivenciadas ao longo da vida até a velhice ajudam na manutenção da saúde física e cognitiva e no alcance da velhice bem-sucedida.

O papel social e protetor da família exerce influência na qualidade de vida da pessoa idosa. Quanto maior for o apoio familiar, será maior o bem-estar psicológico. O sentimento de sentir-se amado e valorizado e os elos afetivos que se estabelecem oferecem segurança e contribuem para sua integração em ambientes sociais externos ao espaço familiar, conforme reforçado por Sarti (2001, p. 92): “A família se define pelo seu sentido social. Assim, ela não corresponde à soma dos indivíduos unidos por laços biológicos, mas pelos elementos significantes que criam os elos de sentido nas relações familiares [...]”.

Pode-se concluir que o indivíduo bem resolvido no campo familiar tem maior predisposição para estabelecer relações sociais satisfatórias, a partir de sua reinserção no convívio social na comunidade. Um envolvimento familiar com qualidade propicia a percepção do “fazer cotidiano” da pessoa fora de seu ambiente privativo da família.

Outros indicadores de qualidade de vida sugeridos por Neri (1993, p. 10) já citados anteriormente, como: saúde biológica e mental, competência social, produtividade, continuidade de papéis ocupacionais e relações informais em grupos, foram identificados nos fragmentos de falas de DIAMANTE. Segundo a autora, ainda não foi possível estabelecer com clareza o grau de importância de cada um destes elementos e de suas inter-relações entre si. Porém pode-se deduzir que o somatório das sensações de bem-estar que eles proporcionam no indivíduo dá mais consistência na autopercepção da qualidade de vida, proporcionando a satisfação de envelhecer. Eis os depoimentos do entrevistado:

Qualidade de vida, eu imagino... Não é bem imaginar, eu tenho certeza. É você ter condições de realmente ter uma boa saúde, um bom relacionamento

com familiares e a própria comunidade... E fazer o melhor, para que sua qualidade de vida esteja em plena evidência, é necessário que você tenha saúde e paz, tanto física como espiritual (DIAMANTE).

Quanto ao estilo de vida²¹ e às atitudes para ter e manter um bom nível de qualidade na sua vida, o mesmo entrevistado assim se manifestou:

O meu estilo de vida é me comunicando com minha comunidade, com meus amigos. Como sou aposentado sem obrigações de horário para o trabalho, é fazer o melhor do que posso, para que outros realmente melhorem também a sua qualidade de vida.

A minha vida, eu acordo cedo, faço meus alongamentos, gosto de fazer exercícios físicos para melhorar inclusive minha qualidade de vida e o dia-a-dia é normal, leio, não sou muito ligado a televisão, a não ser os programas de notícias e de interesse de grande reportagem e gosto muito de ler.

É exatamente me movimentando, fazendo exercício e cuidando da saúde, naturalmente procurando fazer os check-ups anuais e semestrais de acordo com que o médico me determina.

Ao relatar os hábitos e atividades cotidianas que constituem o seu estilo de vida, evidencia-se, na fala do mesmo entrevistado, a incorporação de práticas saudáveis para o monitoramento da saúde, como a realização de atividade física. Porém, merece destaque, no cotidiano de DIAMANTE, a preocupação com a qualidade de vida do “outro”. É uma atitude solidária que se concretizou com a organização de uma cartilha contendo orientações para um envelhecimento saudável que o aluno publicou com o apoio do P.TIA e de um projeto do Ministério da Educação. A partir dessa cartilha, ele fundou e apóia alguns grupos de idosos no interior do Estado do Piauí. A dimensão que esse trabalho promoveu na sua vida está expressa nestes fragmentos de sua fala:

O P.TIA me ajudou e eu passei a ser um somador, um multiplicador... Eu não sei nem o termo. Eu passei a formar grupos de idosos, a dar palestras no interior a convite dos secretários de Ação Social ou Prefeitos, mas tudo de

²¹ O estilo de vida neste contexto refere-se à percepção defendida por Both. Segundo esse autor “envolve principalmente o desenvolvimento moral. A moralidade vista como o conjunto de hábitos e de inclinação do sujeito em torno das relações consigo, com os outros e com a natureza” (2006, p. 32).

graça, feito com maior carinho. Nunca cobrei. Eu elaborei inclusive dentro do P.TIA, uma cartilha que teve uma projeção enorme uma aceitação fantástica. [...] Foi feito com muito amor e tem muita coisa interessante para que o idoso tome conhecimento da sua qualidade de vida, da sua auto-estima, é... das informações sobre saúde, alimentação, porque foi feita realmente pelo pessoal do P.TIA e eu apenas a elaborei. Eu organizei a cartilha, mas todos participaram na época que fiz o curso do P.TIA (DIAMANTE).

O referido entrevistado manifestou também que atribui sua sensibilização para com a problemática do envelhecimento, a partir de sua inserção no P.TIA. Esse compromisso desencadeado pela ação educativa proporcionada pelo Programa tem respaldo nos pressupostos da educação permanente desenvolvida nas UNATIs, destacados nestas afirmações em relação ao idoso, por Lima, (2001, p. 23):

É muito grande a transformação que ocorre no idoso quando ele tem acesso ao saber. Mas é importante atentar que somente a informação não muda ninguém. É preciso discutir situações problematizadoras de reais necessidades de suas vivências, para que ele reflita, pondere, aprenda a analisar e encontrar soluções. E isso deve ser realizado em conjunto com outros idosos e professores, criando uma dinâmica em que se discute vida e possibilidades de mudanças. Somente assim haverá uma *reforma do pensamento*. [...] Ele aprende a enfrentar obstáculos que antes lhe pareciam intransponíveis, tal como o exercício de sua cidadania. Um idoso consciente faz a diferença! (grifos da autora).

Outro aspecto importante verificado no estudo foi o desejo de liberdade e autonomia, que tantas pessoas idosas reclamam e que algumas, principalmente mulheres, só alcançam quando a velhice se aproxima. “O bem-estar é construído através da oposição entre a liberdade atual e as outras etapas da vida, sobretudo a juventude, em que as mulheres eram vítimas da opressão dos pais e dos controles que a sociedade exercia sobre elas” (DEBERT, 2004, p.185). Foi o caso de ESMERALDA. Apesar de feliz e realizada no matrimônio e no ambiente familiar com os filhos, ela sonhava em se tornar independente e ter liberdade para realizar seus sonhos. Assim ela descreveu sua trajetória:

Eu era muito tímida, muito submissa ao meu marido, à minha família toda. Sempre fui assim. Mas hoje não, a liberdade que eu sempre sonhei, consegui agora. Hoje eu me sinto como na época que eu era criança e adolescente, mas com responsabilidade.

Hoje eu estou ótima, mudei! Passei a pensar mais na minha alimentação e depois que fiz o curso de nutrição, minha saúde melhorou cem por cento. Minha pressão hoje vive normal. [...] minha vida mudou completamente, nos cursos que eu fiz aqui. Eu fiz nutrição, fiz espanhol, fiz umas aulas de português [...] tudo que aparecia no P.TIA eu fazia. Agora quando, no semestre de 2007, eu tava pesando 84 kg, aí eu fiquei apavorada, porque

tinha problema de saúde, pressão alta, diabetes e como os médicos sempre diziam que eu tinha que emagrecer, aí resolvi só fazer exercício. Aí passei a fazer as aulas de *tai-chi-chuan*, hidroginástica, musculação, e em 2008 tô fazendo isso e diminuí 12 kg.

Pelas manifestações dos sujeitos pode-se perceber que a qualidade de vida na velhice, entendida como uma questão subjetiva e multidimensional, está muito ligada à capacidade individual de cada ser humano. Recebe interferências do meio social onde a pessoa está inserida e de sua capacidade de interação. Isso se explica também pelo fato de a velhice não ser uma condição homogênea. São muitas as formas de envelhecer, porque cada indivíduo é um ser social único e porque são muitos e diferentes os aspectos que compõem o contexto político e socioeconômico e cultural do homem vivendo em sociedade.

Diante de realidades tão heterogêneas, entende-se porque não há consenso sobre o conceito de qualidade de vida na comunidade científica. Ele está imbricado de subjetividades singulares de cada sujeito, mas que exercem influência na coletividade, por ser o homem um ser social em transformação. Na velhice, torna-se mais complexo ainda identificá-la e avaliá-la porque “cada idoso é um ser único que, ao longo de sua trajetória de vida foi influenciado por eventos de natureza fisiológica, patológica, social, cultural, ambiental e econômica, os quais influenciam na qualidade de vida na velhice” (CELICH, 2008, p. 14).

Envelhecer bem significa estar de bem com a vida, apesar das limitações inerentes ao processo de envelhecimento. Envelhecer com qualidade de vida não se constitui propriamente um desafio para as pessoas idosas com o perfil dos sujeitos desta pesquisa. Estes são privilegiados. Pelas suas trajetórias de vida, provavelmente não enfrentaram grandes dificuldades. Gozam de boa saúde, têm uma família estruturada, participam da vida social de suas comunidades e tiveram acesso à educação formal no tempo escolar regular.

Hoje, após anos de dedicação à família e ao trabalho, reencontraram na educação, através de um programa universitário dirigido ao público envelhecendo, oportunidades de organizar e ocupar, com atividades diversificadas, o tempo pós-aposentadoria. São atividades que possibilitam

uma oportunidade sem igual para reencontro ou redescoberta de seu potencial, de se perceberem como seres humanos que deviam e podiam se valorizar como cidadãos ativos e participantes, recuperando sua auto-estima, resgatando sua auto-imagem e mostrando aos seus familiares e à sociedade como toda a capacidade de pensar e agir por si mesmos e,

sobretudo, ir à luta pelos seus direitos e conquistas de novos objetivos e metas (JORDÃO NETTO, 2001, p. 52).

Neste contexto, a qualidade de vida foi percebida em algumas falas, associada à participação no P.TIA. Esses alunos referem-se ao Programa como um espaço de construção de qualidade de vida, “no sentido de resgatar o homem em sua totalidade, como ser que habita o mundo e lhe confere significados [...] supõe a participação, o compromisso e a inserção de velhos(as) na construção do seu próprio habitar, *sem medo de ser e de estar no mundo*” (STANO, 2001, p. 156, grifos nossos). A entrevistada ESMERALDA, assim se expressou ao se referir a aspectos da qualidade de vida adquiridos através de sua participação no P.TIA:

É saúde, alegria. Primeiro lugar saúde, liberdade de pensar, agir por si mesmo, independência dos familiares, de qualquer coisa. Para mim foi o que eu adquiri aqui no P.TIA.

O sujeito DIAMANTE também fez alusão ao P.TIA, ao responder sobre sua qualidade de vida:

Eu classifico como uma das melhores, porque tenho tido assistência dos amigos e principalmente do P.TIA, que me ajudou demais nesse sentido, para que eu melhorasse minha qualidade de vida e minha auto-estima. Eu realmente sou agradecido ao P.TIA.

Apesar da diversidade de entendimentos sobre o tema qualidade de vida, o estudo possibilitou reafirmar o que já foi atestado por Neri (1993, p. 10), de que “as diferentes variáveis relacionadas à qualidade de vida na velhice podem ter diferentes impactos sobre o bem-estar subjetivo²²”.

Esta subjetividade foi identificada nos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, ao verificar-se que a autopercepção da qualidade de vida está relacionada ao bem-estar pessoal e abrange uma série de aspectos como o cuidado com a saúde, o suporte familiar, o estado emocional, a autoestima, o estilo de vida saudável e a sociabilidade. A velhice bem-sucedida, por depender da história de vida de cada indivíduo, assume este caráter subjetivo, que, por sua vez, depende do sistema de valores vigentes em um determinado momento histórico. O

²² “Bem-estar subjetivo refere-se às percepções do indivíduo sobre a sua qualidade de vida” (CACHIONE, 1998, p. 11). Segundo a autora, os indicadores de bem-estar subjetivos mais citados em estudos são: satisfação de vida, a moral e a felicidade. Afirma ainda que, em relação à satisfação de vida, os estudos realizados com adultos maduros e idosos demonstraram que, em termos de idade, o bem-estar subjetivo permanece estável durante a velhice.

conjunto desses aspectos multidimensionais interfere na qualidade de vida, à medida que promove satisfação pessoal associada às aspirações de um envelhecimento bem-sucedido.

4.2.3 Envelhecimento e Velhice na Perspectiva do Ser que Envelhece, mediatizados pela Educação

Envelhecer com qualidade numa sociedade tão desigual como a brasileira é um grande desafio. Com o crescimento da população idosa nas últimas décadas e o surgimento de problemas associados ao envelhecimento, torna-se imperativo buscar respostas para o atendimento das necessidades e aspirações desse contingente populacional. Os estudos nessa área e a prática educacional nas universidades e em outros espaços de convivência para idosos apostam nessas perspectivas, que repercutem em maior longevidade e melhor qualidade de vida.

Envelhecimento com qualidade implica superação de obstáculos, preconceitos e estigmas que caracterizam a fase final do ciclo vital. Envelhecer significa *a priori*, enfrentar um processo, que ocorre ao longo do curso da vida, mas que se torna mais evidente com a chegada da velhice, quando as mudanças são mais bem percebidas tanto pelo próprio indivíduo, quanto pelos outros.

Essas transformações são representadas pelo declínio das funções orgânicas e maior prevalência de doenças nos aspectos biológico e fisiológico. Enquanto dimensão existencial, a velhice é acompanhada também de conseqüências psicossociais que podem modificar atitudes e comportamentos do indivíduo no convívio familiar e na vida social, sempre em conformidade com as circunstâncias históricas, políticas e socioeconômicas que circundam seu cotidiano. Neste sentido, “o envelhecimento bem-sucedido também é visto como uma competência adaptativa do indivíduo, ou seja, a capacidade generalizada para responder com flexibilidade aos desafios do corpo, da mente e do ambiente” (FREIRE, 2000, p. 24).

As modificações psicológicas ocorrem quando, ao envelhecer, o ser humano precisa adaptar-se a cada situação nova do seu cotidiano. Já as modificações sociais são verificadas quando as relações sociais tornam-se alteradas em função da diminuição da produtividade e, principalmente, do poder econômico, sendo a alteração social mais evidente em países de economia capitalista, repercutindo também no desempenho de papéis familiares.

Envelhecer é um processo natural, gradativo, contínuo e irreversível, que começa no nascimento e se prolonga por todas as fases da vida. Por ser uma experiência heterogênea, multidimensional e multifatorial, exige, para o seu enfrentamento, todo o potencial do indivíduo, acumulado em todo o curso de vida.

Transformar a realidade adversa da velhice em bem-estar exige empenho do indivíduo em compensar as perdas, limitações e vulnerabilidades com a otimização desse potencial, no sentido de revertê-lo em qualidade de vida. Este é um dos princípios do envelhecimento bem-sucedido. “Envelhecer bem depende do equilíbrio entre as limitações e as potencialidades do indivíduo, que o levará a lidar com os diferentes graus de eficácia, com as perdas ocorridas com o envelhecimento” (CACHIONE, 1998, p. 5).

A idéia da velhice como uma etapa da vida caracterizada, entre outros aspectos, pela decadência física e ausência de papéis sociais, está aos poucos mudando de configuração. Envelhecer significa amadurecer, ter experiências únicas ao longo da vida. Os avanços tecnológicos na área da saúde e as políticas públicas de atenção e proteção à pessoa idosa nas áreas da saúde, educação, transportes, moradia, assistência e previdência social, têm imprimido, pelo menos a uma parcela da população idosa, uma experiência positiva do envelhecimento e melhores expectativas em relação ao futuro.

Nesse contexto, uma das questões de pesquisa que nortearam esta investigação junto aos alunos e ex-alunos do P.TIA foi a de identificar a sua contribuição para a ampliação e construção de conhecimento sobre a velhice e o processo de envelhecimento. Este é um de seus objetivos por excelência, que fundamenta parte do conteúdo programático das atividades oferecidas aos participantes.

Coube investigar também se o processo metodológico do Programa ancorado na discussão e reflexão crítica da realidade da pessoa idosa propicia a construção de conhecimentos para intervir e transformar essa realidade. As possibilidades de manutenção da saúde biopsicossocial devem guardar estreita relação com as atribuições do Programa, de proporcionar informações sobre a saúde física, mental e social em direção a um envelhecimento saudável.

Neste sentido, o estudo permitiu responder sobre a contribuição do Programa para a adoção de um estilo de vida saudável e para a visão positiva da velhice, defendida pela

gerontologia, no âmbito das universidades abertas para a terceira idade. É o que revelou o depoimento da entrevistada ESMERALDA, que destacou a melhoria de sua saúde depois de frequentar as atividades do P.TIA:

Hoje eu estou ótima. Mudei, passei a pensar mais na minha alimentação, depois que fiz o curso de nutrição e minha saúde melhorou 100%. Minha pressão hoje vive normal. Eu ainda tomo remédio de insulina porque quando comecei já tinha *diabetes* e o médico falou: - “você não tá bem? Pois então, continue com seu remédio e mais pra frente a gente tenta se deve tirar ou não”. [...] Quer dizer, pra mim eu acho que tá fazendo eu renovar. Renovei. Tem pessoas que me conheceram, dizem que olham pra mim e tão admiradas que eu renovei 10, 15 anos. Tô diferente. Ah! Eu adquiri tudo aqui, com esse conhecimento, com esses exercícios. Me senti, como eu disse, que eu queria fazer uma coisa, eu mesma, pra mim, pra minha pessoa.

Em relação aos aspectos positivos da velhice, Freire (2000, pp. 25-26) menciona um modelo teórico contendo seis dimensões do funcionamento positivo, que foi proposto para explicar o bem-estar: *auto-aceitação; relações positivas com os outros; autonomia; domínio sobre o ambiente; propósito na vida e crescimento pessoal* (grifos nossos). Algumas dessas dimensões foram identificadas nas falas dos sujeitos, ao emitirem sua opinião sobre o envelhecimento e a velhice.

O envelhecimento é uma coisa inevitável, né? E ao mesmo tempo almejado. Eu por exemplo, não gostaria de acabar agora. Acho que tenho muita coisa pra viver e fazer, ainda me sinto bem. Agora... O grande envelhecimento mesmo, aquele assim depois dos 90, 100 anos eu não desejo não. Eu gostaria de não chegar a tanto assim. Velhice pra mim é isso ... É quando as pessoas já ficam mesmo precisando de todo mundo pra tudo, isso é a velhice. Porque só ter uma idade e ainda ser capaz de fazer alguma coisa por si, ainda não é velhice pra mim, né? Tem idade, mas você tá ali ainda útil, né? (OPALA – *Auto-aceitação*).

É que a gente não deve ficar só em casa... É se movimentar, não é? Visitar os amigos, fazer parte desses grupos e nunca ficar em casa parado. É também a gente cuidar da saúde, então nesse caso a gente tem que ter médico pra cuidar da gente, para orientar. Graças a Deus hoje estou bem melhor em minha vida. Envelhecimento é a pessoa ficar toda abandonada, doente, sempre tendo uma dor [...] sem conversar direito, toda otária na vida, aí eu acho que é envelhecimento. (AMETISTA – *relações positivas com os outros; autonomia*).

Para mim tá sendo a melhor fase da minha vida, porque eu tenho tempo de estudar, de contribuir aqui no P.TIA, demonstrando a mudança que houve na minha vida e que pra mim não tem restrição nenhuma de nada. Para mim é tudo, para mim tá sendo maravilhoso. (ESMERALDA – *crescimento pessoal, propósito na vida*).

É poder viver bem, aproveitando as oportunidades de aprender mais e está sempre em atividade. [...] É poder viver bem com saúde. (RUBI – *domínio sobre o ambiente; crescimento pessoal*).

Olha, envelhecimento... Têm velhos com quarenta anos e tem sujeito novo com setenta e oitenta... (risos). O problema da velhice é um problema talvez até de ordem psicológica, tem tudo. O sujeito envelhece pelo meio ambiente, envelhece cronologicamente, envelhece pelas patologias, má alimentação, mau-trato. Tem outros que já nascem fortalecidos geneticamente e encaram a vida com mais, mais prazer, com mais ênfase, e o ambiente pra chegar a envelhecer, isto é, ele ser uma pessoa dependente. Isso aí já entra no caso da velhice em si, porque fica dependente. Tem muitos itens de como envelhecer. O sujeito envelhece e o problema do envelhecimento no total é você não se entregar. Você jamais envelhece enquanto a alma e o espírito estão sentindo que tem prazer na vida. A velhice é você se entregar, é você ir pro canto dizer que é inútil e... quem acaba com você, é você mesmo. Você é que envelhece. (DIAMANTE – *auto-aceitação; autonomia; propósito na vida*).

Estes depoimentos expressam que os idosos têm uma visão positiva do próprio envelhecimento, quando se referem às dimensões da autonomia, independência, participação e atividade, como fatores propiciadores de um envelhecimento saudável. Os aspectos negativos que identificam na fase da velhice são sempre referidos, nas entrelinhas, aos outros indivíduos.

Estas dimensões estão presentes no cotidiano de pessoas que adotam um estilo de vida mais saudável. Algumas declarações foram identificadas nos relatos em relação ao modo de viver cotidiano, que revelam atitudes de quem envelhece com bem-estar. Refletem que esses comportamentos são passíveis de mudanças de postura em relação à velhice e que dependem da abertura de cada indivíduo aos ajustamentos que as necessidades do cotidiano exigem. Um bom indicador de bem-estar na velhice é a expectativa que o indivíduo tem de si mesmo, como autorreferido nos relatos que se seguem:

Ah, eu procuro viver bem. Eu procuro fazer isso... Viver bem, viver trabalhando. Não sou uma pessoa que... pra viver parada. Não gosto de viver parada, gosto de viver trabalhando, estudando, e é assim, acho que meu estilo de vida é esse, é trabalhar, é... fazer parte da igreja, é isso (SAFIRA).

O meu estilo de vida é mais ou menos desse tipo que eu falei. Sou uma pessoa que participo de grupos, né? Eu tô sempre aprendendo, procurando melhorar. Eu tenho uma boa autoestima e sinto que também as pessoas têm uma estima boa por mim. Quer dizer, gosto das outras pessoas também. Meu estilo de vida é isso, eu acho (OPALA).

Respondendo sobre o estilo de vida da esposa (OPALA), o Sr. “E” assim referiu: “Olha, como eu viajo, como eu trabalho fora e também gosto muito do interior, ela fica muito sozinha, né? Então, ela procura nos seus

trabalhos, procura nos seus estudos, a sua maneira de se divertir, a sua maneira de viver, né?”

Os sentimentos positivos como o bem-estar e a autoestima elevada contribuem para a construção de uma imagem favorável de si mesmo, que repercutem, de certo modo, na aceitação da velhice. Outros depoimentos chamam a atenção para envolvimento ativo com a vida pessoal, com os familiares, com as relações de amizades, com o lazer, com a vida social. É o que expressa ESMERALDA, cujas declarações são confirmadas pela filha (Entrevistada “A”).

Eu, em casa eu que faço tudo. Moro só com meu esposo e todo serviço de casa sou eu que faço. O maior tempo que eu emprego da minha vida é no meu lar e hoje eu tô sendo voluntária no centro espírita Paulo de Tarso. Trabalho lá como... é um trabalho voluntário. [...] Participo da vida de meus filhos, de meus netos. Todos eles gostam de sair comigo. Tudo o que eles vão fazer a gente faz combinando. Então, problema com família eu não tenho, graças a Deus (ESMERALDA).

O estilo de vida da minha mãe é um estilo muito ativo. É um estilo que tem uma qualidade, mas eu mesma não considero uma qualidade de vida em alguns momentos, porque ela é muito ativa, muito mais do que os próprios filhos, do que o próprio marido. Mas ela tem uma qualidade de vida, na medida em que eu considero que a mamãe é uma idosa, mas uma idosa muito em busca de ter essa qualidade de vida, apesar de ser muito intensa pra idade dela (Entrevistada “A”).

Apesar das dificuldades apontadas pela literatura, de se estabelecer conceitos para o envelhecimento saudável, alguns fatores ou aspectos da vida do indivíduo são indicadores de bem-estar psicossocial e qualidade de vida e são inerentes ao envelhecimento bem-sucedido. Entre tantos, destacaram-se neste estudo: saúde física e mental integrada a um bom convívio social e familiar; independência econômica; participação social, que na autopercepção dos sujeitos investigados se estabelecem, principalmente, a partir da manutenção da autonomia e da independência.

É evidente que conseguir envelhecer com esses atributos exige a adoção de um estilo de vida que os favoreça. Nesse sentido, os idosos precisam muitas vezes ser estimulados, porque essas mudanças se processam internamente. O idoso deve ser o promotor de atitudes positivas que o levarão a enfrentar com qualidade a velhice. Nessa concepção, o envelhecimento passa a ser visto e vivido, não como uma fase final, ou seccionada no curso de vida, mas como um prolongamento da vida, independente da idade cronológica.

Para a adaptação a esta fase do ciclo vital, o indivíduo pode dispor de habilidades individuais que devem ser potencializadas através de um processo conduzido pela educação, no sentido de que “é preciso reformar o pensamento dos idosos para que eles reformem a velhice que vivenciam. Dessa maneira, a educação fará a sua parte para que o novo paradigma da velhice vigore, valendo a pena viver mais anos” (LIMA, 2001, p.23).

É prerrogativa da educação para adultos e idosos propiciar novas formas de relacionamentos e de aprendizagem, que privilegiem o desenvolvimento potencial do ser humano ao longo da vida, na interação com o meio social e na troca de experiências de vida, sempre na perspectiva de transformação da realidade, a partir de uma nova leitura do mundo, com vistas ao seu bem-estar.

O P.TIA tem se constituído um espaço de ensino-aprendizagem, que privilegia o aluno, na valorização de seus saberes e experiências acumuladas ao longo da vida, tanto nas atividades acadêmicas, como em atividades culturais e recreativas. Constrói uma relação dialógica entre professores e alunos, através de discussões, de exploração do potencial criativo, crítico e reflexivo dos alunos, para facilitar uma releitura do mundo e do seu cotidiano, sem, no entanto, afastar-se dele.

A ênfase está em proporcionar oportunidades de socialização dos conhecimentos adquiridos anteriormente e deles extrair o significado para a realidade concreta. Estabelece uma “interação entre o novo conhecimento e o conhecimento prévio”, nos parâmetros da aprendizagem significativa. É um processo educacional, através do qual o conhecimento é produzido pelo próprio aprendiz, na relação com o mundo, na identificação de semelhanças e diferenças em relação ao conhecimento anterior, para a geração de novos conhecimentos (MOREIRA, 2000, p. 3).

Na construção de conhecimentos sobre questões relacionadas a temáticas específicas sobre o processo de envelhecimento e a velhice, o Programa permite também a contextualização da realidade piauiense. As circunstâncias que permeiam o cotidiano dessas pessoas são acompanhadas de muita desinformação e de tabus, arraigados pelo senso comum, no dia-a-dia e na trajetória de vida que cada um percorreu.

Os conteúdos são trabalhados e transformados, com a contribuição das vivências e experiências dos alunos, associadas às informações do saber científico, sempre na perspectiva

de promover melhores condições à experiência do envelhecimento. No entanto, o P.TIA não tem a pretensão de “ensinar a envelhecer”, pois a velhice é uma experiência individual, uma construção social, que possibilita inúmeras formas de vivenciá-la e, portanto, sem receitas prontas e padronizadas.

A velhice, enquanto construção social, recebe forte interferência cultural, cujas relações são mediadas pela trajetória dos indivíduos em suas singularidades e subjetividades. Perpassa pelo confronto entre suas potencialidades e as reais possibilidades diante da realidade concreta, de melhorar a sua competência, para gerir, com mais capacidade e liberdade, suas vidas, no plano pessoal e social. Segundo Neri (1995, p. 34), velhice bem-sucedida é “uma condição individual e grupal de bem-estar físico e social, referenciada aos ideais da sociedade, às condições e aos valores existentes no ambiente em que o indivíduo envelhece, e às circunstâncias de sua história pessoal e de seu grupo etário”.

Os programas educacionais voltados para esse público têm se constituído em espaços que favorecem a reflexão sobre uma nova visão da velhice e o desvelamento de novos horizontes, permitindo uma releitura transformadora do ponto de vista físico, psicológico, social e cultural. Possibilitam novas formas de aprendizagem, sob o protagonismo da pessoa idosa, na construção de novos referenciais para pensar e agir e, na ampliação da consciência de seus direitos e deveres, para que o exercício da cidadania seja um processo cotidiano.

A educação para a cidadania para um público que, muitas vezes, sequer tem noção do que isso significa e que enfrenta a realidade de uma sociedade que o discrimina em função da idade, constitui-se um grande desafio para os programas e instituições que trabalham com a educação permanente de pessoas em processo de envelhecimento.

O exercício da cidadania depende da criação de condições favoráveis à manutenção de seu poder de decisão, escolha e deliberação. Tais condições serão efetivadas quando a sociedade perceber que precisa mudar seu comportamento em relação ao envelhecimento. Nesse contexto, os programas desenvolvidos pelas Universidades, constituem-se em espaços públicos de fundamental importância nesse processo.

Esse desafio está posto na necessidade de mobilização e participação dos idosos nos diversos espaços da vida social, mostrando a força política que adquiriram nas últimas

décadas, no sentido de transferir, do papel para a realidade concreta, a garantia dos direitos que permitiram a (re)construção da sua condição de cidadãos.

O posicionamento do P.TIA, frente a esse movimento de criar espaços para o exercício da cidadania da pessoa idosa, tem se efetivado na oferta de disciplinas e de outras atividades acadêmicas e científicas, com abordagem de temas específicos ligados a essas questões.

Entre as ações já desenvolvidas nessa direção destacam-se palestras, ciclos de debates, seminários, fóruns e congressos, realizados pelo NUPEUTI e em parcerias com outras instituições piauienses, que atuam na área de políticas públicas de atenção e proteção à pessoa idosa. Esses eventos contam sempre com a participação de especialistas e de profissionais de renome local e nacional, bem como de autoridades locais do Ministério Público, Delegacia do Idoso e dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa (Nacional, Estadual e Municipal de Teresina).

No entanto, a participação dos idosos do P.TIA nessas atividades ainda é muito insignificante. Apesar de a filosofia do Programa defender um processo de permanente construção da cidadania e de se autoperceber como um espaço político para esse fim, a constatação é de que o processo de formação política dos alunos não conseguiu consolidar-se. As experiências no trato das questões sociopolíticas que abarcam o envelhecimento e o cenário favorável ao exercício democrático dos direitos de cidadania, não foram suficientes para motivar e mobilizar os alunos, para a reivindicação de seus direitos e defesa de seu papel e espaço na sociedade.

Não há uma organização política entre os alunos. Não se percebe entre eles a consciência de construção coletiva da cidadania, com vistas à melhoria da dignidade e das condições de vida dos idosos. Têm dificuldade de se articularem até mesmo para a busca de soluções de questões locais, no âmbito da Universidade, não ultrapassando os debates em sala de aula. A necessidade de apreensão do conceito de cidadania e da construção permanente deste direito é uma questão intrigante e que suscita preocupação entre os profissionais que colaboram com o Programa.

A questão da “cidadania” não é vista por grande parte dos idosos, na dimensão do direito constituído. É percebida apenas em algumas circunstâncias de pequenas garantias,

como o direito do atendimento preferencial nas filas. Na pesquisa foi possível constatar essa evidência, na fala do entrevistado TOPÁZIO, que assim se manifestou sobre os direitos do idoso: “atualmente os direitos são bons... É a fila, não entrar nas filas dos bancos, nas repartições, e... finalmente ser respeitado esse direito”.

Em relação à discriminação e à falta de respeito para com a pessoa idosa, foi possível identificar, neste estudo, que há consenso em algumas respostas sobre a posição do idoso na sociedade:

Eu acho que ainda tem muito preconceito assim com o idoso. O povo não trata assim como devia ser tratado, devia ser tratado com mais respeito, com mais respeito (ÁGATA).
É muito difícil, discriminada. Eu acho que é difícil, muito difícil, porque as pessoas já acham que é velho é velho e pronto. Eu acredito que não seja tão boa não (TOPÁZIO).

No entanto, o interesse pelas questões que envolvem o direito de cidadania e o propósito de lutar pela sua efetivação se revelaram apenas na fala de DIAMANTE. Por outro lado, o reconhecimento dos avanços sociais e políticos alcançados pelos idosos na realidade atual foi constatado na fala de OPALA. Eis o que expressaram:

Olha é... a posição do idoso é difícil, mas já existe uma luz assim no fundo do túnel [...]. Bom, com esse estatuto que apareceu, uma das coisas mais bem feitas, eu acho que temos lutado por ele. Isso tenho feito com prazer, com uma vontade enorme que o estatuto do idoso não se transforme como um jornal de ontem, como é o caso do estatuto do adolescente e da criança. [...] Só quero e espero exatamente isso. Hoje, nós já temos aqui no Piauí, uma delegacia do idoso, já temos juizes do idoso, já temos Ministério Público do idoso. Tudo isso foi feito de 2000 pra cá, com uma vontade enorme de todos, inclusive o P.TIA presente em todas essas atividades. A sociedade está conquistando, principalmente o idoso, em cima das autoridades constituídas. [...] O Estatuto é uma das coisas mais, é uma das leis bem elaboradas do país. O negocio é ter continuidade e não se deixar apagar (DIAMANTE).

A posição do idoso atual tá bem melhor do que, por exemplo, no tempo que eu era criança. Os velhos do tempo da minha infância, minha juventude, né? Eles eram praticamente inúteis, doentes, daquelas coisas bem jogadinhas de lado, né? [...] Hoje em dia não, a gente tá fazendo muito mais coisas, nós estamos muito mais vivos do que os velhos de antigamente. Então, acho que é isso. Tem direitos que estão melhorando nossa vida, estão transformando nossa vida para melhor, tipo essa coisa de fila, prioridade para a pessoa idosa, né? (OPALA).

Este estudo veio confirmar o que já vem sendo percebido no Programa, em outras circunstâncias. Para ilustrar a tendência de “certo desinteresse pelas questões ligadas aos

direitos de cidadania”, sempre que são ofertadas disciplinas que tratam dessa temática, a adesão de alunos é muito pequena, muitas vezes até inviabilizando a realização da atividade²³.

O Programa em toda a sua trajetória não deu conta da formação política de seus alunos para a luta permanente pela conquista de seus direitos, já constituídos formalmente na Constituição de 1988, e a partir dela, nas legislações específicas como a PNI e o Estatuto do Idoso. Nesse sentido, a entrevistada “F” que é docente colaboradora do P.TIA desde 2000, ministrando as disciplinas “Representações Sociais da Velhice” e “Velhice e Cidadania”, faz uma síntese de sua percepção sobre esta questão no Programa.

Olha, de uma maneira geral a gente percebe que esses Programas, não só esse especificamente, eles tendem a se voltar muito pra questão do físico, do prazer, do lazer e a questão da formação política, ela tem sido muito pouco enfrentada e também encontra resistência por parte dos alunos. A gente sabe que as experiências aqui no Programa, de disciplinas e discussão dos direitos, da cidadania, elas são pouco, pouco freqüentadas. A gente percebe que no geral, os idosos, eles não se reconhecem enquanto sujeitos capazes de lutar pelos seus direitos. Essa formação do sujeito coletivo, do sujeito de direito, eu acho que o Programa ainda deixa a desejar. Nessa dimensão, termina atendendo a outras necessidades, também importantes, mas é preciso associar que a garantia dessas condições, inclusive da permanência desses Programas e do acesso a outros direitos, da luta constante, cotidiana e inclusive da luta organizada de grupos de idosos. É o que a gente vê na maioria desses grupos de idosos, que se organizam apenas em função de atividade física e do lazer e não da função de reivindicação, de participação, de capacitar os espaços públicos e políticos, como: Conselhos, fóruns de discussão... Então, você ainda sente essa debilidade, nesse processo alternativo dos idosos. Os Programas têm pouco contribuído diretamente pra formação política desses idosos, apesar de que eles constituem também parte de discussão dos direitos dos idosos. Mas é uma questão que não é fundamental, não é uma questão central. E é importante, porque só se garante qualidade de vida se a gente lutar por ela. E a luta é coletiva. A luta é para materializar o direito. O direito numa carta, numa lei, ele não é tudo. Pra ele se efetivar é preciso organização, é preciso luta individual e coletiva. Então, eu acho que essa dimensão não é um impacto positivo do Programa.

Para contemplar com maior amplitude os diversos aspectos e dimensões do processo de envelhecimento, a educação para pessoas adultas e idosas deve estar pautada no investimento de práticas educativas capazes de propiciar, além do conhecimento, a sua participação efetiva no processo de integração social. Na perspectiva do envelhecimento ativo e bem-sucedido, as ações devem privilegiar o envolvimento de todos os atores desse processo, numa relação educativa, transformadora, participativa e democrática.

²³ Esta informação foi levantada através de consulta à documentação do P.TIA, que trata da oferta semestral de atividades.

Dessa forma, é imprescindível que a Universidade exerça sua responsabilidade social para com os idosos, enquanto sujeitos do direito à educação e cidadãos em potencial, conscientes de suas responsabilidades e direitos, tanto no plano individual, quanto na dimensão plural da coletividade. A presença dos idosos na Universidade é importante porque dá a visibilidade de sua força política, frente à sociedade e ao poder público, para a conquista de seu espaço social e político.

4.2.4 O Programa Terceira Idade em Ação – P.TIA: Múltiplos Olhares

O Programa Terceira Idade em Ação da Universidade Federal do Piauí foi idealizado e institucionalizado com a finalidade de oferecer educação permanente, através da extensão universitária, no formato de Universidade Aberta à Terceira Idade, para pessoas com 60 anos de idade e mais, adotando os pressupostos da gerontologia educacional, modelo teórico-metodológico e pedagógico de educação para pessoas idosas.

O programa foi concebido com a proposta de desenvolver um novo modelo de formação do homem enquanto cidadão, na perspectiva da inclusão social, que contribuísse para a compreensão do seu lugar e de seu papel na sociedade, frente ao processo de exclusão enfrentado por essas pessoas na realidade atual. Na sua idealização, Setúbal o concebeu como um “espaço privilegiado para o despertar do homem, no sentido de sentir a necessidade de refletir sobre si mesmo, sobre as circunstâncias que o tornam ser particular e, ao mesmo tempo, único” (1998, p. 13).

As atividades desenvolvidas no Programa se constituem em alternativas para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar de quem envelhece. Propiciam transpor obstáculos e vencer os desafios impostos pela idade e pela sociedade, a partir da reconstrução da imagem estereotipada e estigmatizada da velhice, arraigada e construída historicamente no contexto político e social da contemporaneidade.

As ações do P.TIA são conduzidas para um “agir transformador”, no sentido de elevar a autoestima; manter a funcionalidade e a autonomia e, principalmente, estimular a

participação social do idoso, ampliando suas possibilidades de desenvolvimento e de bem-estar físico e emocional, contribuindo para o enfrentamento do processo de envelhecimento, com expectativas de usufruir da longevidade com mais dignidade, condição indispensável para o exercício da cidadania.

No plano coletivo, o Programa representa um espaço favorável ao fortalecimento de vínculos e novas formas de sociabilidade geracional, representadas por “um espaço em que a reformulação de padrões tradicionais de envelhecimento possa ser uma experiência coletiva” (MOTTA, 2004, p. 125). É um ambiente propício para o exercício da cidadania e para a construção permanente desse direito e do engajamento em ações sociais mais amplas, que tenham como pressuposto a defesa de uma velhice mais digna e com melhor qualidade de vida para a população idosa.

Após dez anos de sua institucionalização, a necessidade de fazer uma avaliação do P.TIA, enquanto programa social e política de inclusão social pela educação, concretizou-se com a realização deste estudo, que, como já explicitado anteriormente, objetivou investigar o seu impacto sobre o cotidiano dos seus alunos, sob múltiplos olhares: dos alunos (representados por alunos e ex-alunos do Programa), de seus familiares e de professores engajados nas atividades docentes. Sob ângulos diferentes de percepção, o estudo possibilitou identificar, em que aspectos o Programa influenciou o estilo de vida e comportamentos dos participantes e a percepção dos impactos ou contribuições, dentro e fora do ambiente acadêmico.

Inicialmente, investigou-se que motivos essas pessoas tiveram para engajar-se nas atividades do P.TIA e se a tomada de decisão foi apoiada pelos familiares. Seguem alguns motivos destacados por eles, com as respectivas referências dos familiares:

Porque eu sempre gostei de estudar e eu via uma oportunidade aqui, eu tinha muita vontade de ter um curso superior, mas como eu não pude, casei muito nova e sempre precisava trabalhar, cuidar dos meus filhos. Aí não pude fazer antes. Então tudo aquilo que sonhei, estou realizando hoje aqui no P.TIA, com o P.TIA (ESMERALDA).

Eu sempre ouvi minha mãe falar que quando ela completasse 60 anos ela disse que ia dar o grito dela de liberdade. O grito de liberdade era o que? [...] Então, 60 anos pra ela motivou ela pra entrar numa universidade pra estudar. Pra ela era como fazer uma nova formação. Então ela se motivou e esse foi o grito de liberdade. [...] A participação particularmente minha foi de incentivar, de incentivo total, como professora da universidade e já como professora também em outras escolas. Eu sempre fui incentivada por ela, no

papel de mãe, a estudar. Então incentivei e disse: - mamãe vamos procurar onde tem um local pro idoso. A família como um todo ficou assustada. Ela se envolveu logo com o P.TIA e ela fazia todas as disciplinas. A família ficou um pouco assustada, mas incentivou porque viu algumas mudanças bem significativas na vida dela depois do P.TIA (Entrevistada “A” – filha de ESMERALDA).

Ah, eu sou muito curiosa, eu gosto muito... eu não sei tá parada em casa. Quando eu ouvi falar... quando eu vi na televisão que tinha esse programa da terceira idade fui primeiro por curiosidade, por que eu não sabia o que era, né? Aí eu fui fazer minha matrícula no primeiro dia da inscrição, primeiro dia da inscrição do P.TIA. E... foi a coisa, uma das coisas melhores que já fiz na minha vida, foi participar do P.TIA (SAFIRA).

O P.TIA foi uma oportunidade pra continuar ativa. Ela viu que tinha várias atividades e a questão da idade... Ela disse: - vou tentar pra ver o que vai dar, né? Muito corajosa foi lá. Ela falou pra gente o que é que era e perguntou o que é que a gente achava. Então a gente achou: - faça que eu acho maravilhoso. Você vai sair de casa, conhecer pessoas diferentes, fazer novos amigos e todo mundo apoiou (Entrevistada “B” – filha de SAFIRA).

Eu fui por informações de pessoas que freqüentaram o P.TIA e que seria um local ideal para mim que estava aposentado e então resolvi procurar a universidade, o setor P.TIA e fazer minha inscrição, para eu poder participar das aulas lá no P.TIA (TOPÁZIO).

O P.TIA foi apresentado pra mim por uma amiga que tava fazendo (a mãe da minha nora). E me falou muito bem do P.TIA, das disciplinas de lá. Quando eu fiquei sabendo, eu ainda não tinha 60 anos. Aí ela disse: - olha, a única exigência lá é ter 60 anos. Eu até tava trabalhando ainda na época. Aí quando eu completei 60 anos e também parei de trabalhar, fui diretinho para lá, de tanto ouvir falar bem por essa pessoa né? Eu fui lá. Achei ótimo (OPALA).

Naquela época eu procurei o P.TIA porque eu tava muito carente. Tinha ficado sem meu esposo, meu esposo faleceu e eu fiquei no fundo do poço, no fundo do poço mesmo. Aí eu fui para o P.TIA e melhorei tanto, parece que eu me levantei um pouco, aí eu fiquei melhor (ÁGATA).

O conteúdo destas declarações deixa evidente a importância que o idoso manifesta em se manter em atividade. Os motivos alegados para ingressarem no Programa variam desde a necessidade de continuar aprendendo e atualizar conhecimentos, permanecer em atividade, ocupar o tempo pós-aposentadoria, até a superação de perdas características dessa fase da vida.

As expectativas em relação ao Programa estão pautadas também no desejo de exercer a sociabilidade no ambiente extrafamiliar, principalmente quando receberam o apoio da família, condição importante para a elevação da autoestima dessas pessoas, pela confiança recebida em relação as suas capacidades. Outra constatação nestes relatos é de que o

Programa correspondeu às expectativas iniciais, ao revelarem um grau de satisfação significativo após frequentarem essas atividades.

Entre os familiares entrevistados, apenas a Sra. “C” (filha de AMETISTA) relatou que, por parte de outras pessoas da família, exceto ela, houve uma certa resistência para a participação da idosa no Programa:

Não gostam muito não, porque sabem que ela deixa de atender algumas necessidades, principalmente domésticas, lá no interior. Então incomoda muito. Sempre falam: - você tá muito fora de casa, tem que ficar é aqui.

Esta expressão “você tá muito fora de casa”, segundo a filha, refere-se a outras atividades de que ela participa no SESC, que ocupam boa parte de seu tempo livre, tanto quanto o P.TIA.

Pode-se inferir também que o apoio familiar para a tomada de decisões dos idosos tem íntima ligação com o papel que desempenham na família. Nesse caso específico, AMETISTA assim se referiu ao seu papel na família: “Eu sou a mãe dessa turma e devo continuar orientando, conversando, fazendo alguma coisa, mostrando algum trabalho também. *Eles ficam muito satisfeitos com meus trabalhos*” (grifo nosso). Confirmou-se o que a filha apontou: os familiares não concordaram em sua participação em outro programa (ela já faz parte do SESC), porque ainda esperam obrigações dessa matriarca, mesmo tendo 80 anos de idade.

Nos demais casos em foco, destacam-se algumas referências positivas dos sujeitos, ao serem instigados a revelarem que papel ou posição que desempenham e exercem em suas famílias. O mesmo questionamento foi feito aos familiares, cujas respostas constam dos depoimentos que se seguem:

De companheira, amiga, eu sinto que eles são assim comigo e me procuram muito, muito e não sabem fazer nada se a gente não tiver todos juntos. (ESMERALDA).

Conciliadora. Ela traz todos os problemas, ela traz pra ela, mas divide com cada um, como se cada um fosse compartilhar com aquele problema e ajudar um pouco. Então ela concilia. O papel dela é muito de conciliar... o que cada um precisa no momento (Entrevistada “A”, filha de ESMERALDA).

Ah, eu sou, eu... aqui não é pra me engrandecer não, mas eu sou a mãezona da família (risos). Todo mundo que quando quer um conselho, uma coisa,

uma briga, qualquer coisa que tem, eu sou chamada. Então eu acho assim que... eu sou a pessoa que eles confiam (SAFIRA).

Ela é tida como um guia, assim como um exemplo (Entrevistada “B”, filha de SAFIRA).

Eu já percebi, já faz algum tempo, que eu sou uma apaziguadora. Já acostumei com isso, sabe? Eu tenho que manter a paz da minha família, acho que é uma das minhas missões e tenho conseguido (OPALA).

É muito importante, é... a estaca mestra, é o eixo central da família, muito boa (Entrevistado “E”, esposo de OPALA).

Eu sou uma espécie de conselheiro. A família... ah! A família vive em torno dessas minhas experiências de vida, que eu vivi no mundo... o mundo marinho de mar a fora (DIAMANTE).

No entanto, para um programa do porte do P.TIA, que realiza suas atividades há dez anos, o importante não é avaliar apenas os motivos porque as pessoas o procuram, mas o que “seu fazer educacional” proporciona a essas pessoas. É no ínterim, entre seu ingresso e a saída do Programa, que se pode perceber e avaliar que contribuições trouxeram para o seu cotidiano, para o convívio familiar e social e para as condições necessárias ao envelhecimento bem-sucedido desses sujeitos.

Nesse aspecto em particular, que veio responder ao objetivo do estudo, a avaliação de impacto (modelo utilizado neste estudo), possibilitou identificar o que representam essas contribuições, em termos de mudanças no dia-a-dia dos sujeitos beneficiários do Programa. Essas mudanças, são “significativas”, “duradouras”, “positivas ou negativas”?²⁴ É pela dimensão da efetividade social, ou seja, pela relação causa-efeito entre as mudanças, os objetivos propostos e os resultados alcançados, que o impacto do Programa é reconhecido, passando também pela avaliação sob a ótica de outros atores envolvidos no processo: familiares e professores.

O conhecimento da política ou programa a ser avaliado é imprescindível ao trabalho do avaliador. Neste caso, para a pesquisadora, o que facilitou a apreensão dos resultados foi a sua experiência de sete anos junto ao público-alvo do P.TIA.

²⁴ As palavras estão em destaque para referir-se a aspectos importantes da definição de avaliação de impacto definida por Roche, como “*a análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas – positivas ou negativas, planejadas ou não – nas vidas das pessoas e ocasionadas por determinada ação ou série de ações*”. Segundo o autor, uma visão mais ampla dessas mudanças permite avaliar o desempenho de um programa ou projeto, quando comparadas com os seus objetivos originais. (2002, p. 37).

Para a compreensão dos efeitos dessa política social, tomaram-se como ponto de partida os objetivos que balizam as ações do Programa, dentro de um contexto plural, porém permeado de singularidades e subjetividades dos sujeitos envolvidos.

Ao associar-se às evidências encontradas nos relatos, remetidos às indagações da pesquisa em relação às representações do P.TIA no cotidiano dos alunos investigados, o estudo revelou correlações com alguns de seus objetivos. Isto significa que a dimensão causa-efeito da avaliação centrada na efetividade social foi alcançada.

No que se refere ao objetivo de proporcionar a *ampliação e construção de conhecimentos sobre a terceira idade*, com vistas à melhoria da qualidade de vida na velhice, pode-se estabelecer um paralelo com os fragmentos da fala de OPALA:

Então, o P.TIA abriu as portas para mim, essas portas da terceira idade. O P.TIA me mostrou... mostrou muita coisa, aprendi muita coisa lá. Também conheci pessoas que até hoje são amigas. Foi muito importante o P.TIA. No P.TIA eu fiz muitas disciplinas nos anos, principalmente no primeiro ano, nos dois primeiros semestres. Eu ia no P.TIA todos os dias, né? [...] Quando a gente tá com muita fome e parece que não acaba a fome e a gente quer comer, comer. Era assim pra mim, eu era insaciável por aprender no P.TIA. Então, os cursos de inteligência emocional, biodança, gerontologia, nossa... Teve tantas matérias boas, que eu fiz lá e que me ensinaram tanto...

Esta motivação e satisfação em aprender refletiram-se em mudanças no seu estilo de vida, conforme ela relatou:

O estilo de vida naturalmente vai mudando. Os anos vão passando e o estilo de vida da gente vai mudando, obrigatoriamente mudando. Mas quando *a gente não para de aprender, não para de fazer coisas úteis, essa mudança é para melhor*. Para mim, eu sei que foi pra melhor (grifos nossos).

Foi importante identificar também que a utilização dos conhecimentos adquiridos através dos conteúdos administrados e das vivências experimentadas no Programa foi direcionada para melhorar as condições de saúde, como destacado pelos sujeitos:

Foi, pra cuidar da minha saúde. Hoje eu tenho saúde, eu não sinto dor em lugar nenhum, eu durmo muito bem, eu chegando em casa, eu deitando na minha cama, descanso ali a cabeça, tô dormindo e só acordo no outro dia de manhã (ESMERALDA).

Aqui, aprendemos na parte de nutrição, musicoterapia também, e finalmente todas as disciplinas foram ótimas para melhorar a nossa saúde e a nossa vida, não é? (AMETISTA).

O principal foi a parte de hidroginástica, a parte de musculação, para melhorar a saúde (RUBI).

Nos depoimentos do entrevistado denominado de DIAMANTE, identificou-se a aproximação de sua vivência no P.TIA com alguns objetivos importantes para a construção e/ou resgate da cidadania das pessoas em processo de envelhecimento, principalmente daqueles que se encontram à margem das políticas públicas de atenção e proteção social. Essas pessoas são o alvo principal das intervenções que esse ex-aluno tem realizado, junto aos idosos de alguns grupos, que ele fundou ou colaborou para sua criação, inclusive no interior do Estado do Piauí.

A adoção de uma postura crítica frente à realidade da pessoa idosa e o desenvolvimento de uma conduta de luta permanente pela construção da cidadania, são objetivos do Programa absorvidos por ele e representaram tanto um impacto individual na sua sensibilidade frente aos problemas do envelhecimento, quanto em relação à coletividade, enquanto multiplicador na luta pelo bem-estar dos menos favorecidos. Seu trabalho também é percebido nas participações em eventos científicos locais: congressos, fóruns, seminários, palestras, atendendo ao objetivo de divulgar e debater as políticas voltadas para a pessoa idosa. Nesse sentido, eis como o sujeito DIAMANTE se expressou sobre essas questões:

Aí eu comecei a me interessar pelo que o idoso junto à família e à sociedade. Pra mim foi muito triste. Eu, embora não tivesse tido tratamentos escusos e infelizes junto a minha família, passei a me interessar e ver que outros não tinham essa felicidade de viver em família e ser tratado com dignidade. A sociedade brasileira não está preparada, tanto é que eu não conheço nenhum hospital no Brasil, geriátrico, não conheço. Eu não conheço nenhuma enfermagem, em nenhum hospital no Brasil que seja especializada com equipamentos para a velhice.

O P.TIA foi quem me deu esclarecimento, me deu ênfase, me deu vontade de trabalhar em cima das coisas mal feitas junto ao idoso e eu senti que graças a essas pessoas e... conhecimentos que adquiri, através dessas pessoas estudiosas, desses mestres... Eu... foi uma surpresa. Eu não sabia que ainda existiam seres humanos interessados em outros humanos e me tornei mais humano, graças a esse tratamento recebido através do P.TIA. Eu transferindo para os outros, pra mim é uma grande alegria. [...] Como eu disse, o P.TIA me ajudou e eu passei a ser um somador, eu um multiplicador [...] Eu sou um dos é... um dos batalhadores em cima desses congressos, de fóruns de... O que tiver com relação ao idoso, eu estou presente, pra dá minha opinião e dá o meu grito de guerra.

Essa dimensão tão ampla do impacto do P.TIA no cotidiano deste sujeito remete aos princípios da educação permanente das UNATIs, que na concepção de Jordão Netto volta-se “para a atualização de valores e atitudes das pessoas maduras, tanto no que diz respeito as suas atividades sociais, culturais e políticas individuais, como coletivas, incentivando o exercício da cidadania” (2001, p. 51). O autor ainda acrescenta, nesse sentido, que os projetos,

se desenvolvem quer pelo prisma que possibilita a integração dessas pessoas num mundo em crescente transformação, como pela vertente que lhe possibilita participação ativa nesse mundo em evolução tão rápida que torna permanentemente instável seu equilíbrio. Mas, ao mesmo tempo, é dada ênfase à idéia de que na maturidade as pessoas carregam, nelas mesmas, a capacidade de se superarem, de renovarem a sociedade e também a si próprias (2001, p. 51).

Outra dimensão percebida em consonância com os objetivos do P.TIA foi a de favorecer o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais, relatada por SAFIRA. Nos fragmentos de sua fala, identificaram-se aspectos que tornaram sua vida melhor, graças a sua participação no Programa desde 1998, na primeira turma. Já participou de inúmeras atividades e cursou quase todas as disciplinas e oficinas oferecidas e, assim, relata, com muita satisfação e entusiasmo, o que o P.TIA representa na sua vida.

Olha, pra dizer a verdade, o P.TIA pra mim é tudo. Eu... quando eu entrei não saí mais, porque eu amo aquele programa, os professores são cativantes. Eu fiz uma porção de amigos lá, mas, é um programa que dá gosto... As disciplinas ajudam muito a gente, muita disciplina boa, muita coisa boa. Eu que não sabia fazer nada, não sabia pintar nem o “sete” e, hoje, eu pinto, faço quadro e tela, pinto telas e me sinto assim uma, uma “artista”. Tudo, tudo devo ao P.TIA. Ah, muita coisa, muita coisa boa, mas eu gosto muito de pintura, eu era....gostava muito de tá pintando, tá desenhando aqui casa. Mas as minhas aulas de pintura foram as melhores, foram a melhores coisas no P.TIA. Porque depois, vem a hidroginástica, aí vem a educação física, aquela coisa toda. Tudo muito bom viu? Muito bom, muitas disciplinas boas, muita coisa que eu já não tenho na memória. Mas muita coisa que eu passei, que eu vi. Eu recordo, quando eu pego meu caderno, que vou recordar, eu lembro: - meu Deus, que tanta coisa linda que já vi na minha vida e agradeço ao P.TIA. Ah, meu Deus! Já não sei mais me separar daquilo ali (risos).

Os programas educacionais para a pessoa idosa têm algumas características em comum, que são praticamente unanimidade de referências positivas pelos seus alunos: uma delas é o estabelecimento de laços de amizade, que se criam e se fortalecem nesses ambientes e a ocupação do tempo livre com atividades prazerosas. Esses atributos de bem-estar foram referidos, com muita ênfase, por alguns entrevistados:

É uma universidade muito importante e quero continuar, não é? Acho bom vir aqui para o P.TIA. Todos gostam de mim, eu tenho tantos amigos agora que eu nem imagino... Como é bom a gente continuar no P.TIA! (AMETISTA).

O P.TIA é um lazer e um aprendizado. Ele é muito importante porque nós estamos sempre unidos com a comunidade e sociedade como um todo. O convívio com os professores que é uma das coisas importantes, né? E com os alunos, que a gente aprende uns com os outros também (RUBI).

Ah! O P.TIA é tudo! Já fico triste quando vão chegando as férias e diz assim: - vamos entrar de recesso no dia Aí, eu e minha família, a gente fica planejando: - O que nós vamos fazer, como que nós vamos preencher nosso tempo? E as amizades, o tratamento que os professores nos dão, o respeito que a gente tem aqui no P.TIA. É tudo! (SAFIRA).

O mais importante foi o lado da comunicação... Todas as disciplinas faziam questão da gente se comunicar em grupo. São tantas e todas bem elaboradas que a gente participa com maior prazer (DIAMANTE).

Representava assim, uma casa assim de força, de alegria, de paz, pra mim foi. Eu chegava lá, eu sentia paz com as amigas (ÁGATA).

A construção de laços afetivos dentro do Programa é um importante fator de desencadeamento das relações sociais, nessa fase da vida em que a tendência natural é sua diminuição, porque diminuem também os compromissos e papéis sociais, sem contar que aumentam as ocorrências de perdas de pessoas queridas, como associou RUBI em relação aos seus relacionamentos sociais:

Hoje está resumindo, porque as pessoas da minha idade, quase todas das minhas relações já morreram”.

Ele acrescenta também que contatos estão restritos ao grupo de Maçonaria e um grupo de orações ligado à Igreja Católica:

Nós fazemos parte de um grupo de oração da Mãe Rainha e isso são trinta famílias. E com essas trinta famílias, nós temos conseguido muita amizade, que abrange a sociedade de cada família e vivemos bem com todas elas.

Os sentimentos de bem-estar na velhice estão relacionados com a capacidade de efetuar trocas. Na universidade e em outros grupos de convivência de idosos, as atividades desempenhadas podem contribuir para partilhar ideias, sonhos, construir projetos e evitar o isolamento e inatividade social, além de elevar a autoestima. Sem uma autoestima estruturada, dificilmente a pessoa conseguirá bem-estar emocional. É o que acontece com AMETISTA, que além do P.TIA participa também do grupo do SESC, cuja manifestação foi de muita felicidade:

Aqui, tenho muitas colegas para a gente conversar, graças a Deus eu não sou isolada não. Pelo menos no SESC, faço parte do coral, faço parte de teatro, faço hidroginástica e a gente se entende bem por lá. São muitas amigas.

As relações interpessoais são caracterizadas pela troca de referenciais entre as pessoas, evocam comunicação e exigem certo grau de empatia. É de fundamental importância que essas relações sejam incitadas e cultivadas, mas que sejam pautadas pela afetividade. O afeto ainda é o princípio norteador da autoestima. Depois de desenvolvido o vínculo afetivo, a aprendizagem, a motivação e a disciplina são partes inerentes à conduta dos idosos, que transferem, para as atividades cotidianas, o bem-estar adquirido em seus relacionamentos, em forma de satisfação pessoal, como expressaram as entrevistadas ESMERALDA e ÁGATA, respectivamente:

É que eu faço parte também de um grupo que cuida, que é trabalhado num centro de saúde que tem no Cabral e onde a gente se reúne todos os meses para fazer uma avaliação física. [...] No Paulo de Tarso (Centro Espírita), lá eu faço uma sopa e faço estudo com as pessoas... que lá tem um grupo de estudos. É estudo bíblico e com essas idosas. São 22 idosas do Morro da Esperança, que a gente mantém com os idosos.

Minhas relações sociais são boas. Eu tenho a maior comunicação possível, eu tenho muita facilidade em me comunicar com qualquer pessoa. Assim... com todo mundo eu me comunico, me sinto tão bem, me sinto tão amiga. Eu chego num grupo, eu me comunico com aquele povo todinho, quero bem, pra mim já faz parte da minha família, tenho essa facilidade. [...] É aqui ajudando, eu ajudo muito aqui a comunidade (Pastoral da Pessoa Idosa), pra mim é uma família. [...] Acho que é por isso que eu tenho essa saúde, essa alegria e tudo. Eu sou uma pessoa, eu digo que eu sou uma pessoa muito abençoada por Deus.

A importância da sociabilidade vivenciada entre os idosos nos espaços de convivência, como as UNATIs, foi destacada pela professora “H”, ao falar sobre sua percepção em relação às mudanças de comportamento, observadas nos alunos após o ingresso no P.TIA. A mesma constatação foi apontada pela professora “F”:

Eles mudam muito. Da hora que ingressam, logo depois, com poucos dias, a gente já percebe mudanças: mudanças de comportamento, mudanças de visão, mudanças de expressão corporal, expressão facial. E a mudança decorre das disciplinas, dos cursos, dos conhecimentos que eles adquirem no teórico e também das relações que permeiam entre eles mesmos, entre eles e elas... Então, isso contribui muito porque o Programa termina favorecendo essa socialização e também estimulando a autoestima deles, no sentido deles se sentirem importantes, se sentirem úteis, criativos. A gente procura sempre estimular e valorizar as experiências deles, as vivências. A gente está sempre valorizando eles (Entrevistada “H”).

Sim, eu percebo muitas, muitas mudanças no comportamento dos alunos. E eles conseguem relatar mudanças visíveis no seu comportamento, após a entrada nesse Programa. E muitos deles relatam mudanças até no humor [...]. Eles relatam que também os filhos percebem as essa mudança de comportamento. Também você percebe mudança comportamental e psicológica em termos de bem-estar, de passar a compreender limitações, mas também possibilidades. E essas possibilidades, acho que é o que tem incentivado muitos deles a modificar a sua rotina, porque é uma rotina mais ativa. [...] Então eles procuram ocupar o tempo livre com as atividades do Programa [...]. Eu percebo também, muitas mudanças, principalmente na questão da socialização. É o fato de ter novos laços de amizade, de encontrar aquelas pessoas. Assim é que eles se tornam amigos... com contatos, com visitas. Então, essa ampliação das relações sociais é muito importante nessa fase da vida em que há uma tendência a reduzir (Entrevistada “F”).

No entanto, a professora identificada como “F” chama a atenção para uma questão muito importante em relação a essa contribuição do Programa, para as mudanças de comportamento relacionadas à melhoria da qualidade de vida. Ponderadamente, seu alerta é no sentido de que:

o acesso a outras políticas públicas, como à política de renda; previdência e pensões; o acesso à saúde; têm proporcionado uma longevidade a esses idosos, em função do acesso a essas políticas e uma melhoria da qualidade de vida.

O argumento da entrevistada é muito pertinente e oportuno, para o propósito deste estudo. Seria imprudente, neste caso, atribuir, apenas ao Programa, tamanha responsabilidade. Na realidade, no próprio processo avaliativo, está prevista a possibilidade de a atribuição do impacto de determinado projeto ou ação não ser produto apenas de sua intervenção, mas de um conjunto de outros fatores ou mesmo de outras políticas. Principalmente, se considerarmos que os sujeitos da pesquisa pertencem a uma classe privilegiada, que tem acesso às outras políticas citadas.

Identificou-se também que as representações que os alunos têm do P.TIA correspondem às razões que os motivaram a ingressar no Programa, significando que as expectativas iniciais são correspondidas no transcorrer da participação nas atividades socioeducativas. Tudo isso se reverte na qualidade de vida autopercebida, associada ao envelhecimento bem-sucedido, com reflexos na vida familiar, conforme depoimentos ouvidos no estudo dos familiares.

Em relação aos dois ex-alunos que compuseram a amostra do estudo e que freqüentaram apenas um período letivo indagou-se sobre o motivo da desistência. Para o

entrevistado TOPÁZIO, os motivos citados foram problemas de saúde, incompatibilidade dos interesses com as disciplinas ofertadas, conforme suas declarações:

Coincidentemente eu tive que fazer cirurgia de catarata e num intervalo de três meses, praticamente quatro meses, eu não podia tomar banho de piscina para fazer hidroginástica, nem tomar sol e fazer exercícios que pudessem trazer problemas para a visão. Isso aí foi um deles e o outro, também, foi porque com a mudança do prédio do P.TIA para um prédio novo, as aulas parece que... as matérias parecem que foram resumidas. Então, encontrei poucas matérias que eu pudesse participar: aula de espanhol, violão, pintura, não gostei bem dessas.

A distância do local onde acontecem as atividades do Programa em relação a sua residência foi o motivo alegado pela ex-aluna ÁGATA, para não continuar no P.TIA.

Eu saí, porque era mais distante. E aí, aqui (na Pastoral), começou uma atividade e eu fiquei aqui. Foi isso, mais perto de casa, é bem pertinho da minha casa.

Os principais motivos citados para o ingresso no Programa, depois apontados por eles, como responsáveis pelo impacto nas vivências do dia-a-dia, podem ser assim resumidos: *atualização dos conhecimentos; complementação da educação formal; oportunidades para o autodesenvolvimento; busca de contatos sociais; ocupação do tempo livre; compromisso de ajudar outros idosos a partir dos conhecimentos adquiridos no P.TIA.*

Esses resultados não representam um achado novo nas experiências das universidades abertas à terceira idade. Outros estudos mostrados na literatura, realizados em outras universidades, já apresentaram essas conclusões, com pequenas diferenças entre uns e outros. Cachione (1998, pp. 65-67) cita algumas pesquisas realizadas para avaliar os programas universitários de educação de idosos: Guerrero em 1993; Neri, entre 1991 e 1994 e Erbolato em 1996, todos na PUCCAMP; Alves em 1997, na UNIMEP; a UnATI/UERJ, por Peixoto em 1997. Além destes, destaca-se também o estudo realizado pela própria Cachione em 1998, na Universidade de São Francisco de Itatiba (SP). Os resultados encontrados no presente estudo em muito se assemelham aos indícios e conclusões apresentados nestes e outros trabalhos já realizados nas UNATIs.

Apesar dessas similaridades, Cachione chama a atenção para o fato de que essas evidências não identificam tendências teóricas ou metodológicas, por se tratarem de trabalhos isolados, realizados a partir de óticas particulares dos pesquisadores e considerando-se

também a diversidade de estruturas e modelos de programas e projetos nas universidades (1998, pp. 67; 90).

A proposta deste trabalho, como já explicitado em vários momentos, é de perceber também, pela ótica dos professores e familiares, o impacto da participação dos alunos idosos em um programa educacional, que se consolidou com a pretensão de proporcionar experiências de envelhecimento saudável ao seu público-alvo.

Os familiares foram instigados a se pronunciarem sobre as mudanças percebidas, em prol da melhoria da qualidade de vida de seus idosos, quanto ao estilo de vida ou de atitudes no cotidiano, que eles atribuem à participação no Programa. Os “olhares” da família sobre o P.TIA revelaram as seguintes constatações:

Ele é uma pessoa assim mais ágil, como eu já falei anteriormente. Ele tornou-se mais ágil depois do P.TIA, assim... principalmente depois da hidroginástica, porque a água, né, faz bem pra saúde [...] Hoje ele tem muita qualidade de vida, é pessoa saudável. Ele acha (risos), que o P.TIA pra ele, foi assim, um ponto de apoio, uma coisa muito boa [...] Às vezes tá tenso, e ele chega de lá muito tranqüilo. Pra ele é muito benéfico, a gente pode observar isso em casa, eu principalmente (Entrevistada “D”, esposa de RUBI).

Bom... Ela era muito ocupada, muito nervosa. Hoje ela tá, mais solta, mais independente. E ela não fica mais preocupada por eu sair, por eu chegar e com os meninos também. Foi isso... a grande contribuição, nesse sentido (Entrevistado “E”, esposo de OPALA).

Em toda atitude dela, em cada dia dá pra perceber muito que ela se entrosa mais. [...] Todas as aulas ela leva informações, ela traz contribuições o tempo todo. Ela fica nesse troca-troca o tempo todo. É uma integração, é uma interação, assim, completa. Tanto aqui como no SESC (Entrevistada “C”, filha de AMETISTA).

O P.TIA começou assim como se fosse um trabalho pra ela. Era uma obrigação, ela tinha que ir todo dia fazer atividades no P.TIA. [...] Ela começou a fazer atividade física, que ela nunca tinha feito, ela fez depois que foi pro P.TIA. Então, foi uma mudança bem grande, depois dela tá fazendo o P.TIA (Entrevistada “B”, filha de SAFIRA).

Uma mudança muito significativa foi no sentido dela se sentir mais capaz, de descobrir outras coisas que ela podia fazer além daquele trabalho da educação dos filhos, do trabalho doméstico [...]. Nisso, ela se sentia como doadora da família. Mas aí essas mudanças que o P.TIA trouxe pra ela, foi no sentido dela ter essa visão, de que ela era muito mais capaz de fazer um trabalho mais além do que ela já fazia na família. Então ela se sentiu útil de aprender, aprender línguas. Então a mudança mais significativa foi dela acreditar mais nela, na capacidade dela. No cotidiano a gente viu que o P.TIA atribuiu esse autorizar dela aprender mais, dela ser capaz. [...]

Também as reuniões sociais que a gente fazia questão de estar presente, pela experiência da festa, porque ela era muito animada. Ela se soltou mais. Ela sempre foi muito tímida. Apesar dela aparentar na hora, mostrar o ela é capaz, ao mesmo tempo ela mostrava com muita timidez e o P.TIA fez com que ela se mostrasse mais, se abrisse mais. Ela tinha uma certa timidez em falar em público. E o P.TIA proporcionou isso pra mamãe. A dança, o teatro, ela tinha vontade de mostrar e tinha esse bloqueio da timidez. Mas o P.TIA proporcionou essa abertura pra ela. (Entrevistada “A”, filha de ESMERALDA).

Sob o ponto de vista do impacto, os familiares atribuíram ao Programa algumas mudanças perceptíveis no convívio familiar, que, nas entrelinhas da visão deles, constituem-se contribuições para a melhoria da qualidade de vida de seus idosos. O que mais se evidenciou nas falas dos familiares foi que os benefícios são melhor percebidos, em atitudes positivas em relação as suas capacidades, na vontade de adquirir novos conhecimentos e continuar a aprender e, especialmente, na preocupação dos cuidados com a saúde com vistas ao envelhecimento saudável.

A participação do idoso no Programa revelou aos familiares, a importância de outro componente significativo para o bem-estar vivenciado nessa fase da vida: a sociabilidade. Essa constatação foi autopercebida pelos entrevistados idosos, como um dos fatos mais importantes na passagem pelo P.TIA. E, na percepção da família, o Programa favoreceu, através do processo de socialização, a ampliação dos contatos sociais (muitos deles têm no P.TIA suas melhores amizades), a troca de informações e experiências e a descoberta de habilidades artísticas. São experiências vividas no Programa, que interferem na convivência familiar e contribuem para a integração social e nas relações sociais fora do núcleo familiar. Essa disponibilidade de abrir-se ao mundo interfere também, pelo olhar da família, em mudanças de humor, alívio do estresse e do estado de ânimo dessas pessoas.

Às professoras, também foi questionada a importância do P.TIA para as pessoas que frequentam suas atividades. E, ainda, se essas atividades corroboram para a melhoria da qualidade de vida e promoção do envelhecimento ativo, que, nesse contexto, “permite que as pessoas percebam o seu potencial para o bem-estar físico, social e mental ao longo do curso da vida, e que essas pessoas participem da sociedade de acordo com suas necessidades, desejos e capacidades” (WHO, 2005, p. 14). Os depoimentos a esse respeito estão relatados a seguir:

Para os idosos de uma forma geral, eu também acho que é importante esse tipo de experiência, em função do crescimento populacional dos idosos.

Para esses idosos poderem chegar a essa fase com mais dinamicidade, saúde, atividade, é fundamental haver programas para a ocupação do tempo livre que esses idosos dispõem, para atividades significativas e prazerosas. [...] É importante também, a política dar conta dessa dimensão de outras necessidades sociais, que são as necessidades de cultura, de educação, de lazer. Então, eu acho que para os idosos, esse Programa tem uma contribuição muito grande, de inseri-los no espaço de atualização cultural, de conhecimentos... Permitir esse intercâmbio com outras gerações, mesmo que seja entre alunos e professores. [...] O Programa é um daqueles que contribuem para a qualidade de vida, na medida que também melhora a *percepção dos idosos sobre essa fase da vida*, inclusive de compreender *as possibilidades de que essa fase ainda pode lhe oferecer e, que novos projetos podem ser vividos* em função do alargamento dos anos de vida (Entrevistada “F”, grifos nossos).

Com relação aos idosos também tem muita importância porque traz conhecimentos novos em relação à velhice, novas relações sociais se formam. Eles passam a *se sentirem mais capacitados*, têm descobertas novas, se preparam melhor. Então, tem uma importância muito grande. As atividades desenvolvidas contribuem sim, para a melhoria da qualidade de vida e promovem também as condições para um envelhecimento ativo. Tem disciplinas que têm a parte teórica e prática. Tanto na teoria, as informações são levadas, são discutidas, são refletidas, quanto na prática. E a gente tem ainda os eventos científicos, que fazem com que eles participem, trazendo pessoas de fora, convidados, não só da universidade, mas fora da universidade, fora do Estado, que tratam da construção do envelhecimento ativo. Nosso projeto é fundamentado na proposta da Organização Mundial da Saúde em prol do envelhecimento ativo (Entrevistada “H”, grifos nossos).

Para a pessoa idosa, eu acho que é assim de uma importância, mas muito grande, né? A gente não pode calcular o bem que as atividades do P.TIA trazem para esses idosos. A gente que acompanha, quando eles chegam, pouco depois de um mês, eles já estão participando. Eles *mudam totalmente o lado psicológico*, ficam mais animados, mais presentes, mudam totalmente. [...] Isso se percebe de imediato, com o *nível de auto-estima*. O que mais se percebe, em primeiro lugar, a auto-estima do idoso e atribuo a esse apoio, o valor, à inclusão, à relação e às atividades que eles fazem. Os professores também... se sentem muito sensíveis, cuidam muito bem do idoso. Têm uma relação afetiva, que você não percebe em outras relações em sala de aula (Entrevistada “G”, grifos nossos).

Na relação com os alunos, as professoras puderam identificar características de bem-estar psicológico, satisfação com a vida, percebidas pelo aumento da autoestima, logo no início do curso. Isso tudo se reproduz em comportamentos e maneiras de encarar a vida na velhice, diferentes dos modelos construídos e difundidos pela sociedade moderna, que se apresentam através dos preconceitos estabelecidos em função da idade e das limitações próprias do processo de envelhecimento.

Essas constatações e percepções, de familiares e professores são características facilmente identificadas nos projetos das UNATIs e referendadas pelos estudos da

gerontologia. A afirmativa de Santos e Sá (2000, p. 99) reforça estas nuances reveladas no estudo:

A oportunidade de conhecer os avanços no conhecimento do processo de envelhecimento e de ampliar sua rede de relacionamentos faz ressurgir ou reforça, nessas pessoas, atitudes relativas ao desejo de aprender, de enfrentar desafios, de novo significado e entusiasmo pela vida.

O impacto do Programa em forma de benefícios para os idosos está em consonância com os seus pressupostos de conjugar esforços para apreendê-los e compreendê-los em sua totalidade, através de atividades formativas, artístico-culturais, religiosas e esportivas.

Esse conjunto de atividades e ações enquadra-se nos fundamentos da educação permanente, desenvolvida nas UNATIs, sob um novo paradigma de velhice, através de uma pedagogia social “que prioriza a aprendizagem de habilidades, valores, atitudes relacionadas com a vida cotidiana, com as relações sociais e com elementos que podem ajudar a melhorar a participação social e a qualidade de vida” (CORTELLETTI, 2006, p. 29).

Porém, sob o prisma dos níveis de atuação, as professoras reconhecem que ainda há muitas limitações para que o P.TIA se constitua numa política social mais abrangente e mais condizente com as atuais necessidades da pessoa que envelhece. Do ponto de vista da melhoria da qualidade de vida, a professora “F” acha que suas ações respondem, mais especificamente, aos aspectos da sociabilidade e da reinserção social.

Eu vejo também, que na questão da melhoria da qualidade de vida, a contribuição é limitada, porque a qualidade de vida do idoso depende, por exemplo, de uma trajetória de vida, que muitas vezes é de trabalho, de más condições de vida, de saúde, que resultam nessa fase... Resultam e dependem da qualidade de vida, desse acesso à renda, desse acesso à saúde, desse acesso também de lazer e atração cultural.

A professora “H” também concorda com as dificuldades do Programa, enfatizando a questão do atendimento às expectativas dos alunos e à realidade do idoso no Piauí. Assim se manifestou:

Atender às expectativas deles, acho que em parte atende, porque eles são ousados, eles buscam coisas novas cada vez mais, coisas que muitas vezes a gente não tem condição de oferecer, em função das limitações tanto em infraestrutura, quanto de recursos humanos. [...] Então, há necessidade de acessibilidade. Eles não têm uma acessibilidade adequada que permita que eles cheguem ao Núcleo sem nenhum risco. A necessidade de cursos, de oficinas, treinamentos, ainda é limitada. A Universidade ainda é muito limitada em relação a isso. Se corresponde à realidade do idoso do Piauí?

Eu acho que corresponde, porque muitas atividades que a gente faz, procura atender o que eles pedem. Algumas coisas a gente cria, a gente inova. A gente está sempre levantando, fazendo pesquisas com eles, que é pra atender essas necessidades deles. Às necessidades do idoso do Piauí, não atende não, porque muitos idosos não conseguem chegar à universidade. [...] Em termos de demanda a gente não atende. Eu acho que é preciso a gente avançar mais. Muitas vezes a gente fica presa à instituição. Precisamos buscar mais parcerias, divulgar mais o Programa, temos que ousar mais. Então são algumas limitações que a gente tem, de recursos humanos, de quantidade e de qualidade e interesse dos gestores. Eu acho que também o interesse é limitado. Há mais no discurso do que na prática, embora nessa gestão, nós temos conseguido avançar um pouco, mas poderia ter avançado muito mais.

Em relação à realidade do idoso no Piauí e as suas demandas, as outras professoras entrevistadas também reconhecem as limitações do Programa, em seus depoimentos.

Há muito mais gente por aí, que tá fora do P.TIA e que não pode chegar ao P.TIA. É justamente a camada mais empobrecida. Estas pessoas não estão sendo beneficiadas pelo P.TIA e eu acredito, que é a maioria da população. Porque dentro da escala sócio-econômica, a gente vê que a base da pirâmide é que tá realmente excluída. [...] Outro fator é como fazer com que o P.TIA estendesse a essa camada mais excluída da sociedade, da comunidade. Eu acho que seria um grande desafio para própria universidade, se envolvesse mais com um projeto dela (Entrevistada “G”).

O Programa atinge um público mais seletivo, que a gente vê que, apesar dessa heterogeneidade de vida é predominantemente de pessoas de classe média. Então, nesse aspecto eu acho que o Programa atende a realidade de uma parcela dos idosos. Mas a gente sabe que grande maioria dos idosos, eles não estão nesse Programa. A grande maioria dos idosos não tem acesso a essa realidade das universidades abertas para a terceira idade. Portanto, eu acho que ele não responde ao conjunto dos idosos, levando em consideração toda a heterogeneidade (Entrevistada “F”).

Essa questão não é uma realidade exclusiva do P.TIA. As UNATIs em sua maioria não atendem a essa parcela da população. Para ilustrar, tomou-se como referência dois indicadores de condições de vida – níveis de escolaridade e de renda, que são significativos para estabelecer as diferenças entre classes nesse contexto.

No P.TIA, apesar de os dados levantados junto aos alunos em 2008 se apresentarem discriminados entre homens e mulheres, é possível identificar semelhanças com um possível perfil nacional de participantes das UNATIs. A maioria das mulheres (47%) concluiu o ensino médio, e 16% têm curso superior, contra 42% e 28%, respectivamente, entre os homens. No perfil nacional²⁵, os índices encontrados identificaram que 49% dos alunos têm escolaridade

²⁵ Perfil traçado pelo X Fórum Nacional de Coordenadores de Projetos de Terceira Idade das Instituições de Ensino Superior, realizado em 2006, pela Universidade de Caxias do Sul – RS, a partir das informações de 12% de 185 universidades abertas à terceira idade do país, consultadas pela organização do Fórum.

superior ao ensino fundamental (ensino médio incompleto a nível superior). Quanto à renda, os alunos do P.TIA estão assim distribuídos: os idosos da camada social mais pobre que recebem até um salário mínimo, são 34% entre as mulheres e apenas 11% junto aos homens. A maioria dos participantes tem rendimentos mensais de 2,1 a 5 salários mínimos – 56% dos homens e 36% das mulheres. Em nível nacional, os índices encontrados são: 23% dos idosos das UNATIs recebem até um salário mínimo, e 52% recebem entre 2 e 5 salários mínimos de renda mensal. Esses indicadores confirmam que os programas desenvolvidos nas universidades não atingem a população mais necessitada.

Entretanto, no entendimento dos sujeitos deste estudo, pode-se constatar que há consenso entre os três segmentos investigados (alunos, familiares e professoras), sobre a melhoria da qualidade de vida dos idosos, a partir de sua inserção no P.TIA e do impacto positivo no seu cotidiano.

Porém, dois aspectos foram destacados pelas professoras, como pontos de estrangulamento na condução do Programa, mas não foram relatados por nenhum dos alunos entrevistados: a proposta pedagógica utilizada na realização das atividades e o “olhar” da Universidade para o P.TIA. Provavelmente, essas evidências não passam despercebidas por eles, mas não têm a importância devida para os alunos entrevistados, ou esses aspectos não apareceram em suas manifestações, talvez porque a entrevista com eles não direcionou para essas questões. São questões importantes que poderão ser levantadas em um próximo estudo, junto aos alunos do Programa.

A proposta pedagógica de realizar um trabalho “com idosos e não para idosos”, ancorada nos pressupostos da educação permanente para pessoas adultas e idosas, presume que o ato de ensinar seja conduzido para a construção coletiva do conhecimento. Esse processo se constrói a partir do compartilhamento das experiências resultantes da interação da pessoa idosa com o mundo, com o seu cotidiano, com a sua realidade. Não se constitui uma simples transmissão unilateral de conhecimentos teóricos, como praticado nas abordagens tradicionais do ensino formal.

Na perspectiva da gerontologia educacional, enquanto “método de organização, ensino, instrução e facilitação de aprendizagem” (NERI; CACHIONE, 1999, p. 126), a metodologia privilegia o aluno idoso como sujeito de seu próprio aprendizado e apropria-se

dos seus conhecimentos para favorecer melhor a compreensão de sua realidade, no seu ritmo, atendendo assim aos seus interesses e necessidades.

É nessa direção que está a preocupação da professora “F”, que manifestou a seguinte percepção em relação à metodologia utilizada no P.TIA:

A metodologia precisa ser adaptada. Por isso, têm que ser ouvidos alguns alunos e professores mais vezes. Eu acho que são poucos espaços pra discutir as questões pedagógicas no Programa. Acho que poderia ampliar mais os poucos espaços... Eu percebi, que alguns professores têm dificuldade de criar uma metodologia adequada às necessidades dos idosos, inclusive em relação as suas limitações na aprendizagem, principalmente nessa variedade de situações escolares deles.

No seu entendimento, a mesma professora reforça que é necessário estimular a prática de uma metodologia, em que os alunos possam compreender melhor e que represente:

uma melhor expressão do que eles sentem no cotidiano, na vivência, tanto nos aspectos biológicos do envelhecimento, do social, psicológico, todas essas variedades da trajetória individual de cada um [...]. Eu percebo, que eles aprendem melhor, em função de você situar questões de vivência. Embora não seja com conhecimento teórico, mas com a troca de experiências, eles conseguem objetivar mais aquilo que eles escutam no seu cotidiano (ENTREVISTADA “F”).

A preocupação com a ausência de um modelo pedagógico próprio, para orientar a metodologia do processo educacional do Programa, é uma inquietação da professora “G”, que assim se expressou:

Eu acho, que é outra falha do P.TIA. Nós não seguimos um modelo pedagógico. Acho que cada professor segue seu modelo pedagógico [...]. Não há um projeto político pedagógico do P.TIA, em que todos os professores estejam juntos, construindo juntos. [...] Tá acontecendo um isolamento dos professores. Cada qual trabalha sua parte, mas não sabe o que o outro tá trabalhando.

A percepção da professora é de que a forma como o processo ocorre, ou seja, sem uma metodologia construída coletivamente, dificulta um maior desenvolvimento das potencialidades do aluno, ao afirmar que:

Eu acredito que o próprio aluno vai fazendo a síntese dele, né? O que ele recebe, vai selecionando o que é importante, vai ficando aquilo que é mais importante para a vida dele e assim ele segue. Mas não tem um processo assim, de uma sistematização coerente envolvendo os professores” (Entrevistada G).

A professora atribui, de alguma forma, essa ausência de uma proposta político-pedagógica a ser seguida por todos os educadores à desintegração dos professores e entende que não é apenas um problema de gestão do Programa. “Eu acompanhei tentativas de reuniões, integrando professores e representantes das turmas. Houve toda essa tentativa, mas não funcionou. [...] É o que ainda falta no P.TIA... essa integração entre professores”.

Nesta mesma direção, a entrevistada “F” se pronunciou sobre sua percepção em relação à postura dos professores no enfrentamento das limitações metodológicas:

As reuniões são esvaziadas. Os professores... não sei se acham que tão oferecendo muito em ir para a sala de aula, né? Então, mas a gente vê também, os alunos reclamarem dos professores, do modo como ensinam, às vezes até da forma... do pedantismo de alguns. Então, eu acho que pra um curso dirigido para idosos, ele tem de ser adaptada às necessidades dos idosos, não é para as necessidades dos professores. [...] Eu acho que isso ocorre em função do Programa não oferecer capacitação pra esses professores, ou da necessidade de discutir mais os aspectos metodológicos, o que é fundamental para um programa desses.

É importante esclarecer que o P.TIA apresenta, em seu projeto inicial, uma proposta metodológica, que com o passar dos anos não se constituiu, ou não se transformou, em um projeto político pedagógico que norteie as ações do Programa, a partir de uma construção coletiva entre os envolvidos. Setúbal, assim sintetizou a metodologia a ser adotada:

Os objetivos a serem colimados pelo P.TIA, têm que ser perseguidos a partir de metodologias de ação-reflexão estimuladoras de intervenções acadêmicas, que extrapolem o âmbito de respostas às situações circunstanciais emergentes. As metodologias, por sua vez, precisam ser construídas coletivamente (professores, profissionais, alunos da terceira idade e da graduação), de forma clara e objetiva, a fim de facilitar aos envolvidos a sua caminhada investigativa e a sua ação [...] uma ação propiciadora de um agir transformador [...] pela via de uma prática crítica, em constante atualização pela pesquisa crítica e rigorosa, a partir de uma ação que coloque o idoso como sujeito, autor e ator da sua história (1998, p. 20).

Na prática, faz-se necessário um maior investimento do P.TIA para a construção de um projeto político-pedagógico, que contemple estes requisitos básicos implícitos no formato metodológico sugerido, para que não incorra no erro, de trabalhar uma questão tão importante para o processo educacional a que se propõe, ancorado apenas nas experiências individuais dos professores.

A construção de uma metodologia própria requer fundamentação nos pressupostos estabelecidos no projeto inicial e na gerontologia - modelo metodológico específico para o aluno idoso, no processo de ensino-aprendizagem idealizado pela gerontologia. Implica, necessariamente, a participação dos principais atores envolvidos – o aluno e o professor, para a construção coletiva dos saberes, associando a experiência de vida e do envelhecimento do aluno, com o conhecimento teórico e científico do educador, mediante formação e capacitação nessa área do saber.

É do conhecimento da pesquisadora que alguns encaminhamentos têm sido dispensados nesta direção. Para o ingresso de professores no Programa, exige-se a apresentação, para apreciação da Coordenação, do currículo profissional e da proposta de trabalho para a atividade que pretende desenvolver, incluindo, basicamente, objetivos, metodologia e conteúdo programático. Na análise, prioriza-se a adequação da proposta aos objetivos do Programa e a importância para os idosos, considerando-se as necessidades percebidas no cotidiano, porém, sem consultá-los formalmente.

Na questão da capacitação para o trabalho com a pessoa idosa, o NUPEUTI oferece, a cada dois anos, o curso de especialização em Gerontologia Social, mas poucos professores têm se qualificado. A maioria deles colabora voluntariamente com o Programa e não tem qualquer vínculo com a UFPI. São profissionais que ingressam no P.TIA por iniciativa própria ou vindos de outras instituições e recém-graduados, muitas vezes sem condições de arcar com o ônus da capacitação. São pessoas que se aproximam do Programa por identificação com a causa do envelhecimento ou por necessidade de aprimoramento da prática profissional.

Outra situação que merece destaque nesta exposição sobre os professores do P.TIA, diz respeito ao envolvimento de docentes da UFPI. Nos últimos anos, registraram-se afastamentos importantes de colaboradores e a ausência de novos participantes. Atualmente, apenas seis professores do quadro da Universidade desenvolvem atividades no P.TIA. É um decréscimo significativo, quando comparado a uma média de quinze professores por semestre nos anos iniciais.

Neste sentido, cabem alguns questionamentos. Quais seriam as causas desse aparente desinteresse do corpo docente da UFPI, diante de um projeto de importância reconhecida por setores externos da comunidade piauiense? Reconhecido sim, porque em qualquer atividade

ou evento local, na área do envelhecimento, o NUPEUTI/P.TIA tem participação destacada. Será que o que falta ao Programa é a visibilidade acadêmica de suas ações no interior da Universidade? Ou será que a Universidade não tem valorizado o Programa, do ponto de vista da função social que sua ação extensionista representa, e por isso, os professores não se sentem estimulados?

O presente estudo não teve por objetivo responder a essas questões, mas sugere que outros trabalhos possam investigar a dinâmica do Programa, sob esse ângulo, para subsidiar o aprimoramento de suas ações e para a sua consolidação na comunidade acadêmica, em todos os níveis e áreas de ensino da Universidade, na perspectiva de dar continuidade, com melhores resultados, ao trabalho já desenvolvido ao longo de seus dez anos de atuação.

Diante dessa realidade, pressupõe-se que há necessidade de divulgar melhor os resultados já alcançados pelo Programa, na interseção das três atividades fins da Universidade. O ensino, a pesquisa e a extensão, de forma indissociável, estão presentes, em potencial, nos investimentos acadêmicos realizados pelos profissionais que colaboram com o Programa e também por estudantes da graduação e da pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e até de doutorado, que encontram no P.TIA um vasto campo de investigação científica na área do envelhecimento humano.

Presume-se, assim, que os resultados poderão ser maximizados, a partir de um maior envolvimento dos corpos docente e discente dos diversos departamentos de ensino da UFPI e, principalmente, com o apoio da Administração Superior, em termos de valorização da ação extensionista. Dessa forma, a Universidade cumprirá sua função social, frente à realidade que o fenômeno da longevidade humana representa para a sociedade contemporânea.

É preciso pensar a velhice como uma fonte inesgotável de discussão, enquanto fenômeno histórico, político, social e cultural, que se apresenta sob múltiplas facetas e que, por isso, exige um tratamento multidisciplinar.

Nesse contexto, a UFPI tem, no Programa Terceira Idade em Ação, inúmeras possibilidades de responder às demandas por melhores condições de vida da população idosa, através da interlocução da extensão com a comunidade e na realização da interface com o ensino e a pesquisa, envolvendo todos os segmentos da academia, na produção e socialização do conhecimento científico na área do envelhecimento humano.

Apesar de todos esses questionamentos, o estudo identificou, junto às professoras entrevistadas, que o P.TIA é um projeto importante para a extensão universitária da UFPI. Mesmo com as limitações aqui discutidas, tem sua importância reconhecida, expressa nas suas afirmações:

Para a Universidade tem vários significados. O Programa tem uma importância muito grande do ponto de vista político para o Estado do Piauí e uma contribuição para a Universidade, em relação às políticas públicas. O Programa traz essa contribuição para a formação acadêmica dos estudantes, tanto do ponto de vista da extensão, quanto da pesquisa e até mesmo na própria graduação, onde os estudantes começam a relação com o envelhecimento, aprendendo sobre o envelhecimento, sobre o idoso, a partir do momento que ele começa academicamente, despertando para as pesquisas, para entender com profundidade o envelhecimento, no sentido de que desperta neles a curiosidade de pesquisar (Entrevistada “H”).

Olha, eu acho que para a Universidade é importante, porque com o P.TIA, ela cumpre a sua função que é ensino, pesquisa e extensão. Então, a Universidade deve oferecer pra comunidade em geral e, também, nesse caso específico, para esse segmento dos idosos. Mas como essa experiência, deve oferecer outras experiências de extensão para a sociedade. [...] Além também, de o P.TIA se constituir espaço por excelência de pesquisa e ensino, que conjuga essas três dimensões fundamentais da Universidade. [...] Discute questões bem contemporâneas do envelhecimento, fornece instrumentos para os alunos compreenderem melhor o seu processo de envelhecimento, se situar melhor na sociedade, na luta pelos seus direitos. Eu acho que o Programa atinge esse aspecto, da coligação cultural, através da educação, do conhecimento (Entrevistada “F”).

A universidade está prestando um serviço. Agora, eu não sei se a universidade, como um todo, está atenta para a participação no P.TIA, ou talvez vendo, a importância que um programa desse, tem para a sociedade teresinense (Entrevistada “G”).

É, portanto, perceptível, a gama de trabalhos que podem ser desenvolvidos na área do envelhecimento na UFPI. O Programa Terceira Idade em Ação é um espaço acadêmico plural, de articulação e intervenção social da Universidade Federal do Piauí na sociedade piauiense. Por se constituir campo de ação para as três áreas fins da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão, é um território em potencial para experiências acadêmicas em estágios curriculares e extracurriculares, bolsas de extensão e de trabalho e, principalmente, para a pesquisa científica e produção do conhecimento.

Apesar de suas limitações já explícitas neste trabalho, o P.TIA tem se constituído uma referência dentro e fora da universidade, do ponto de vista dos subsídios aos estudos investigativos na graduação e na pós-graduação e à formação acadêmica de universitários,

além da contribuição para a formação e qualificação de profissionais das diversas áreas do conhecimento, na área do envelhecimento humano.

Enquanto ação extensionista, o Programa já realizou atividades para a população idosa em outros municípios do interior do Estado do Piauí, através do Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT), da Secretaria de Ensino Superior (SESU), do Ministério da Educação, nos anos de 2004, 2005 e 2006. Os projetos “Educação em Saúde e Cidadania da Pessoa Idosa”, “Ações de Educação no Envelhecer” e “Nutrição no Envelhecer”, vinculados ao PROEXT, levaram, ao interior do Estado, cursos de extensão para pessoas idosas e profissionais do Programa Saúde da Família. O objetivo dos projetos foi expandir, em pequena escala, as ações educativas do P.TIA para outros *campi* da UFPI: o *Campus* Ministro Reis Velloso, em Parnaíba, e o *Campus* Senador Helvídio Nunes, na cidade de Picos.

Pelos resultados positivos alcançados nesses dois municípios, em 2006, último ano dos projetos, os cursos de extensão foram ministrados na cidade de Oeiras, além de seminários e palestras nos municípios de São João do Piauí, União, Lagoa Alegre, Palmeirais, Ipiranga e Demerval Lobão. Em todos esses municípios, a Universidade contou com a parceria das Secretarias Municipais de Saúde e a Secretaria de Saúde do Estado do Piauí.

A realização dos projetos no interior do Estado permitiu ao P.TIA contribuir para a construção de um envelhecimento digno e com melhor qualidade de vida no Piauí, assumindo o seu papel nesta fundamental tarefa de trabalhar a educação não só para a pessoa idosa, mas também na perspectiva de preparar a sociedade como um todo, para a mudança de mentalidade em relação ao processo de envelhecimento e à pessoa idosa, objetivando a promoção da saúde, o resgate da cidadania e sua inserção na sociedade.

Na conjuntura atual, diante dos obstáculos impostos pela sociedade, que estigmatizam a pessoa idosa, colocando-a em processo de exclusão, é importante garantir-lhe condições necessárias para viver a conquista da longevidade de forma digna e satisfatória. As ações de educação são, portanto, o caminho para vencer os desafios e alcançar uma longevidade saudável e cidadã. A participação dos idosos nos programas das universidades abertas à terceira idade desperta neles a consciência de que é possível a experiência do envelhecimento bem-sucedido.

Neste sentido, as questões que nortearam este estudo, com o objetivo de investigar o impacto que o P.TIA desempenha no cotidiano de seus participantes, em prol da melhoria da qualidade de vida, foram respondidas a partir das constatações evidenciadas nas falas dos sujeitos investigados.

As contribuições do Programa para o cotidiano da pessoa idosa, no sentido do estímulo às mudanças no estilo de vida, foram identificadas nos depoimentos que se referiram aos conhecimentos adquiridos através das informações recebidas nas disciplinas. A abordagem de conhecimentos novos e a troca de experiências foram, segundo os entrevistados, de fundamental importância para melhorar as condições de saúde, favorecendo a adoção de novas atitudes, principalmente em relação à alimentação e à prática de atividades físicas, para melhoria da qualidade de vida.

Os depoimentos dos sujeitos evidenciaram que o P.TIA é reconhecido como um espaço propício para a ocupação do tempo livre; para o cultivo de novas amizades e novas formas de comunicação e sociabilidade; para o desenvolvimento de habilidades e potencialidades, sempre na perspectiva de se manterem em atividade. A qualidade de vida proporcionada pelas atividades do Programa é traduzida no reconhecimento de atitudes de satisfação com a vida, competência social, produtividade e saúde física e mental.

Na avaliação de impacto, modelo utilizado neste estudo, foi possível perceber a relação de causa-efeito entre os resultados encontrados e a participação dos idosos no Programa. Sempre que se referiram ao P.TIA, foi no entendimento de que as contribuições foram importantes, para vivenciarem com mais qualidade de vida, o processo de envelhecimento.

A participação no Programa, aliada às boas condições de vida dos sujeitos estudados, refletem dimensões próprias de bem-estar na velhice, traduzidas em sentimentos de autoaceitação, autonomia, liberdade e satisfação com a própria vida, que lhes conferem dignidade e cidadania.

As evidências encontradas nas falas dos sujeitos sobre o P.TIA respaldam os argumentos encontrados na literatura gerontológica sobre a prática educacional desenvolvida nas universidades abertas à terceira idade. Esses programas favorecem, às pessoas idosas,

possibilidades de adaptação social às novas formas de enfrentar os desafios impostos pela sociedade às pessoas em processo de envelhecimento.

O processo de educação permanente das UNATIs, e em particular, do Programa Terceira Idade em Ação, proporciona aos idosos possibilidades de abertura para a vida e para o mundo. É um processo que favorece aos idosos ser os próprios agentes das transformações sociais que o fenômeno do envelhecimento exige, para que a velhice possa ser percebida como oportunidade de realização pessoal e coletiva de novos projetos de vida, na perspectiva de ser humano integral e inacabado, na sua dimensão existencial de “ser”.



CONCLUSÕES

A educação, como aperfeiçoamento integral e integrado do ser humano que envelhece, deve ter uma ação que promova a aquisição de condutas, atitudes e sentimentos, para gerar capacidade de autonomia na aprendizagem; despertar motivações para o aprender, estimulando o gosto e as bases para a aprendizagem ao longo da vida; o aprender a conhecer, visando à melhoria da qualidade de vida e à promoção do sujeito que envelhece.

Isabel Marrachinho Toni

A velhice, no contexto da sociedade industrial capitalista e redimensionada a partir do envelhecimento populacional, constitui-se atualmente um desafio para o Estado, para a sociedade e para a família. Enquanto fenômeno social com múltiplas dimensões, a velhice passou a ser vista pela sociedade como um fenômeno social de difícil resolução, tornando-se, inclusive, um dos maiores problemas da denominada questão social. Pelos múltiplos desdobramentos socioeconômicos, políticos e sociais presentes no seu entorno, ganhou visibilidade social e despertou a atenção por melhores condições de vida para as pessoas em processo de envelhecimento.

A sociedade contemporânea, movida por interesses capitalistas, caracteriza-se por um movimento de mudanças e transformações, tanto nas estruturas sociopolíticas, econômicas e culturais, quanto nas relações que se travam no seu interior. O processo de modernização desencadeado pela globalização e pelo avanço tecnológico, permeado por interferências de ordem política, econômica e social, impõe aos indivíduos, de maneira geral e aos idosos em particular, a necessidade de atualização permanente.

Nesse cenário, tornou-se necessária a adoção de políticas públicas com a participação da sociedade civil, que respondam às necessidades desse importante segmento populacional. Entre as necessidades evidenciadas nas diversas áreas, assumiu papel importante a questão da educação. A educação para esse público é direcionada para o aperfeiçoamento do indivíduo, voltada para a atualização de conhecimentos e preservação do potencial, visando a seu desenvolvimento integral.

Nesse contexto, a sociedade está cada vez mais dependente do conhecimento e o acesso à informação torna-se mais diversificado. Exige que os processos educacionais assumam o caráter permanente e contínuo, sob o propósito de permitirem que o indivíduo possa aprender durante toda a vida. A educação, nessa perspectiva, sugere a satisfação das necessidades do homem, no contexto da sociedade em transformação.

No Brasil, a partir da década de oitenta, algumas alternativas foram propostas pelo Estado e pela sociedade civil, como forma de enfrentamento dessa necessidade junto à população de mais idade, tais como: clubes de terceira idade, grupos de convivência, organizações não governamentais e universidades abertas à terceira idade.

As UNATIs apresentaram programas que visavam ao redimensionamento do universo social do idoso, onde a ocupação do seu tempo com práticas educativas possibilitaria um maior desenvolvimento intelectual, social e físico, além da convivência e da participação social do idoso, na perspectiva da educação como a alternativa mais viável para a solução dos problemas decorrentes do envelhecimento.

Essa realidade exige que os modelos tradicionais de transmissão do conhecimento, baseados apenas nos atos de “ensinar” e “aprender”, sejam substituídos por um processo de construção coletiva, pelos atores envolvidos – professores e alunos.

No caso dos projetos educacionais dirigidos ao público adulto e idoso, o principal elemento nessa construção é a valorização de suas experiências de vida, para a interpretação e transformação da realidade, imprimindo novos significados ao seu dia-a-dia, na relação com o mundo, a partir de sua história de vida. Nesse sentido, ensinar significa “proporcionar condições para que a aprendizagem seja produto de um processo de construção do conhecimento que o aprendiz realiza na interação com o mundo dos objetos e do social” (VALENTE, 2001, p. 29).

A educação sob esses novos parâmetros está centrada no indivíduo, enquanto ser social e integral, em evolução, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade melhor, mais igualitária e mais justa. É um ato crítico, político e social, essencial para o desenvolvimento humano e da sociedade em transformação.

Ao apropriar-se dos saberes e experiências dos idosos, a educação cumpre o papel de proporcionar a abertura para o mundo e para a vida, de sujeitos historicamente postos à

margem da sociedade moderna. Proporciona o redimensionamento de sua função social, de suas trajetórias de vida, com possibilidades de compartilhar os seus saberes para a sua e para as demais gerações, na perspectiva de viver com mais qualidade e dignidade a última fase do ciclo vital. É a educação para a cidadania.

Na epígrafe em destaque na abertura desta seção, a autora atribui à educação o *aperfeiçoamento integral e integrado* do sujeito que envelhece. Entender a pessoa idosa sob a dimensão integral, significa contextualizá-la sob as diversas formas de envelhecer. Significa entender as múltiplas expressões de velhices, a partir da reflexão crítica de realidades distintas e diversificadas. Apesar de o envelhecimento ser um processo natural da vida humana, cada pessoa envelhece de diferentes formas. A velhice é uma categoria construída, é uma construção histórica e social, sujeita a limites e possibilidades, conforme as condições do contexto em que o indivíduo está inserido.

Apreender e compreender o ser integralmente, pelas vias da educação, pressupõe que o seu desenvolvimento pessoal está intimamente ligado à descoberta, ao estímulo e valorização de suas capacidades, habilidades e potencialidades, advindas desse contexto plural e ao mesmo tempo das singularidades de cada indivíduo.

São possibilidades que propiciam, através de uma metodologia própria, a transformação de hábitos e comportamentos antigos do seu cotidiano, em atitudes saudáveis e promotoras de qualidade de vida, gerando autonomia no processo de aprendizagem. Essa visão inovadora da educação, presente nos projetos de educação das UNATIs, indica, segundo Stano (2001, pp. 158; 163, que “à educação cabe o papel de propiciar aos idosos a oportunidade e o local para o desvelamento de suas condições [...] e contribuir para a redefinição do projeto de vida de homens e mulheres velhos”.

O aluno participante desses projetos constitui-se um novo sujeito - um cidadão que se constrói na sua própria trajetória, na reflexão crítica da realidade e na prática participativa que a transforma cotidianamente. Isso é possibilitado através de uma proposta pedagógica, em que as mudanças tenham o significado de construção e que possam gerar novas representações sociais da velhice.

Os resultados encontrados no estudo realizado respaldam essas reflexões sobre o fazer educacional com pessoas em processo de envelhecimento desenvolvido no Programa Terceira

Idade em Ação. É um Programa que foi referenciado pelos sujeitos investigados, como um espaço promotor de qualidade de vida, em diferentes variáveis, que se justapõem em um mesmo objetivo: o envelhecimento saudável, participativo e cidadão.

No processo investigativo, as questões de pesquisa foram levantadas na perspectiva de identificar a relação de causa-efeito, da melhoria da qualidade de vida associada à participação dos sujeitos nas atividades do Programa. Do ponto de vista do impacto promovido e dos reflexos que as mudanças promoveram no seu cotidiano, os questionamentos para a avaliação fundaram-se em alguns indicadores de qualidade de vida: estilo de vida; percepção do envelhecimento e da velhice, relações familiares e sociais, participação social e cidadania.

Foi possível associar qualidade de vida aos impactos do P.TIA no cotidiano dos sujeitos, em expressões que o revelaram, como um espaço que favorece o estabelecimento de novas formas de sociabilidade e de participação social; a elevação da autoestima e a ocupação do tempo livre.

O desenvolvimento de habilidades e potencialidades e a aquisição de conhecimentos específicos sobre o processo de envelhecimento possibilitaram aos idosos investigados estímulos às mudanças de estilo de vida, com vistas à promoção de saúde e à participação social. O envelhecimento saudável e participativo são características do envelhecimento ativo, apregoado por organismos internacionais e pelos *experts* da gerontologia, como condição para uma velhice digna e cidadã.

Tudo isso se traduziu na constatação de que as atividades desenvolvidas no Programa se reverteram, na percepção de alunos, familiares e professores investigados, em bem-estar subjetivo, que se concretiza em atitudes positivas em relação à velhice. As contribuições do Programa são percebidas e traduzidas em atitudes de satisfação com a vida, aumento da autoestima, autonomia, liberdade, atividade e produtividade, além de saúde física e mental, fatores preditores de qualidade de vida, importantes para o processo de envelhecimento.

No entanto, é preciso contextualizar esses resultados positivos. Presume-se que não é só a participação na universidade, a principal causa de envelhecer bem. É preciso colocar em evidência que outros aspectos característicos do perfil da maioria dos alunos do P.TIA, identificados nos sujeitos investigados, também contribuem para uma melhor qualidade de

vidas dos seus participantes: nível socioeconômico; escolaridade; acesso a outras políticas públicas; estado geral de saúde; condições de moradia; bom convívio familiar e social e participação em outros grupos ou atividades, entre outros.

Os sujeitos da pesquisa são pessoas que, por essas características, gozam de um envelhecimento diferenciado, ao contrário dos idosos que enfrentam as adversidades de uma sociedade desigual. No P.TIA, a camada social menos privilegiada e, portanto, mais carente de políticas públicas de atenção e proteção, está representada por 34% das mulheres e 11% dos homens, que, entre outros indicadores dessa condição, têm rendimentos de até um salário mínimo.

Portanto, atuar para a promoção de um envelhecimento bem-sucedido para um público seletivo, que já experimenta algumas condições de vida satisfatórias, torna o processo educativo mais promissor de bons resultados. Nesse sentido, apesar de os resultados terem apontado um impacto positivo do P.TIA no cotidiano dos participantes que compuseram a amostra da pesquisa, reconhece-se que ainda há obstáculos a transpor para que, de fato, o Programa se constitua uma política de inclusão social mais abrangente.

Nessa perspectiva, um aspecto a investir no Programa para otimizar e expandir suas ações para as classes mais populares é a questão da formação e capacitação de multiplicadores. Exemplos como o do sujeito identificado na pesquisa como DIAMANTE ainda são raros entre os participantes do P.TIA. Esta, no entanto, não é uma realidade de configuração apenas local. Estudos sobre a temática têm mostrado essa preocupação em outras UNATIs.

A sugestão nessa direção é de que haja mais empenho da equipe de coordenação, dos professores, dos próprios alunos e, principalmente, o apoio da Universidade, enquanto instituição social responsável pela democratização do ensino como um direito de todos, em identificar e formar multiplicadores, para atuarem junto aos idosos desassistidos de políticas educacionais.

Para isso, é necessário investir também na formação política desses alunos, no sentido de despertar a consciência da construção coletiva da cidadania. Com base nos resultados do estudo e nas constatações da pesquisadora em sua trajetória de atuação no Programa, essas questões precisam ser melhor trabalhadas junto aos alunos. A visão que têm dos seus direitos é muito superficial e não tem a dimensão da coletividade. Dessa forma, não há no interior do

Programa um movimento de luta permanente pela construção da cidadania, como objetiva o P.TIA desde sua institucionalização.

A Universidade tem na extensão o instrumento viabilizador de sua função social, através da socialização do conhecimento, produzido pelo ensino e pela pesquisa, refletindo a indissociabilidade de suas funções acadêmicas. O estudo revelou, nas falas das professoras entrevistadas, que o P.TIA é um programa importante para a política de extensão da UFPI, na medida em que contribui para a formação acadêmica e profissional de estudantes da graduação e pós-graduação, que se aproximam do P.TIA para aprofundamento dos conhecimentos sobre o envelhecimento humano.

A ação extensionista no P.TIA é uma ferramenta fundamental, para publicizar e socializar os conhecimentos e experiências empreendidas em favor do envelhecimento saudável e ativo e da melhoria da qualidade de vida das pessoas que envelhecem. É na relação da Universidade com as comunidades, que a extensão a credencia como uma instituição social comprometida com as necessidades da sociedade contemporânea. A aproximação do P.TIA, com as camadas mais populares da população idosa é função da extensão universitária, para a viabilidade do atendimento das demandas por educação e inclusão social desse segmento social, junto à Universidade.

Viabilizar a otimização e ampliação das ações do P.TIA é uma necessidade que requer o apoio e o compromisso da UFPI, na melhoria e adaptação da infraestrutura física que abriga o Programa e no estímulo à participação da comunidade acadêmica em todos os níveis e nas diversas áreas do conhecimento. O envelhecimento pela sua complexidade exige um olhar multidisciplinar, que a Universidade, sob a ação de suas atividades fins e pela qualificação do seu corpo docente, tem a competência de responder.

Ao P.TIA compete a incumbência e a responsabilidade de trabalhar pela construção de um projeto político-pedagógico, que possibilite a adoção de uma metodologia própria para o processo de ensino-aprendizagem, voltada para o estudo do idoso em situação pedagógica, com base na gerontologia educacional. Os princípios norteadores desse modelo pedagógico estão implícitos nos passos metodológicos traçados em seu projeto inicial.

No entanto, para sua concretização, o projeto político-pedagógico requer a participação dos principais atores envolvidos – o aluno e o professor. É a experiência de vida

e do processo de envelhecimento do aluno, que vai identificar suas necessidades e interesses, que refletirão na oferta de atividades que atendam aos anseios e expectativas do público-alvo, de acordo com o contexto sociopolítico e cultural onde está inserido. Orientará a postura dos educadores, na interlocução entre o saber vivido e construído na experiência de vida, com o conhecimento científico da academia, respaldado pelos estudos da ciência do envelhecimento - a gerontologia e áreas afins.

Dessa forma, o projeto político pedagógico construído coletivamente favorecerá uma maior integração entre os envolvidos, num processo conjunto de construção do saber, que fuja aos padrões educacionais convencionais: "*o professor ensina*" e "*o aluno aprende*". Processar-se-á assim uma metodologia coparticipante, um intercâmbio de saberes e experiências que possibilitarão à pessoa idosa, a adoção de uma postura crítica, reflexiva e transformadora do mundo onde está inserido.

O projeto político-pedagógico do P.TIA precisa ser construído para balizar a sua experiência como um programa efetivamente comprometido com a causa da educação para a população idosa do Piauí. O Programa constitui-se uma política extensionista de inclusão social e de educação permanente, que se propõe a trabalhar “com idosos”, a partir de uma *práxis* pedagógica que prioriza a troca de experiências entre os diversos atores envolvidos. É importante que o seu agir transformador contemple o protagonismo da pessoa idosa, na perspectiva da participação, autonomia e integração social, como um espaço público de (re)inserção social e de exercício da cidadania da pessoa idosa.

Estas são as considerações que no entendimento da pesquisadora, corroboradas pelos resultados deste trabalho, são importantes para subsidiar novos estudos, que tenham como finalidade o aprimoramento das ações do P.TIA, na perspectiva de que se revertam na consolidação como uma política pública de educação para a pessoa idosa do Estado do Piauí. Suas ações precisam avançar e extrapolar os muros da Universidade, enquanto atividade extensionista de excelência na área educacional.

O estudo revelou que, na concepção dos sujeitos investigados - alunos, familiares e professores, o P.TIA atende às expectativas de seus participantes, no sentido de realizar um trabalho de construção coletiva de conhecimentos sobre o envelhecimento e a adoção de uma postura crítica frente a sua realidade concreta, que são seus objetivos precípuos. A realização

de atividades culturais, artísticas, recreativas, esportivas e religiosas permite o estreitamento dos laços de amizade e o desenvolvimento da sociabilidade intrageracional.

Constitui-se, assim, um espaço de aprendizagem significativa, cujos conhecimentos são construídos pelo próprio aluno, na sua relação com o contexto histórico-social do seu cotidiano e na transformação do conhecimento prévio adquirido pela experiência de vida, associado ao saber científico do educador.

Nessa construção é preciso despertar a consciência coletiva do fazer político no cotidiano de seus participantes, através do estímulo à luta pelos direitos da pessoa idosa do Estado do Piauí. Essa luta só pode ser empreendida se houver organização política que possibilite a participação dos idosos nos conselhos representativos da categoria, nos movimentos sociais e nos espaços de construção e difusão dos conhecimentos relacionados às temáticas da área do envelhecimento.

A luta por essa causa deve ser interiorizada e abraçada por todas as pessoas imbuídas do compromisso de trabalhar pela melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas, de todas as classes e camadas sociais. É um empreendimento educacional que perpassa pelo apoio institucional da Universidade, através da ação educativa de todos os agentes do Programa Terceira Idade em Ação.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: _____. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson, Learning, 2004.
- ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo da avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo. (Org.) **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3 ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001.
- BARROS, M. L. de. Velhice na contemporaneidade. In: PEIXOTO, C. E. (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BARROSO, A. E. S. Envelhecendo num contexto desfavorável: desafios enfrentados por idosos e pesquisadores no nosso tempo, na nossa sociedade. In: CÔRTE, B.; MERCADANTE, E. F.; ARCURI, I. G. (Orgs.). **Envelhecimento e velhice: um guia para a vida**. São Paulo: Vetor, 2006.
- BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BELLONI, I.; MAGALHÃES, H de; SOUSA, L. C. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOTH, A. Escola e currículo: uma pedagogia da qualidade de vida e da velhice ativa. In: CASARA, M. B.; CORTELLETTI, I. A.; BOTH, A.(Org.). **Educação e envelhecimento humano**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.
- BOTH, A., PORTELLA, M. R. Gerontogogia: uma proposta socioeducativa para idosos. In: BOTH, A., BARBOSA, M. H. S., BENINCÁ, C. R. S. (Orgs.). **Envelhecimento humano: múltiplos olhares**. Passo Fundo: UPF, 2003.
- BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. Ed. Brasiliense. São Paulo: 2005.
- BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- _____. Lei Nº 8.842. **Política Nacional do Idoso**. Brasília: 1994.
- _____. Lei Nº 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1996.
- _____. LEI No 10.172. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: 2001.
- _____. Lei nº 10.741. **Estatuto do Idoso**. Brasília: 2003.

BRUNO, M. R. P. Cidadania não tem idade. In: Serviço Social & Sociedade. **Velhice e envelhecimento**. n. 75. São Paulo: 2003.

CACHIONE, M. **Envelhecimento bem-sucedido e participação numa universidade para a terceira idade**: a experiência dos alunos da Universidade São Francisco. Campinas, SP: [s.n.], 1998.

_____. Universidade da terceira idade: das origens à experiência brasileira. In: NERI, A. L.; DEBERT, G. G (Orgs.). **Velhice e sociedade**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

_____. **Quem educa os idosos?**: um estudo sobre professores de universidades de terceira idade. Campinas: Editora Alínea, 2003.

CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. **Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina**. Texto para Discussão nº 1292. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1292.pdf>. Acessado em: 12.11.2008.

CARDOSO JÚNIOR, J. C.; JACCOUD, L. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, Luciana. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

CARVALHO, M. do C. B. de. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. de. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CELICH, K. L. S. **Domínios de qualidade de vida e capacidade para a tomada de decisão em idosos participantes de grupos de terceira idade**. Porto Alegre: PUCRS, 2008. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php>. Acessado em 22.05.2009.

CERQUEIRA FILHO, G. . **A questão social no Brasil**: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

COHN, A. A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In: MOTA, C. (Org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000.

CORTELLETTI, I. A. Universidade: sua função social na promoção da velhice. In: CASARA, M. B.; CORTELLETTI, I. A.; BOTH, A.(Orgs.). **Educação e envelhecimento humano**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2006.

CORTELLETTI, I. A.; CASARA, M. B.; Projeto pedagógico como fator educativo de promoção para bem-envelhecer. In: CASARA, M. B.; CORTELLETTI, I. A.; BOTH, A. (Orgs.). **Educação e envelhecimento humano**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.

COSTA, G. A. **Tríplice visão do envelhecimento**: longevidade, qualidade de vida e aspectos biopsicossociais da velhice. Uberlândia, 2003. Disponível em: <http://www.afrid.faei.ufu.br/producoes_cientificas/artigo-19/completo.pdf>. Acessado em: 22.04.2008.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2004.

FALEIROS, V. de P. Cidadania: os idosos e a garantia de seus direitos. In: NERI, A. L. (org.) **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Fundação Editora Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade**: um projeto em parceria. São Paulo: Edições Loyola, 1991. Disponível em: <http://books.google.com.br>. Acessado em: 10.03.09.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, S. A. Envelhecimento bem-sucedido e bem-estar psicológico. In: NERI, A. L.; FREIRE, S.A. (Orgs). **E por falar em boa velhice**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

GOLDMAN, S. N. Universidade para a terceira idade: uma lição de cidadania. In: **Textos sobre Envelhecimento**. v.3. n.5. UERJ, UnATI. Rio de Janeiro: 2001. Disponível em: <<http://www.unati.uerj.br/tse/scielo.php>>. Acessado em 02.10.2006.

GUIMARÃES, S. de J. O serviço social na contemporaneidade: enfrentando as desigualdades, injustiças e as várias formas de expressão da questão social. In: **Serviço Social e Contemporaneidade**: Revista do Departamento de Serviço Social/Universidade Federal do Piauí, V.2, nº3. Teresina: EDUFPI, 2005.

HADDAD, E. G. de M. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

HERÉDIA, V. B. M. A família, a educação e o envelhecimento humano: desafios para a sociedade. In: CASARA, M. B.; CORTELLETTI, I. A.; BOTH, A. (Orgs.). **Educação e envelhecimento humano**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.

HERÉDIA, V. B. M.; CASARA, M. B. ; CORTELLETTI, I. A. Impactos da longevidade na família multigeracional. In: **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. UnATI/UERJ. Rio de Janeiro: v.10, n.1, 2007.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis**. ABEPSS. 2 ed. Brasília, n.3, 2004.

IANNI, O. **A idéia do Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**, 2000.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005-2006 (PNAD) 2006**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home> > Acessado em 28.11.2007.

JORDÃO NETTO, A. Universidade aberta para a maturidade: avaliação crítica de uma avançada proposta educacional e social. In: KACHAR, V. (Org.). **Longevidade: um novo desafio para a educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, M. P. Reformas paradigmáticas na velhice do século XXI. In: KACHAR, V. (org.). **Longevidade: um novo desafio para a educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

LUCA, M. M. B. L. de. Identidades sociais em produção e envelhecimento: um estudo de caso. In: VON SIMSON, O. R. de M.; NERI, A. L.; CACHIONE, M. (Orgs.). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

MINAYO, M. C. De S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, M. A. **Aprendizagem significativa crítica**. Porto Alegre: [s.n.], [2000?]. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~moreira/apsigcritport.pdf>. Acessado em 10.06.2009.

MOTTA, A. B. da. Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. In: PEIXOTO, C. E. (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NASCIMENTO, M. C. R. do *et al.* Qualidade de vida na terceira idade. In: PAZ, S. F. *et al.* (Orgs.). **Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia?** Rio de Janeiro: CBCISS; ANG/ Seção Rio de Janeiro, 2000.

NERI, A. L. **Qualidade de vida e idade madura**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

_____. **Psicologia do envelhecimento**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007.

NERI, A. L.; CACHIONE, M. Velhice bem-sucedida e educação. In: NERI, A. L.; DEBERT, G. G.(Orgs.). **Velhice e Sociedade**. Campinas, SP: Papirus, 1999.

NUNES, A. T. G. L. Serviço social e universidade de terceira idade: uma proposta de participação social e cidadania para os idosos. In: **Textos sobre Envelhecimento**. v. 3, nº 5. Rio de Janeiro: UnATI-UERJ, 2001. Disponível em: <<http://www.redadultosmayores.com.ar/buscador/files/BRASI004.pdf>>. Acessado em 02.10.2006.

PAZ, S. F. *et al.* (Orgs.). **Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia?** Rio de Janeiro: CBCISS; ANG/ Seção Rio de Janeiro, 2000.

PEIXOTO, C. E. De volta às aulas ou como ser estudante aos 60 anos. In: VERAS, R. **Terceira idade: desafios para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Unati, 1997.

_____. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: _____. **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PLANO DE AÇÃO INTERNACIONAL PARA O ENVELHECIMENTO 2002.

Organização das Nações Unidas. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2003. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/cndi/idoso1.pdf>>. Acessado em 15.12.2008.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Brasília, 2004.

RAMOS, P. R. B. **Fundamentos constitucionais do direito à velhice**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002.

REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Resolução nº 45/99 – CONSUN de 16.12.1999. Disponível em

<http://www.ufpi.br/downloads/estatutos_e_regimentos/regimento_geral_ufpi.pdf>. Acessado em 13.07.2008.

ROCHE, C. **Avaliação de impacto dos trabalhos em ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças**. 2ª ed.. São Paulo: Cortez; ABONG; OXFORD, Inglaterra: OXFAM, 2002.

RODRIGUES, N. C.; TERRA, N. L. **Gerontologia social para leigos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

SANTOS, S. S. C. Gerontologia e os pressupostos de Edgar Morin. In: **Textos sobre Envelhecimento**. v.6, n.2. Rio de Janeiro: UERJ, UnATI, 2003. Disponível em: <<http://www.unati.uerj.br/tse/scielo.php>>. Acessado em: 12.12.2006.

SANTOS, A. T. dos; SÁ, M. A. A. dos S. De volta às aulas: ensino e aprendizagem na terceira idade. In: NERI, A. L.; FREIRE, S. A. **E por falar em boa velhice**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

SARTI, C. A. A velhice na família atual. In: **Acta Paulista de Enfermagem**. São Paulo: v.14, n.2, 2001. Disponível em: <http://www.unifesp.br/denf/acta/2001/14_2/pdf/art10.pdf>. Acessado em: 25.03.2009.

SCHONS, C. R.; PALMA, L. T. S. (Orgs.). **Conversando com Nara Costa Rodrigues sobre gerontologia social**. 2ª ed.. Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo, 2000.

SETÚBAL, A. A. **Programa Terceira Idade em Ação – P.TIA: projeto para implantação do Programa Terceira Idade em Ação da Universidade Federal do Piauí**. Teresina: UFPI, 1998.

SILVA e SILVA, M. O. da (Org.). Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: _____. **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria & prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

SILVA, M. do R. de F. e. A revitalização do local como espaço de constituição de uma nova noção de cidadania. In: BAPTISTA, Dulce (Org.) **Cidadania e subjetividade**: novos contornos e múltiplos sujeitos. São Paulo: Ed. Imaginário, 1997.

STANO, R. de C. M. T. Espaço escolar: um tempo de ser-na-velhice. CASARA, M. B.; CORTELLETTI, I. A.; BOTH, A.(Org.). **Educação e envelhecimento humano**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TELLES, V. da S. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: 1994.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALENTE, J. A. Aprendizagem continuada ao longo da vida: o exemplo da terceira idade. In: KACHAR, V. (Org.). **Longevidade**: um novo desafio para a educação. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

VON SIMSON, O. R. de M.; NERI, A. L.; CACHIONE, M. (Orgs.). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

WHO. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan Americana de Saúde, 2005. Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf>. Acessado em: 15.12.2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Você precisa decidir se quer participar ou não. Por favor, não se apresse em tomar a decisão. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tiver. Este estudo está sendo conduzido por **EDILEUSA MARIA GALVÃO FIGUERÊDO**. Após ser **esclarecido(a)** sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí pelo telefone 3215-5437.

ESCLARECIMENTOS SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: **“O impacto do Programa Terceira Idade em Ação – P.TIA da Universidade Federal do Piauí, no cotidiano de seus participantes: uma avaliação a partir do olhar dos sujeitos envolvidos”**

Pesquisador Responsável: EDILEUSA MARIA GALVÃO FIGUERÊDO
Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): (86) 8818-8837 / (86) 3215-5933

◆ O objetivo da pesquisa é investigar o impacto do P.TIA no cotidiano de seus participantes quanto às mudanças no estilo de vida, comportamentos e atitudes em relação ao processo de envelhecimento, visando avaliar o nível de contribuição do Programa para um envelhecimento com qualidade de vida, otimização das relações familiares e inserção social da pessoa idosa. O estudo será realizado à luz da avaliação de impacto – modelo avaliativo utilizado para aferir os efeitos ou impactos de uma determinada política ou programa social sobre a população beneficiária de suas ações. As entrevistas serão realizadas no domicílio dos participantes ou na sede do P.TIA, conforme conveniência dos participantes. As entrevistas serão gravadas e poderão ser fotografadas e o que você disser será registrado para posterior estudo sobre a mesma temática.

◆ Os benefícios decorrentes de sua participação serão refletidos em melhorias no atendimento às expectativas dos alunos do P.TIA e em sua relação com os familiares destes, em consonância com os objetivos do Programa.

◆ Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso ao profissional responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é EDILEUSA MARIA GALVÃO FIGUERÊDO que pode ser encontrado no endereço Anexo 1 da Pró-Reitoria de Extensão, Campus Ministro Petrônio Portella, da Universidade Federal do Piauí, telefone(s) 3215-5809 / 3215-5933 / 8818-8837. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a

ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Piauí, *Campus Ministro Petrônio Portella, telefone 3215-5837.*

♦ Garantia de sigilo: Se você concordar em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. A menos que requerido por lei ou por sua solicitação, somente o pesquisador, o orientador e a equipe do estudo terão acesso a suas informações para verificar as informações do estudo.

♦ O período de sua participação vai de outubro a novembro de 2008, porém você tem direito de retirar o **consentimento** a qualquer tempo.

♦ Nome e Assinatura do pesquisador _____

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG _____, CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo **“O impacto do Programa Terceira Idade em Ação – P.TIA da Universidade Federal do Piauí, no cotidiano de seus participantes: uma avaliação a partir do olhar dos sujeitos envolvidos”**, como sujeito. Fui suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o referido estudo. Eu discuti com a pesquisadora EDILEUSA MARIA GALVÃO FIGUERÊDO sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Local e data: Teresina, ____/____/____

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Observações complementares:

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA DOS IDOSOS

DADOS GERAIS DO(A) ENTREVISTADO(A):

Entrevistado(a) _____ (nome de pedra preciosa)

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: ____ anos

Naturalidade: _____

Estado Civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Desquitado(a) () Divorciado(a)

() Viúvo(a) () Outro. Qual? _____

Religião: _____

Escolaridade: _____ Profissão/Ocupação: _____

Aposentado(a)? () Sim. Há quanto tempo? _____

() Não

Tem filhos? () Sim Quantos? ____ Onde moram? _____

() Não

Com quem você mora? _____

Desde quando você é aluno(a) do P.TIA? _____

QUESTÕES:

A - QUALIDADE DE VIDA

1. O que é qualidade de vida pra você?
2. Como é seu estilo de vida?
3. Como você classifica sua vida em termos de qualidade de vida?
4. Que atitudes você toma para manter um bom nível de qualidade de vida?

B - RELAÇÕES FAMILIARES E SOCIAIS

1. Quem são os familiares com quem você convive no dia-a-dia?
2. Como são suas relações com seus familiares?
3. Que papel você desempenha na família?
4. Como são suas relações sociais?
5. Que pessoas fazem parte do seu convívio social?
6. Como é sua participação na vida social de sua comunidade?

C - ENVELHECIMENTO/VELHICE

1. Qual sua opinião sobre o envelhecimento e a velhice?
2. O que você pensa em relação à posição do idoso na sociedade atual?
3. Como você vê os direitos da pessoa idosa? E como você avalia a condição do direito de cidadania da pessoa idosa?

D - QUANTO AO P.TIA

1. O que motivou seu ingresso no Programa?
2. O que representa o P.TIA no seu cotidiano?
3. Que mudanças ocorreram no seu estilo de vida nos últimos anos?
4. Que conhecimentos você adquiriu e que foram importantes para vivenciar seu processo de envelhecimento?
5. Por que permanece (ou não) no Programa?

APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTA DOS FAMILIARES

DADOS GERAIS DO(A) ENTREVISTADO(A):

Entrevistado(a) _____ (letra do alfabeto)

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: ____ anos

Naturalidade: _____

Estado Civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Desquitado(a) () Divorciado(a)
() Viúvo(a) () Outro. Qual? _____

Religião: _____

Escolaridade: _____ Profissão/Ocupação: _____

Grau de parentesco: _____

Idoso(a): _____

QUESTÕES:

A - QUALIDADE DE VIDA

1. O que você entende por qualidade de vida?
2. Como é o estilo de vida de (idoso)?
3. Como você classifica a qualidade de vida de (idoso)?
4. Que atitudes (idoso) toma para manter um bom nível de qualidade de vida?

B - RELAÇÕES FAMILIARES E SOCIAIS

1. Quem são os familiares com quem (idoso) convive no dia-a-dia?
2. Como é o relacionamento familiar de (idoso)?
3. Qual o nível de relacionamento entre você e (idoso)?
4. Como é a relação de (idoso) com os familiares das gerações mais jovens?
5. Que papel (idoso) desempenha na família?
6. Que pessoas fazem parte do convívio social de (idoso)?
7. Como se dá o relacionamento social de (idoso)?
8. Como é a participação de (idoso) na vida social de sua comunidade?

C - QUANTO AO P.TIA

1. O que motivou o ingresso de (idoso) no Programa?
2. Qual foi sua participação e da família nessa decisão?
3. O que a família acha da participação de (idoso) no P.TIA?
4. Que mudanças ocorreram estilo de vida e no cotidiano de (idoso) que você atribui ao P.TIA?
5. Que experiências (idoso) viveu no Programa que interferiram no seu dia-a-dia?

Observação: Onde aparece entre parênteses a palavra “idoso”, refere-se ao sujeito idoso ou idosa do (a) com o qual o familiar tem relação de parentesco.

APÊNDICE D - ROTEIRO PARA ENTREVISTA DOS PROFESSORES

DADOS GERAIS DO(A) ENTREVISTADO(A):

Entrevistado(a) _____ (letra do alfabeto)

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Profissão/Titulação: _____

Desde quando é professor do P.TIA? Que atividades desenvolve ou desenvolveu no Programa? _____

QUESTÕES:

- 1- Por que ingressou no P.TIA?
- 2- Na sua visão, qual a importância do P.TIA para a universidade e para a pessoa idosa?
- 3- Que concepção de envelhecimento fundamenta seu trabalho no P.TIA?
- 4- As ações do Programa atendem às expectativas e necessidades dos idosos? Correspondem à realidade do idoso do Piauí e às questões contemporâneas em relação à velhice e ao processo de envelhecimento?
- 5- O modelo pedagógico é adequado ao público-alvo? Estimula o desenvolvimento de potencialidades/habilidades? Permite a troca de vivências e experiências entre os envolvidos?
- 6- Você percebe mudanças de comportamentos dos alunos após freqüentar as atividades do Programa? A que você atribui essas mudanças?
- 7- As atividades desenvolvidas corroboram para a melhoria na qualidade de vida e promovem condições para um envelhecimento ativo dos alunos?

APÊNDICE E - PERFIL DOS ENTREVISTADOS

ALUNOS(AS) E EX-ALUNOS(AS):

ESMERALDA: sexo feminino; 65 anos de idade; casada; espírita; ensino médio incompleto; Costureira aposentada; quatro filhos; mora com o esposo (aluna).

SAFIRA: sexo feminino; 71 anos de idade; casada; católica; ensino médio; Professora aposentada; dois filhos; mora com o esposo, uma filha e dois netos (aluna).

AMETISTA: sexo feminino; 80 anos de idade; viúva; católica; ensino médio; Professora aposentada; oito filhos; mora com uma filha.

RUBI: sexo masculino; 78 anos de idade; casado; católico; ensino médio; Comerciante aposentado; dez filhos; mora com a esposa e duas filhas (aluno).

OPALA: sexo feminino; 64 anos de idade; casada; católica; ensino fundamental; Secretária aposentada; dois filhos; mora com o esposo e um filho (ex-aluna).

DIAMANTE: sexo masculino; 75 anos de idade; divorciado; católico; ensino médio; Militar aposentado; quatro filhos; mora sozinho (ex-aluno).

ÁGATA: sexo feminino; 68 anos de idade; viúva; católica; ensino fundamental; Professora aposentada; cinco filhos; mora com dois alunos (aluna desistente).

TOPÁZIO: sexo masculino; 73 anos de idade; casado; católico; ensino médio; Auditor Fiscal aposentado; quatro filhos; mora com a esposa e três filhos (aluno desistente).

FAMILIARES DOS(AS) IDOSOS(AS):

Entrevistada “A”: sexo feminino; 44 anos de idade; casada; católica; ensino superior; Pedagoga (filha de ESMERLDA).

Entrevistada “B”: sexo feminino; 34 anos de idade; casada; católica; ensino superior; Jornalista (filha de SAFIRA).

Entrevistada “C”: sexo feminino; 60 anos de idade; divorciada; católica; ensino superior; Enfermeira aposentada (filha de AMETISTA).

Entrevistada “D”: sexo feminino; 61 anos de idade; casada; católica; ensino médio; Cabeleireira (esposa de RUBI).

Entrevistado “E”: sexo masculino; 73 anos de idade; casado; católico; ensino superior; Advogado aposentado (esposo de OPALA).

PROFESSORAS:

Entrevistada “F”: sexo feminino; casada; Assistente Social; Doutora em Políticas Públicas; docente da UFPI (Professora da disciplina “Velhice e Sociedade”, desde 2000).

Entrevistada “G”: sexo feminino; casada; Licenciada em Letras; Mestre; docente da UFPI aposentada (Professora de Biodança, desde 1998).

Entrevistada “H”: sexo feminino; casada; Nutricionista; Doutora em Ciência da Nutrição; docente da UFPI (Professora de várias disciplinas na área da Nutrição, desde 1998). Coordena o Núcleo de Pesquisa e Extensão Universitária para a Terceira Idade (NUPEUTI), que tem no P.TIA, uma de suas ações na área do envelhecimento, da política extensionista da Universidade Federal do Piauí.

ANEXO

ANEXO A – PERFIL DOS ALUNOS DO P.TIA

DADOS QUANTO À SAÚDE:

GRUPO SANGUÍNEO: _____ FATOR RH: _____ PLANO DE SAÚDE: _____
 MÉDICO: _____ TELEFONE: _____
Em caso de emergência avisar a quem? _____ **Telefone:** _____

RELATO DE DOENÇAS COM DIAGNÓSTICO MÉDICO:

- () Hipertensão () Diabetes () Colesterol alto () Osteoporose
 () Doença cardíaca () Obesidade () Asma/Bronquite () Câncer ()
 Depressão
 () Artrite/Reumatismo () Incontinência urinária () Mal de Alzheimer
 () Hipertiroidismo/Hipotiroidismo () Constipação intestinal
 () Deficiência física. Qual? _____
 () Outra(s). Qual (is)? _____

MORADIA

a) Tipo de Moradia:

- () Casa () Própria () Alugada () Financiada () Cedida
 () Apartamento () Próprio () Alugado () Financiada () Cedido

b) Condição de Moradia:

- () Com o cônjuge () Com o cônjuge e filho(s) () Com filhos () Com parentes
 () Mora sozinho(a) () Outra. Qual? _____

RENDA E MANUTENÇÃO

a) Tipo de renda:

- () Aposentadoria () Pensão () Pensão e Aposentadoria
 () Salário () Salário e Pensão () Atividade informal
 () Nenhuma () Outra. Qual? _____

b) Como se mantém?

- () Mantém a família () Ajuda na manutenção da família
 () Recebe ajuda da família para manter-se () Depende totalmente da família

c) Faixa de renda familiar:

- () Até 1 salário mínimo () De 5,1 a 10 salários mínimos
 () De 1,1 a 2 salários mínimos () Acima de 10 salários mínimos
 () De 2,1 a 5 salários mínimos

d) Composição Familiar:

Quantas pessoas compõem a família? _____ Destas, quantas têm atividade remunerada? _____